



Violências e Delinquências Juvenis Femininas

GÉNERO E (IN)VISIBILIDADES SOCIAIS

Organização Vera Duarte / Manuela Ivone Cunha

Violências e delinquências juvenis femininas

Gênero e (in)visibilidades sociais

Violências e Delinquências Juvenis Femininas

GÉNERO E (IN)VISIBILIDADES SOCIAIS

Vera Duarte e Manuela Ivone Cunha
(Organizadoras)

húmus



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais

Notas prévias

A organização do livro e a relação entre os capítulos serão apresentadas no primeiro capítulo que, querendo ser introdutório, procurará explicar e enquadrar o que tínhamos em mente quando escolhemos o título *Violências e delinquências juvenis femininas: gênero e (in)visibilidades sociais*. O capítulo 8 foi publicado anteriormente na revista *Tomo*, n.º 21 (2012): 101-136, da Universidade Federal de Seripe, e aparece aqui com a permissão da Revista. Todos os textos foram sujeitos a revisão, mas optou-se por manter a língua original de cada um: português, português do Brasil e inglês.

Gostaríamos de agradecer o apoio e a colaboração de várias pessoas e instituições: ao Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS/UM), que acolheu de imediato esta proposta de livro e tornou possível a sua publicação na Editora Húmus; à Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento do Instituto Universitário da Maia (UICCC/ISMAI), pelo apoio financeiro à edição; à Sílvia Gomes, agradecemos o seu apoio diligente na preparação e formatação do manuscrito; às autoras e autores deste livro, por aceitarem o nosso convite e pelo contributo para que o tema das violências e delinquências femininas emergja na discussão científica.

1. Violências e delinquências juvenis femininas: aproximações à questão

Vera Duarte* | Manuela Ivone Cunha*

Uma introdução ao livro

A ideia deste livro começou no início de 2012, após a defesa de uma tese de doutoramento sobre delinquência juvenil feminina que uniu as organizadoras desta obra numa relação de orientanda-orientadora. Partilhando preocupações comuns sobre a construção das (in)visibilidades do feminino nos mundos da delinquência e do crime, sentem, nas suas investigações, a falta de informação consistente e a escassez da investigação qualitativa nesta temática. Se o diálogo fazia sentido, porque não transformá-lo numa conversa alargada que fizesse convergir diversas investigações, de diferentes contextos geográficos, que trouxessem um balanço crítico, comparativo e multidisciplinar das ligações entre violências/delinquências, subjetividades e construções sociais de género e das feminilidades juvenis?

O nosso ensejo é que este livro, alinhado por reposicionamentos discursivos que sublinhem a importância de olhar para as raparigas não apenas como vítimas mas também como sujeitos ativos na construção da sua própria vida, se constitua uma revisão, através de investigação e dados empíricos recentes, das tendências na violência e delinquência juvenil feminina, trazendo para a discussão os conceitos, as definições e as representações sobre delinquências e género. Existem muitos textos que falam sobre esta relação, mas, em regra, as raparigas tendem a estar menos presentes. Por um lado, porque os seus comportamentos continuam, frequentemente, a ser explicados nas sombras da delinquência juvenil masculina, o que conduz à manutenção de conceitos colonizados pelas experiências masculinas e por uma intervenção que continua a assentar em procedimentos baseados nos conhecimentos obtidos dos estudos feitos com rapazes e para os problemas

* Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA), Portugal.

* Universidade do Minho (UM) e Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-UM), Portugal; IDEMEC, França.

dos rapazes. Por outro lado, dentro do conhecimento recente sobre gênero e crime, a investigação tende a concentrar-se nas mulheres e não tanto nas raparigas (Zahn, 2009).

A emergência de uma literatura mais sensível ao gênero e o incremento de investigações com raparigas em conflito com a lei têm revelado considerações importantes quanto às diferenças de gênero nesta área e têm contribuído para que, depois de terem estado ocultadas durante anos, as raparigas não estejam mais invisíveis no sistema de justiça juvenil. Sim, as raparigas também são agressoras e estão mais visíveis, mas será que a violência praticada por raparigas realmente aumentou? De que tipo de comportamentos estamos a falar? Em que contextos as raparigas se comportam de forma mais violenta e agressiva? Quais as suas motivações? Em que é que elas diferem dos rapazes? Em que é que as construções sociais do gênero influenciam a participação de rapazes e raparigas na delinquência? Os capítulos deste livro pretendem responder a estas e outras questões, instigando novos diálogos que se cruzam não apenas a partir das experiências femininas, mas incorporando as relações e as diferenças de gênero, numa análise de como a estratificação de gênero pode afetar os caminhos da transgressão.

Como já foi referido, esta obra faz convergir investigações de diferentes contextos geográficos (Portugal, Brasil, EUA e Cabo Verde), o que implica a necessidade de fazer alguns enquadramentos e recortes, especificamente conceptuais e legais. Sabemos que os contextos de produção da investigação são diferentes, e devemos cultivar a prudência de não tomar por universal a investigação que emana de países do centro. Este é um livro que pretende retratar as violências e delinquências juvenis cometidas por raparigas. Entendemos por “rapariga” uma criança/adolescente do sexo feminino que, segundo a Convenção dos Direitos da Criança, tenha até 18 anos. Esta idade pode variar ao analisarmos comportamentos delinquentes. Não existe uma resposta universal para esta questão, sendo que cabe a cada sociedade estabelecer os grupos de idade legal para a maioridade penal. A maior parte dos países ocidentais faz convergir a maioridade civil com a penal (18 anos), respeitando as recomendações dos instrumentos internacionais fundamentais nesta área¹. Em Portugal, apesar de o Código Civil acolher essa disposição para efeitos de estabelecimento de maioridade civil (i.e., votar, ser eleito, casar, assumir outras responsabilidades) e de a obrigatoriedade da frequência escolar ter sido alargada para os 18 anos, a responsabilização

¹ E.g. *Regras Mínimas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing)*, das Nações Unidas (1985) e as *Regras Mínimas para a Proteção de Menores Privados de Liberdade (Regras de Havana)*, das Nações Unidas (1990).

penal inicia-se aos 16 anos². Este diferencial de idades não só influencia a conceptualização da delinquência juvenil, como tem efeitos práticos nas percepções, nos estudos e na intervenção.

É certo que muitas discussões ficam por fazer, mas esperamos que esta seja a primeira obra coletiva, seguida de muitas outras, a ser publicada em Portugal sobre esta temática; esperamos também que seja suficientemente desafiante para reescrever discussões sobre as violências e delinquências femininas, apoiando legisladores, políticos, académicos e profissionais (nas escolas, nos bairros, no sistema de justiça juvenil, no sistema de proteção, etc.) numa melhor compreensão e intervenção no fenómeno. O objetivo não passa apenas por tornar visível o invisível, mas encontrar formas alternativas de conceptualizar o mundo social, de forma que os interesses e as preocupações das raparigas, especificamente, sejam incluídos nelas em vez de ignorados.

Os contornos da (in)visibilidade

“As raparigas não cometem tantos crimes como os rapazes porque são betas³ ou porque estão muito mais fechadas em casa e os pais não as deixam sair. Cá fora pode engravidar... e por isso reservam mais as filhas dentro de casa. Eu sei que é isso. No meu prédio é assim.” Esta narrativa de Elisabete, uma jovem de 14 anos que cumpriu uma medida tutelar de internamento em centro educativo⁴, permite-nos fazer uma viagem pela construção social das (in)visibilidades da figura feminina na cena da delinquência, construção essa que tem moldado a forma como as raparigas (não) são vistas no universo teórico e empírico da transgressão.

Os rapazes cometem mais crimes do que as raparigas, dizem-nos as estatísticas e décadas de estudos feitos sobre delinquência juvenil. Se percorrermos as grandes teorias sociológicas sobre a delinquência, concluímos que todas elas explicam o fenómeno utilizando o seu enfoque na delinquência masculina, secundarizando a figura feminina e o interesse que as questões de

² Conforme estabelece o art.º 19.º do Código Penal Português, concretizado no art.º 1.º da Lei 166/99, de 14 de setembro – Lei Tutelar Educativa

³ Expressão coloquial que se refere a uma pessoa, geralmente jovem, que pertence a um meio socialmente favorecido e que usa roupas e acessórios caros. Neste caso em concreto, o termo *beta* pretende descrever jovens bem comportadas, que seguem as normas sociais dominantes.

⁴ Jovem entrevistada no âmbito de um estudo qualitativo sobre experiências e significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em cumprimento de medidas tutelares educativas em Portugal (Duarte, 2012). Este estudo foi desenvolvido entre 2008 e 2009. Analisaram-se 27 processos individuais e realizaram-se 19 entrevistas a jovens entre os 12 e os 16 anos, internadas em Centro Educativo e a executar medidas não institucionais por terem cometido factos qualificados pela lei como crime.

gênero têm na explicação da delinquência. Neste contexto, duas situações têm prevalecido nas teorias tradicionais: a figura feminina “submergida” nas explicações da delinquência masculina (e.g., Sutherland, Cohen, Merton, Cloward e Ohlin) e a delinquência feminina reduzida a problemas de costumes, de patologia ou de moral sexual (e.g., Lombroso, Pollak, Cowie, Cowie e Slater). Em geral, são imagens que refletem a figura feminina como vítima passiva do risco, sem muita capacidade de escolha, como resultado da sua condição e papel feminino. Claramente, a forma sexista como as raparigas são vistas nas teorias tradicionais teve um impacto profundo no modo como foram sendo processadas nos sistemas de justiça juvenil e criminal (Holsinger, 2000). A história mostra-nos que as raparigas têm sido punidas de forma mais severa por questões relacionadas com a imoralidade dos comportamentos e os descaminhos, práticas que no caso dos rapazes não costumam suscitar qualquer tipo de punição. Como sugere Hoyt e Scherer (1998), ao manter uma perspectiva nublada e sexualmente dominada da delinquência feminina, o sistema de justiça tem deixado na invisibilidade o enquadramento maior das infrações e dos desvios cometidos por raparigas.

Esta invisibilidade histórica das raparigas tende a ser explicada por três principais ideias. Uma prende-se com o papel secundário da figura feminina na sociedade. Outra, com a convicção de que os desvios juvenis femininos são poucos, pouco importantes e não constituem problema social (Duarte-Fonseca, 2000); aliás, desde o século XIX que as raparigas que surgem no sistema de justiça juvenil têm estado associadas a delitos menores e/ou comportamentos desviantes como as fugas de casa, a indisciplina, o abandono escolar, a promiscuidade sexual, entre outros (Cowie *et al.*, 1968; Duarte-Fonseca, 2000; Belknap, Holsinger e Dunn, 1997). Por fim, esta invisibilidade decorre do predomínio da figura masculina nas disciplinas científicas que estudavam o comportamento desviante, não esquecendo que estes estudos utilizavam, maioritariamente, amostras masculinas (Lucchini, 1997).

O interesse crescente pela investigação sobre a delinquência feminina faz-se sentir apenas a partir da década de 70 do século XX, com os trabalhos de Freda Adler, em 1975, sobre a emancipação/libertação das mulheres, e o recurso aos inquéritos de delinquência autorrevelada, que vêm desmontar a construção social do fenómeno ao estimar que o desvio entre os sexos diminui em cerca de metade quando a delinquência é avaliada mediante inquéritos de autorrelato. O incremento das investigações com raparigas em conflito com a lei⁵ tem revelado considerações importantes relativamente às

⁵ Como são exemplos os trabalhos de Campbell (1984), Chesney-Lind e Shelden (1992), Chesney-Lind (1997), Steffensmeier e Allan (1996), Belknap, Dunn e Holsinger (1997), Artz

diferenças de gênero nas expressões da transgressão. Rapazes e raparigas até podem ter os mesmos problemas e fatores de risco, mas não usam necessariamente as mesmas expressões, nem fazem as mesmas escolhas.

Segundo Zahn e colaboradores (2010), elas apresentam diferentes sensibilidades de exposição aos fatores de risco. Por exemplo, têm um acesso mais controlado à rua e são sujeitas a maior vigilância e controlo familiares, quando comparadas com os rapazes. São mais vítimas de abuso sexual do que eles. Em consequência destes abusos vários, as raparigas fogem de casa e é neste contexto de fuga, ao qual se associam outras práticas desviantes e delinquentes, que são captadas pelo sistema de controlo formal. Encontramos, também, diferenças nos aspetos desenvolvimentais e identitários. Iniciadas na vida sexual de forma mais precoce do que as jovens não delinquentes, a gravidez na adolescência e a gravidez não planeada surgem como uma realidade visível. Surgem como desproporcionalmente mais problemáticas e apresentam níveis mais altos de distúrbio mental, problemas de ansiedade, depressão, distúrbios alimentares e tendências suicidas. A puberdade precoce expõe as raparigas a mais comportamentos desviantes, sendo que a delinquência pode surgir como uma forma de alcançar a independência e a autonomia do controlo parental e evidenciar maturidade na esfera social. Além disto, as destruturações familiares são um fator de risco comum a rapazes e raparigas, mas a qualidade relacional tem um impacto superior nestas últimas.

Os estudos vão apontando que rapazes e raparigas diferem no que se refere à natureza e à gravidade da transgressão, ainda que muito pouco se saiba sobre este assunto (Gelsthorpe e Sharp, 2006). Quanto à natureza das violências e das transgressões, elas podem ser fisicamente violentas em legítima defesa ou para evitar ou impedir uma vitimação futura. A agressividade das raparigas pode significar uma tomada de posição ou uma procura de respeito. Podem estar a competir por e pelos rapazes. Podem ser violentas por causa dos seus amigos(as) e/ou por estarem associadas a grupos e/ou gangues. A agressividade pode ser, também, uma resposta a sentimentos negativos resultantes dos abusos e maus-tratos de que elas foram ou são vítimas (Morash e Chesney-Lind, 2009). A violência inclui uma série de comportamentos reativos e proativos, e o grau de intensidade da violência perpetrada pelas raparigas poderá depender do contexto de produção dessa mesma violência.

(1998), Hoyt e Scherer (1998), Assis e Constantino (2001), Burman, Brown e Batchelor (2001), Jody Miller (2001), Giordano, Cernkovich e Rudolph (2002), Messerschmidt (2002, 2004), Alder e Worral (2004), Matos (2008), Zahn *et al.* (2010) e Duarte (2012).

Quanto à gravidade, a maioria dos estudos tem mostrado que, quando as raparigas cometem delitos, eles são tipicamente menos sérios que os dos rapazes, e o grande hiato encontra-se, principalmente, nos crimes graves contra a propriedade, nos crimes violentos e nos crimes sexuais (Chesney-Lind e Shelden, 1992; Steffensmeier e Schwartz, 2009). Além da prática delituosa propriamente dita, rapazes e raparigas diferem também na forma como resolvem os conflitos. Segundo Lucchini (1997:118), “as disputas entre rapazes dizem respeito sobretudo à manutenção da lealdade no grupo e a solidariedade entre os rapazes do grupo. Pelo contrário, o confronto entre as raparigas é mais frequentemente de natureza pessoal” e marcado por formas de “violência horizontal” (Artz 1998; Duarte 2012); isto é, as raparigas tendem a perpetrar violência junto de e sobre outras raparigas. Segundo Holsinger (2000), os rapazes resolvem os conflitos rapidamente, normalmente através de confrontação direta e agressão física, enquanto as raparigas tendem a utilizar formas indiretas de raiva que podem passar, por exemplo, por isolar um par, ignorar, evitar alguém, lançar mentiras, criar boatos e ostracizar socialmente. Normalmente, as grandes disputas entre raparigas, marcadas por um elevado nível de abuso verbal (Burman, Batchelor e Brown, 2001; Batchelor, 2009), estão relacionadas com a quebra de confiança, a inveja e o “diz-que-não-disse”.

Durante muito tempo, as noções de agressão estiveram confinadas a manifestações físicas, mais características dos rapazes; no entanto pesquisas recentes têm ampliado a definição de agressão ao incluir as ameaças verbais e as intimidações, mostrando que, quando estes tipos de agressão são considerados, as raparigas aparecem como mais agressivas do que se pensava anteriormente (Leschied *et al.*, 2000; Chesney-Lind e Eliason, 2006). Neste tipo de “agressão relacional” ou indireta, que intenta prejudicar os outros por meio da manipulação intencional e por danos causados nas relações entre pares, as raparigas são tão ou mais agressivas do que os rapazes (Morash e Chesney-Lind, 2009). Visto como “expressivamente feminina”, este tipo de agressão tem estado na base das explicações utilizadas pelos profissionais para justificarem o porquê de considerarem mais difícil trabalhar com raparigas do que com rapazes (Baines e Alder, 1996).

O aumento da opinião pública de que as raparigas estão a tornar-se mais propensas à delinquência tem trazido consigo outros questionamentos. Será que esta tendência reflete um aumento real da violência praticada por raparigas ou mudanças na reação social ao comportamento destas (Luke 2008)? Independentemente das posições assumidas, tem sido unânime, entre os investigadores, que as raparigas estão mais visíveis e que a sua participação na delinquência ganhou expressão e expressões. Mas, à semelhança do que

discutiu Manuela Cunha a propósito da maior presença das mulheres no universo das drogas e do tráfico (2002, 2009), visibilidade não qualifica por si só os graus e modalidades de participação.

No caso em apreço, a participação ganhou expressão porque as estatísticas internacionais e nacionais têm vindo a mostrar um aumento da presença das raparigas no sistema de justiça juvenil (Chesney-Lind, 1997; Zahn, 2009), sugerindo que a delinquência feminina, apesar de estar sempre abaixo da delinquência masculina, tem vindo a aumentar mais rapidamente do que a cometida pelos rapazes. Em Portugal, por exemplo, entre 2008 e 2011, estima-se que houve um aumento de 60% das jovens sujeitas a medidas de internamento⁶. A prática de ilícitos mais comuns diz respeito aos crimes contra a propriedade, especificamente o roubo e o furto, seguidos dos crimes de ofensa à integridade física. A perceção de que as raparigas usam agora de mais violência na prática de ilícitos continua a ser bastante discutida e questionada. Para autores como Chesney-Lind e Sheldon (1992), a explicação pode estar nas expectativas sociais; ou seja, como o comportamento agressivo, mesmo que de menor gravidade, é inconsistente com o estereótipo de comportamento feminino, a polícia e os funcionários judiciais intervêm em situações de delitos ou formas de violência menores, por considerarem a violência feminina inaceitável. Outras perspetivas, como a de Batchelor (2007, 2009), afirmam que o motivo pode estar no facto de o comportamento das jovens pelos vários percursos de violência estar a ver nascer outras motivações que as colocam no caminho de uma procura mais ativa do risco, da experimentação e da busca de sensações euforizantes, relacionadas com o divertimento e a “adrenalina”. Para Steffensmeier e Schwartz (2009), as raparigas podem não estar a tornar-se mais violentas, mas oficialmente rotuladas como mais violentas do que no passado.

Poderíamos, por outro lado, dizer que a participação feminina na delinquência e na criminalidade ganhou “expressões” – outras expressões –, porque seria ingénuo da nossa parte pensar que ela é inédita. O que parece ser novidade não é tanto a sua participação, mas a forma como participam, como constroem as relações de género e como orquestram várias formas de feminilidade. É assim que deve ser situada uma tendência presente nas investigações internacionais (e.g., Messerschmidt, 2004; Petersson, 2005; Batchelor, 2007; Abramovay, 2010) e que surge no estudo desenvolvido por Duarte (2012) sobre discursos e percursos de jovens em cumprimento de medidas

⁶ Segundo os dados da Direção-Geral da Política de Justiça, entre 2008 e 2011, o número de jovens em centros educativos aumentou cerca de 50%, passando de 181 para 274. Os mesmos dados mostram um aumento de 60% no número de raparigas internadas (passa de 20 para 32) e um crescimento de 50% no número de rapazes (passa de 161 para 242).

tutelares educativas em Portugal. As jovens entrevistadas, quando falavam sobre as suas práticas transgressivas, mostravam não estar passivas e procuravam conquistar um espaço que se abrisse para elas, legitimando feminilidades e não propriamente construindo masculinidades (Messerschmidt, 2002), mesmo quando desafiavam as noções que elas próprias tinham do que é considerado apropriado para as raparigas. Do que falamos é de outras feminilidades: “feminilidades maria-rapaz”, por elas desejarem práticas de reconhecimento próximas das dos rapazes a quem invejam a liberdade (Fonseca, 2009: 267); e “feminilidades rebeldes”/oposição, que se expressam em identidades mais reativas, envolvendo-se em atividades e culturas de experimentação e provocação.

Estes novos estilos de feminilidade não deixam, contudo, de combinar práticas convencionais e atípicas de género. Neste autoempoderamento, que poderia significar transformações nos papéis tradicionais, não é imperativo que se transgridam ou rejeitem os papéis femininos tradicionais. A violência dos seus comportamentos, a liberdade, autonomia e independência que as raparigas reclamam para si (pelas fugas de casa, pelas experimentações de álcool e drogas, pela prática de ilícitos, entre outros) não deixam de esbarrar na manutenção de discursos e conceções tradicionais de masculinidade e feminilidade, que são utilizados para falar sobre as responsabilidades familiares e domésticas, mesmo quando fogem de casa; para justificar o maior controlo social e familiar, que tendencialmente as confrange no interior da esfera privada; para contar as vivências da maternidade; para se referirem aos projetos de futuro, que seguem modelos de vida socialmente significativos e que mantêm as diferenças e marcas de género; e até para exprimirem o papel da rapariga na transgressão; ou seja, apesar de ela poder fazer tudo o que os rapazes fazem, neles é normal, mas nas raparigas é *muito feio* (Duarte, 2012). Sempre houve raparigas delinquentes. Então, o que há de novo? Como descrevem Chesney-Lind e Jones (2010:1), nas últimas décadas do século XX, o público foi abalado pela comunicação social com imagens de “gangsters” femininas, tão ameaçadoras quanto os seus homólogos masculinos. O novo século introduz-nos a rapariga “má” dos subúrbios, que utiliza a manipulação e a traição no seu caminho para a popularidade – passados poucos anos, essa rapariga “má” torna-se violenta; e aqui as tecnologias modelam imagens e dão visibilidades. O YouTube divulga brigas e ajustes de contas que fazem manchete nos noticiários locais e nacionais e se tornam “virais” na internet, como foi exemplo o que aconteceu em 2011, em Portugal:

“Dois casos em menos de uma semana fizeram soar os alarmes. Primeiro foi Filipa, 13 anos, pontapeada brutalmente em todo o corpo, inclusivamente no

rosto e na cabeça, por uma rapariga de 15 e outra de 16. Depois foi Bruna, 14 anos, agredida 17 vezes com um x-acto por uma rapariga de 17, em Mem Martins. Os jovens estão mais violentos? Foi tudo um alarme provocado por uma intensa atenção dos *media*? Ou a sociedade tem estado de olhos fechados para a violência juvenil?” (*Jornal i*, de 1 de junho de 2011)

Esta questão da participação das raparigas na violência e na delinquência, bem como a emergência da imagem de que muitas delas não são apenas parceiras e acessórios dos seus companheiros masculinos, reaviva a discussão em torno das imagens da “rapariga-objeto” e da “rapariga-sujeito” (Lucchini, 1997). A primeira é a imagem dominante na literatura, que vê a rapariga como alguém que tem falta de autonomia e que é caracterizada pelo uso utilitário da sexualidade e pela sua capacidade de manipulação; a segunda imagem refere-se à rapariga que adquire a consciência da sua autonomia em relação aos rapazes, forma bandos compostos por raparigas e decide quando se associa aos rapazes. Esta leitura e esta discussão polarizadas, como se vítima e agressor fossem dois seres totalmente independentes, têm surgido como inapropriadas para uma compreensão do comportamento infracional das raparigas (Campbell, 1984; Chesney-Lind, 1997; Miller, 2001; Batchelor, 2009). Corremos o risco de não compreender que os percursos de vida são construídos pelas escolhas e pelas ações que se adotam dentro de um campo limitado de possibilidades e circunstâncias sociais, familiares, escolares e culturais; de não perceber como é que elas se posicionam face à procura e/ou gestão de comportamentos de risco e quais as fronteiras da influência/pressão dos pares, dos namorados, da família; e de não apreender a heterogeneidade dos percursos das jovens na delinquência. Os motivos da transgressão são diversificados e as jovens (re)posicionam-se face a eles. Segundo Duarte (2012), para umas, a transgressão surge da *gestão de sentimentos negativos*, angústias e lutos mal resolvidos, originados pelas histórias de maus-tratos, abandonos e institucionalizações. Para outras a *procura do “risco-aventura”*, da experimentação e da adrenalina foi o motor para a prática transgressiva. Para outras ainda, foi a influência das drogas, do namorado/companheiro, da família ou da passagem pela instituição. Para outras, por fim, a transgressão surge como uma *exceção*⁷. Dar

⁷ No estudo realizado por Duarte (2012), foram identificados quatro percursos: 1. *Transgressão enfatizada*, que é dominante no conjunto das jovens entrevistadas, particularmente nas jovens em Centro Educativo. É o perfil que concentra percursos de maior vitimação familiar, histórias densas e heterogêneas de transgressão e delinquência, institucionalizações sucessivas, marcadas pelas fugas consecutivas e pelo agravamento dos comportamentos transgressivos. As raparigas organizam as suas narrativas em torno da gestão dos sentimentos negativos, que justifica uma

espaço aos contextos em que as raparigas emergem como autoras de violência e de delinquência não pretende negar as inúmeras dinâmicas sociais em que elas continuam a ser vítimas.

As linhas deste volume

Se a tónica deste volume incide, num primeiro plano, sobre violências e delinquências em universos juvenis femininos, na verdade qualquer problema que implique a questão do género acaba forçosamente por ser formulado em modo comparativo, em contraponto explícito ou implícito com os universos masculinos. É tanto mais assim quanto se trata de fenómenos cuja longa invisibilidade social não terá decorrido apenas de uma reduzida expressão estatística, mas porventura também de um efeito de invisibilização induzido pelo contraste com modalidades masculinas mais expressivas e espetaculares. Daí que todos os textos que compõem este livro assentem de uma maneira ou de outra numa comparação entre raparigas e rapazes, e que um deles reflita mesmo sobre género, desigualdade e violência a partir de um universo masculino.

A visibilidade ou invisibilidade das práticas de violência ou delinquência envolvendo raparigas emergiu igualmente como uma linha de força inescapável neste livro. Se a invisibilidade social destas práticas predominou durante muito tempo, não é menos verdade que elas atraem agora uma crescente atenção penal e mediática e registam números mais expressivos que parecem fazer diminuir o fosso entre os géneros quanto à perpetração de violência, ou com base nos quais se tem mesmo prognosticado uma convergência entre rapazes e raparigas. É precisamente essa presumida convergência ou paridade que os textos deste livro, procedendo a uma caracterização fina

certa heterodeterminação no envolvimento criminal, mas que se cruzam com os discursos de iniciativa, controlo e prazer associados à prática transgressiva. 2. Na *transgressão-rebelde*, a procura do risco-aventura e dos sentimentos de adrenalina é o que leva as jovens a iniciar e a manter comportamentos transgressivos. Não apresentam históricos de vitimação familiar significativa, nem registos de permanência em instituições de proteção. As motivações para a transgressão são encontradas nos amigos, na rebeldia de se ser jovem e no querer testar limites. 3. A característica central da *transgressão-influência* é a heterodeterminação no envolvimento transgressivo e a ideia de que este é resultado da influência de factores externos (drogas, namorados e amigos). A centralidade do fator influência secundariza o peso de todas as outras variáveis. Por exemplo, sem histórias expressivas de vitimação familiar, os problemas relacionais com a família surgem e/ou agravam-se devido a esses factores de influência externa. 4. Na *transgressão circunstancial*, as jovens organizam as suas narrativas em torno do carácter de exceção e de casualidade que é conferido ao comportamento transgressivo, demarcando-se de qualquer identidade desviante ou percurso transgressivo. Mantêm atividades de lazer tendencialmente normativas e comuns entre os jovens.

da violência cometida por raparigas em contraponto com a dos rapazes em vários âmbitos e contextos, permitem interrogar de maneira mais informada. À luz de dados de vários países e diferentes períodos, Jennifer Schwartz e Katie Clemons (Capítulo 5) debruçam-se sobre as similaridades e diferenças de género em várias modalidades de violência para concluir que a diferenciação se mantém em vários aspetos e que as estruturas de género são cruciais na manutenção desta diferenciação. Mantém-se, em primeiro lugar, no grau de violência, continuando a mais danosa a ser perpetrada maioritariamente por rapazes. Se na menos grave os dois géneros se aproximam, os seus contornos contudo divergem, com a violência feminina a concentrar-se sobretudo no universo das relações de proximidade (íntimas, de amizade e familiares) e a masculina em universos públicos, envolvendo tanto conhecidos como estranhos. Moldando de maneira diferenciada os motivos e as oportunidades para a violência juvenil feminina e masculina, as estruturas sociais, as relações sociais e as socializações genderizadas continuam a contribuir decisivamente para a reprodução desta divergência.

Cruzando na longa duração dados de diferentes tipos de fontes referentes às últimas décadas nos EUA, Margaret Zahn e Nicholas J. Richardson (Capítulo 2) vêm confirmar aquilo que outros investigadores (Steffensmeier *et al.*, 2005) tinham já sugerido. A saber, que a diminuição do fosso de género quanto à violência cometida por rapazes e raparigas não resulta, como poderia supor-se, de um aumento da delinquência e violência femininas, mas sobretudo de um declínio da violência grave cometida por rapazes. Além disso, se a disparidade de género se reduziu no que respeita aos números relativos a formas menores de violência (agressão simples, vandalismo), tal não se deve tanto a uma mudança de comportamento das raparigas, mas a alterações de política penal e inflexões repressivas cujos efeitos têm maior repercussão na detenção de raparigas do que anteriormente. Trata-se de mudanças como o alargamento da malha punitiva a modalidades mais ligeiras de violência, a criminalização da violência em contextos íntimos ou escolares (universos em que a violência juvenil feminina mais se aproxima da masculina) e o recurso espúrio à detenção penal para fins de proteção das raparigas em situação de risco.

Centrando-se no contexto específico da violência no namoro heterossexual, numa reflexão teórica ancorada em várias investigações, Sofia Neves (Capítulo 4) matiza também bastante as teses da paritarização de género na violência, ao não se ficar por uma leitura meramente quantitativa do fenómeno e ao atender aos seus significados e dinâmicas. Embora as taxas de frequência da violência mostrem que rapazes e raparigas são simultaneamente vítimas e agressores/as, não parecendo portanto haver diferenças de género

em termos da mera contabilidade da sua prática, em contrapartida esta violência está associada a características, motivações e significados muito distintos nos casos masculino e feminino e esconde na realidade dinâmicas desiguais de poder entre os sexos. Uma grande percentagem de raparigas que é violenta na intimidade é-o em autodefesa, tratando-se de uma violência reativa ou retaliadora, que surge na sequência das suas próprias experiências de vitimação; além disso, estas experiências têm consequências mais danosas para elas. A esta diferença nos contornos da violência acresce uma outra quanto à sua reprodução e perpetuação no tempo. Diversamente da dos rapazes, a violência das raparigas no contexto das relações amorosas tende a confinar-se à adolescência e combina-se menos com práticas de delinquência. Num outro registo e aproximando o enfoque numa abordagem localizada, Miriam Abramovay e Marisa Feffermann (Capítulo 3) tratam as modalidades e significados da violência protagonizada por raparigas no contexto da participação em gangues no Brasil (Distrito Federal). Nestes contextos de sociabilidade, a demonstração de agressividade parece hoje constituir-se, não como uma negação de uma identidade feminina, mas como um novo estilo de feminilidade incorporado nessa identidade. Tal como as atividades dos rapazes nos mesmos contextos, releva de uma afirmação identitária e exprime uma reivindicação de reconhecimento. Porém, difere deles na medida em que elas permanecem numa posição subalterna perante os rapazes, conformando-se ao *ethos* masculino dos gangues sem o desafiar. No caso das raparigas, constata-se pois uma tensão entre a reprodução e a resistência aos estereótipos tradicionais de género.

Lorenzo Bordonaro (Capítulo 8) aborda o reverso masculino desta violência num outro contexto, o dos jovens *thugs* da cidade da Praia (Cabo Verde). Discernindo nela os contornos da masculinidade hegemónica, chama porém a atenção para as condições estruturais e para a economia política desta violência, contextualizando-a a vários níveis: quer à luz da dinâmica identitária dos bairros e de elementos próprios da cultura do país, de que é afinal uma expressão paroxística; quer à luz de culturas juvenis globais, cujos traços são localmente apropriados de acordo com lógicas específicas. Sobretudo, ao inscrever a sua análise nas transformações que têm marcado a sociedade cabo-verdiana, Bordonaro ilustra bem a importância de não essencializar a violência juvenil e de não a separar de processos sociais e históricos precisos mais amplos.

Raquel Matos e Telma Almeida (Capítulo 7) procuram por seu turno explorar aspetos relacionados com o universo dos gangues juvenis e, em particular, femininos em Portugal, começando por fazer um levantamento das perspetivas de profissionais que trabalham e contactam com problemas de delinquência. Mais do que uma caracterização da dimensão e dos contornos

dos gangues tal como eles se apresentam no contexto português, este levantamento permite aceder às representações, convicções e tematizações correntes que estes profissionais exprimem acerca destes universos e captar os estereótipos e dicotomizações de género a que não deixam de ser permeáveis.

Ainda em Portugal e também atenta, como Bordonaro, ao pano de fundo das estruturas de desigualdade expressas desde logo na espacialização da pobreza – e em concreto nos bairros de realojamento da zona de Lisboa onde estudou processos de socialização na infância e o envolvimento precoce de crianças e pré-adolescentes (6-12 anos) em práticas de violência e delinquência –, Maria João Leote de Carvalho (Capítulo 6) deteta nestes terrenos portugueses especificidades que parecem desafiar algumas propostas teóricas construídas predominantemente a partir de contextos anglo-americanos. No caso em estudo, rapazes e raparigas tendem a estar nos mesmos espaços, sujeitos às mesmas tensões, conflitos e desordens. A influência do género está contudo presente, como no caso da matriarquização que caracteriza a aprendizagem social da delinquência por parte das raparigas junto de figuras femininas adultas na órbita familiar. Dado porém tratar-se de menores de uma faixa etária mais baixa do que as presentes noutras contribuições deste volume, não é de excluir que esta matriarquização seja mais visível neste caso do que em idades mais avançadas.

Os contributos desta obra foram escritos a partir de perspetivas multidisciplinares e de contextos geográficos distintos (Portugal, Brasil, Cabo Verde e Estados Unidos da América). Estudam o fenómeno com enfoques e olhares diferentes, mas as preocupações comuns parecem ser claras: é preciso continuar a explorar como é que se reescrevem os processos de vitimação e de agencialidade nas práticas de violência e de delinquência femininas; e, como já fora apontado por Chesney-Lind e Jones (2010), se queremos compreender e diminuir a violência praticada pelas raparigas, é crucial desafiar a nossa própria obsessão cultural pela produção de “boas” raparigas, que atendam às expectativas culturais da feminilidade adequada. É crucial ir além dos comportamentos agressivos ou violentos *per se*, aprofundando as preocupações com as famílias, as escolas, os bairros e as instituições sociais em que as raparigas se encontram.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam, 2010, *Gangues, género e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos.
- ALDER, Christine e Anne Worrall, 2004, “A contemporary crisis?”, in ALDER, Christine e Anne Worrall (eds.), *Girl's Violence: Myths and realities*. NY, State University of NY Press, 1-19.

- ARTZ, Sybille, 1998, *Sex, Power, and the Violent School Girl*. Toronto, Trifolium Books.
- ASSIS, Simone, e Patrícia Constantino, 2001, *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora FioCruz.
- BAINES, Margaret, e Christine Alder, 1996, "Are girls more difficult to work with? Youth workers' perspectives in juvenile justice and related areas", *Crime & Delinquency*, 42(3), 467-485.
- BATCHELOR, Susan, 2007, "Getting mad wi' it": risk-seeking by young women', in HANNAH-MOFFIT, Kelly, e Pat O'Malley (eds.), *Gendered Risks*. NY, Routledge, 205-228.
- BATCHELOR, Susan, 2009, "Girls, gangs and violence: assessing the evidence", *Probation Journal*, 56 (4), 399-414.
- BELKNAP, Joanne, Melissa Dunn, e Kristi Holsinger, 1997, *Moving toward Juvenile Justice and Youth Serving Systems that Address the Distinct Experience of the Adolescent Female*. Columbus, Office of Criminal Justice Services.
- BURMAN, Michele, Susan Batchelor, e Jane Brown, 2001, "Researching girls and violence", *The British Journal of Criminology*, 41: 443-459.
- CAMPBELL, Anne, 1984, *The Girls in the Gangs*. Oxford, Basil Blackwell.
- CHESNEY-LIND, Meda, e Nikki Jones, 2010, *Fighting for Girls: New perspective on gender and violence*. NY, State University of New York Press.
- CHESNEY-LIND, Meda, e Michele Eliason, 2006, "From invisible to incorrigible: the demonization of marginalized women and girls", *Crime, Media, Culture*, 2(1), 29-47.
- CHESNEY-LIND, Meda, e Randall Shelden, 1992, *Girls Delinquency and Juvenile Justice*. California, Brooks/Cole Publishing Company.
- CHESNEY-LIND, Meda, 1997, *The Female Offender*. California, Sage Publication.
- COWIE, John, Valery Cowie, e Eliot Slater, 1968, *Delinquency in Girl*. Londres, Heinemann.
- CUNHA, Manuela P. da, 2002, *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajetos*. Lisboa, Fim de Século.
- CUNHA, Manuela P. da, 2009, "Las mujeres y la economía comparada de las drogas", in GARAY, Maria E. Suarez de (org.), *Crimen, Castigo y Género: Ensayos Teóricos de un Debate en Construcción*. Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad de Guadalajara, Guadalajara (México), 127-135.
- DUARTE-FONSECA, António, 2000, *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*. Coimbra, Coimbra Editora.
- DUARTE, Vera, 2012, *Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. Famalicão, Editora Húmus.
- FONSECA, Laura, 2009, *Justiça social e educação. Vozes, silêncio e ruídos na escolarização das raparigas ciganas e payas*. Porto, Edições Afrontamento.
- GELSTHORP, Loraine, e Gilly Sharp, 2006, "Gender, youth crime and justice", in GOLDSON, Barry, e John Muncie (eds.), *Youth Crime and Justice*. Londres, Sage, 47-62.
- GIORDANO, Peggy, Setephen Cernkovich, e Jennifer Rudolph, 2002, "Gender, crime and desistance: toward a theory of cognitive transformation", *American Journal of Sociology*, 107: 990-1064.
- HOLSINGER, Kristi, 2000, "Feminist Perspectives on Female Offending: examine real girls' lives", *Women & Criminal Justice*, 12(1), 23-51.

- HOYT, Stephanie, e David Scherer, 1998, “Female juvenile delinquency: Misunderstood by the juvenile justice system, neglected by social sciences”, *Law and Human Behavior*, 22, no.1: 81-107.
- LESCHIED, Alan, *et al.*, 2000, *Female Adolescent Aggression: A Review of the Literature and the Correlates of Aggression*. Ottawa, Solicitor General Canada.
- LUCCHINI, Riccardo, 1997, “A mulher e a desviância ou o debate sobre a especificidade da delinquência feminina”, *Infância e Juventude*, 2, 71-126.
- LUKE, Katherine, 2008, “Are Girls Really Becoming More Violent? A Critical Analysis”, *Affilia. Journal of Women and Social Work*, 23, no.1: 23-38.
- MATOS, Raquel, 2008, *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra, Almedina.
- MESSERSCHMIDT, James, 2002, “On gang girls, gender and structured action theory: a reply to Miller”, *Theoretical Criminology*, 6 (4), 461-475.
- MESSERSCHMIDT, James, 2004, *Flesh and Blood: Adolescent gender diversity and violence*. Oxford, Rowman & Littlefield.
- MILLER, Jody, 2001, *One of the Guys: Girls, gangs and gender*. NY, Oxford University Press.
- MORASH, Merry, e Meda Chesney-Lind, 2009, “The context of girl’s violence, peer group, families, schools and communities”, in ZAHN, Margaret (ed.), *The Delinquent Girl*. Philadelphia, Temple University Press, 182-206.
- PETTERSSON, Tove, 2005, “Gendering delinquent networks: a gendered analysis of violent crimes and the structure of boys’ and girls’ co-offending networks”, *Young*, vol. 13(3), 247-267 [online], disponível em: <http://you.sagepub.com/cgi/content/abstract/13/3/247> (acesso em: 4/08/2008).
- STESSENSMEIER, Darrel, e Jennifer Schwartz, 2009, “Trends in girl’s delinquency and gender”, in ZAHN, Margaret (ed.). *The Delinquent Girl*. Philadelphia, Temple University Press, 50-83.
- STESSENSMEIER, Darrel, e Emilie Allan, 1996, “Gender and crime: toward a gendered theory of female offending”, *Annual Review Sociology*, 22, 459-487.
- WORRAL, Anne, 1990, *Offending Women. Female lawbreakers and the criminal justice system*. Londres, Routledge.
- ZAHN, Margaret (ed.), 2009, *The Delinquent Girl*. Philadelphia, Temple University Press, 182-206.
- ZAHN, Margaret, *et al.*, 2010, “Causes and correlates of girl’s delinquency” [online], disponível em: http://girlsstudygroup.rti.org/docs/GSG_Causes_and_Correlates_Bulletin.pdf (acesso em 04/ 04/ 2010).

2. The delinquent girl: pattern, causes and treatment for the delinquent girl in America

Margaret A. Zahn | Nicholas J. Richardson*

[A rapariga delinvente: padrões, causas e tratamento para a rapariga delinvente nos Estados Unidos da América]

Resumo: Este capítulo utiliza as tendências de dados de longa duração para analisar o padrão de violência e delinquência das raparigas nos Estados Unidos entre 1980 e 2012. As causas para estes padrões – incluindo familiares, de pares, relações românticas e de vizinhança e as variações regionais – serão examinadas à luz de uma nova análise sobre as diferenças regionais nos padrões de violência e delinquência para raparigas entre os 12 e os 18 anos de idade. A análise do enquadramento e da eficácia de programas específicos de género no sistema de justiça também será apresentada, tendo como enfoque saber se esses programas realmente enfrentam os desafios de reincidência de raparigas e mulheres.

Introduction

Delinquency, especially violent delinquency, among girls has been an object of concern in the United States for a number of years. This interest arose following media accounts of violence among girls as well as changes in the number of those arrested and placed in juvenile custody.

In the United States between 1980 and 2003, the nation saw a 10.2 percent decrease in arrests of male youths. However; during the same period there was a 42.7 percent increase of female youths (Federal Bureau of Investigation 2004). Examination of youths arrested for “violent offenses” during the same period reveals a similar decrease for males arrested, 11.3% and an astounding 75.2% increase in females arrested for the same charge. While there was an increase of arrests for “simple assault” during this period for both males and female, the reported changes are no less astounding. During the 1980 to 2003 period there was an increase of arrests of males of 75.2% for “simple assault” and a corresponding increase of 130.5% for females.

* North Carolina State University.

In addition, there had been increasing interest in determining whether girls respond to the same causal variables as do boys and if they require different kinds of treatment options. As originally reviewed in Zahn, 2006, this interest was especially spurred by:

- The increase in the number of girls arrested and in custody in all sectors of corrections and the faster increase for girls compared with boys. As the Juvenile Offenders and Victims Report shows (Snyder and Sickmund 2006: 128), there has been a rise in the proportion of females entering the juvenile justice system. In 1980, 20% of all juvenile arrests were females; in 2003, this percentage had increased to 29% – with the majority of the growth occurring since the early 1990s. This report shows that from 1980 to 2003, the proportion of females arrested for violent crimes increased from 10% to 18% for property crimes from 19% to 32%. The 14,590 girls in custody in 2003 represented 15% of all juvenile offenders in custody; this was a 2% increase from 1991 to 2003.
- The Juvenile Justice and Delinquency Prevention (JJDP) Act of 1974, which noted the lack of gender-specific programming for females. The State Challenge Activities Programs required states to develop plans for providing gender specific services for the prevention and treatment of juvenile delinquency. These plans, while variously implemented in the states, provided impetus for the development of such programs.
- The American Bar Association's report *Justice by Gender* (2001) indicated a lack of appropriate prevention, diversion, and treatment alternatives for girls in the justice system. The report also indicated a serious need for additional research on girls' pathways to and causes of law breaking.
- Despite federal funding for gender responsive programs, knowledge about the effectiveness of these attempts remains very limited.
- Further, the almost 30 years of scholarship focusing on gender and crime has concentrated primarily on women, not on girls (see recent summary examples Heimer and Kruttschnitt 2006, Morash 2006). While longitudinal studies have been conducted with great impact on the field (Farrington 2005; Loeber et al. 1997, Thornberry and Krohn 2005), with rare exceptions the longitudinal studies have not focused on girls (Moffitt et al. 2001, Wido 1995 are notable exceptions).
- At about the same time as the Girls Study Group was instituted, the National Institute of Corrections (NIC) report *Gender Responsive Strategies: Research, Practice and Guiding Principles for Women Offenders* (Bloom et al. 2003) was published. This report makes a strong case for gender-responsive strategies for dealing with female offenders.

The report suggests, based on literature reviews and focus groups with practitioners, that women offenders experience histories of personal abuse which are major roots of criminality (p. 53) and that mental illness and substance abuse are strong correlates of female crime, as are relationship issues, especially relations with male partners.

- The NIC report has become a benchmark in policy and practice. However, findings from this report on adult female offenders are often accepted almost whole cloth as true for juvenile female offenders as well, thus ignoring many differences that may exist (i.e., developmental stages; the dependency of children on adults; the central role of peers in adolescence; and the role of school and mandatory school attendance for juveniles). While the NIC report points to important gender-responsive practices, a corollary piece addressing the situation of girls specifically is an important next step.

The confluence of factors noted above ignited the need for a comprehensive assessment of what is known about delinquency and girls, as well as program effectiveness for them. It was also fuelled by the belief that gender responsive programs were the answer to rising tides of juvenile girl offending.

This chapter, which summarizes what is currently known regarding the patterns of violence among girls, in comparison to boys, suggests what causal factors that might account for any changes, and reviews the gender responsive programs which may be effective in changing them.

To determine changes in the extent of violence for girls and boys we examined two primary sources for the years 1991-2010. The first was arrest statistics gathered from the FBI's Uniform Crime Reports (UCR). The second source was self-reports of adolescent violence and delinquency from the Monitoring the Future survey (MTF). Since official arrest statistics may only be capturing changes in enforcement practices and not actually changes in the incidence of crime, self-reports are used in an attempt to inform official arrests and also to assess the true incidence of crime. Three types of crime were examined: aggravated assault, simple assault, and vandalism. Information on each data source follows.

Uniform Crime Reports

The UCR is considered a primary source of official crime statistics in the United States. The data consist of reported crimes to the nation's law enforcement agencies including the number of arrests made. For the purposes of this chapter official arrest data for males and females ages 13-18 on three types

of crime collected by the UCR are used. Aggravated assault involves severe bodily injury and is usually accompanied by the use of a weapon. Simple assault is an attack on another individual that did not involve a weapon where a victim did not sustain a serious injury. Vandalism is the willful or attempt to destroy or disfigure any public or private property without the consent of the owner.

The UCR data are available in such a way that allows examination of arrests by sex and age. In order to compare the UCR with the MTF data, we use the ages that are most represented in the MTF survey (ages 13-18). Since the UCR sex-by-age breakdown only gives data on the raw number of arrests, it was important to convert these into rates. To do this, we used the following formula for males and females:

$$\frac{\text{number of juvenile female/male arrests}}{\text{U.S. juvenile female/male population}} * 100,000$$

There are a number of well-known criticisms of the UCR. While a complete examination¹ is beyond the scope of this chapter we will give attention to some of the more relevant critiques. One well-founded criticism of the UCR is that it under-estimates the true incidence of criminal activity. Since the UCR consists of only those crimes reported to law-enforcement, it does not take into account crimes that are unreported. Research suggests that certain types of crime have more underreporting than other types. However, for the purposes of this project, we are more interested in trends rather than in the true incidence of criminal activity. The UCR data is useful in examining trends. For example, the UCR may be useful in identifying the degree to which police and law enforcement agencies “crackdown” and target certain types of people (e.g. females) committing certain types of crimes (e.g. simple assaults) although the actual number of these specific offenses will probably remain unknown. Using additional self-report data sources may alleviate this potential bias.

Another common criticism of the UCR is that since the reporting of law enforcement agencies to the FBI is voluntary, not all agencies report. This can be problematic in that it can lead to a bias in assessing the true incidence of criminal offenses. However, in 2009, law enforcement agencies that participated in the UCR program represented almost 97% of the population in the U.S. (FBI 2009). Thus, only about 3% of the population was not included in the data set.

¹ For a more thorough review of the limitations of the UCR see Blumstein 2000, Mosher, Miethe and Philips 2002, and Steffensmeier and Harer 1999.

Monitoring the Future

The MTF survey uses a multi-stage sampling process to obtain a representative sample of adolescent behaviors, values, and attitudes in the U.S. The first stage is a selection of a particular geographic region. In the second stage, approximately 420 schools are selected. In stage 3, around 50,000 8th (ages 13-14), 10th (ages 15-16), and 12th (ages 17-18) grade students² are surveyed and asked a variety of questions about, for example, political beliefs, drug and alcohol use, social activities, victimization, and delinquent behavior. For the purposes of this chapter, we will be using only those survey items that ask about delinquent behavior. More specifically, this chapter examines items that most closely represent aggravated assault³, simple assault⁴, vandalism⁵, and larceny⁶. The items on the questionnaire assesses both yearly prevalence and frequency by asking, “how often during the last 12 months have you...”. The frequency scales range from “not at all,” “once,” “two times,” “three to four times,” and “five or more times.” Because of the period of time in which the respondents are reporting (one year) and the limited number of categories represented for “frequency,” we combined these categories into a dichotomous variable representing having committed a delinquent act in the previous year or not. For the MTF, we calculated prevalence as the number of males and females committing a violent or delinquent act per 100 male or female respondents. In other words, this figure represents the percent of male or female students’ involvement in a particular delinquent behavior. While the MTF survey may not suffer from the same limitations as the UCR, there are still some weaknesses. The first is sampling bias. The MTF only samples individuals who are in school and thus, excludes those who are not because they, for example, may have dropped out. Although drop-outs do have higher rates of delinquency than those who remain in school, the proportion of those who do drop-out is relatively small at about 7.4% (Bachman, Wadsworth, O’Malley, Johnston, and Schulenberg 1997, Department of Education 2010, Steffensmeier, Schwartz, Zhong, and Ackerman 2005). Furthermore, the drop-out rate would only bias estimates of the crime/gender gap if boys (or girls) were more likely to drop out than girls (or boys). There is evidence to suggest that the

² When the survey began in 1975 only 12th grade students were surveyed. The 8th and 10th grade students were not included in the survey until 1991. From 1991 until the present, all three grades are included in the survey. For this reason, we chose to begin our descriptive analysis using data from 1991 through 2010.

³ Items measuring aggravated assault consisted of “hit an instructor or supervisor” and “hurt someone badly enough to need bandages or a doctor.”

⁴ Items measuring simple assault consisted of “serious fight at work or school” and “fight with a group of friends against another group.”

⁵ Items measuring vandalism included “damaging property at work or school on purpose.”

⁶ Items measuring larceny included “taking something not belonging to you.”

gender gap in drop-out rates has remained relatively stable over time although boys tend to drop out more than girls (Kaufman, Alt and Chapman 2001). Another issue of sampling is whether schools in inner-cities are represented in the sample. This could potentially be problematic since inner-city schools tend to have not only the highest drop-out rates, but consist of individuals who engage in more criminal activity than other schools (Fagan and Pabon 1990). While it is not possible to assess whether inner city schools are representative of the population of all inner city schools, this may not be especially problematic to our research since the MTF survey most likely is under representative of those involved in high amounts of delinquency and those involved in the most serious forms of crime, it does seem to be generally representative of the population and includes a significant percentage of those involved in the various forms of delinquency under study.

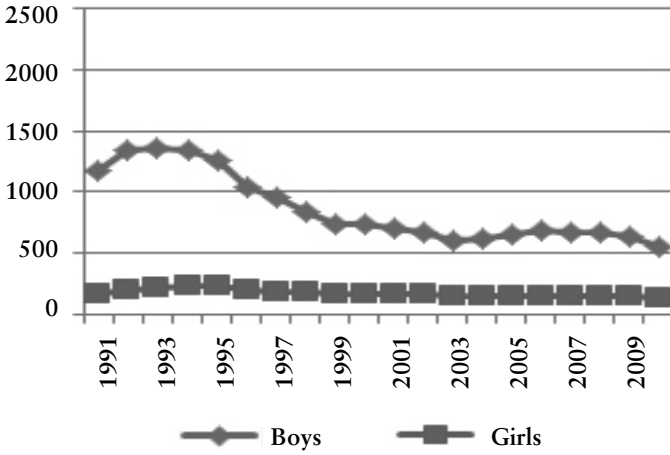
Findings

Uniform Crime Reports

First, we examine the trends in the arrest rates of girls and boys ages 13-18 for aggravated assault, simple assault, and vandalism. Figure 1 shows the trends in males and females arrest rates for aggravated assault. There is a steep decline for boys over-time. Arrest rates for boys peaked in 1993 at about 1,400 per 100,000 and fell sharply over the next 6 years to about 745 per 100,000 in 1999. Since 1999 there has been a relatively steady decline with a slight increase in 2006. Arrest rates for boys reached its lowest point in 2010 at 546 per 100,000 population. Arrest rates of girls for aggravated assaults have decreased slightly over-time from about 232 per 100,000 in 1995 to its lowest point in 2010 at about 129 per 100,000 population. In general, there does appear to be a narrowing of the gender gap, which is primarily due to the dramatic decrease in arrest rates for boys.

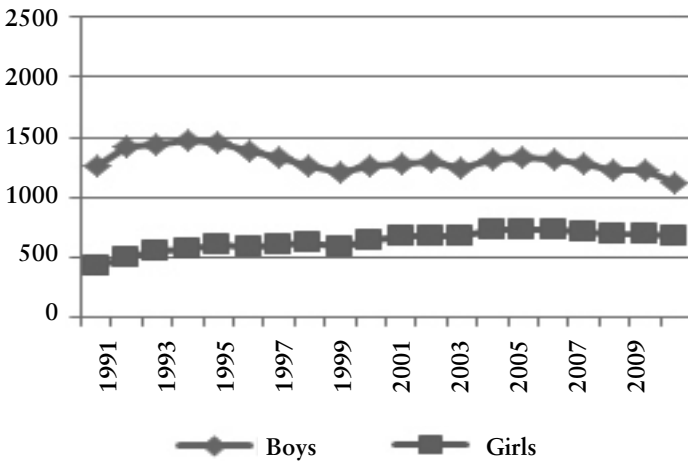
Figure 2 shows arrest rates of girls and boys for simple assault. While, overall, there seems to be a downward trend for boys engaging in simple assault, there appears to be an increase for girls. Arrest rates for boys peaked in 1994 at about 1,400 arrests per 100,000 population and reached their lowest point in 2010 at about 1,100 per 100,000 population. For girls, arrest rates were lowest in 1991 at about 425 per 100,000 and reach their highest point in 2004 at about 728 per 100,000. Arrest rates for girls since 2005 have declined slightly to about 664 per 100,000 in 2010. Overall, the gender gap for arrests for simple assault does appear to be narrowing.

Figure 1. Trends in males and females arrest rates for aggravated assault (13-18 year olds)



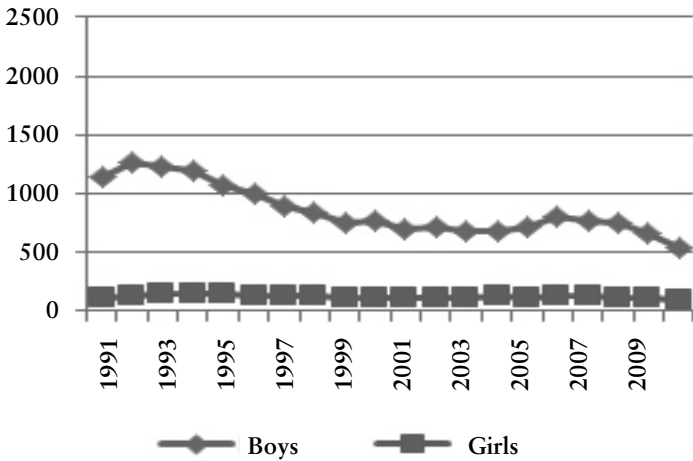
Source: Uniform Crime Reports, 1991-2010

Figure 2. Trends in males and females arrest rates for simple assault (13-18 year olds)



Source: Uniform Crime Reports, 1991-2010

Figure 3. Trends in males and females arrest rates for vandalism (13-18 year olds)



Source: Uniform Crime Reports, 1991-2010

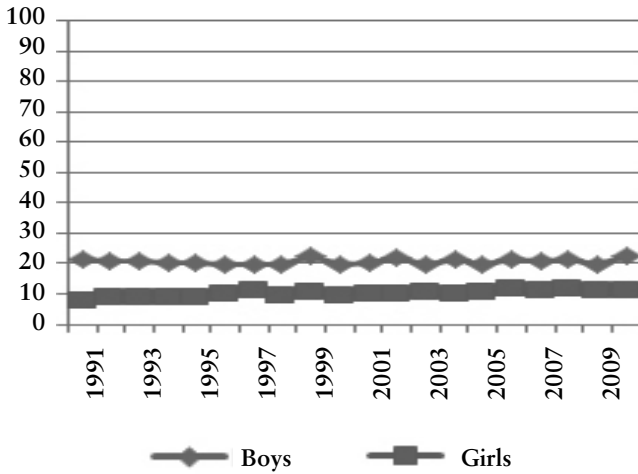
Figure 3 shows the trends in arrest rates of girls and boys for vandalism. Arrest rates for vandalism appear to follow, roughly, the same pattern for aggravated assault arrest rates. Overall, boys have been declining from about 1,262 per 100,000 in 1992 to about 541 per 100,000 in 2010. Girls, however, have remained relatively stable showing very little increase or decrease from 1991 to 2010.

Monitoring the Future

Trends for self-reported violence and delinquency show some narrowing of the gender gap. Figure 4 shows the trends for aggravated assault for boys and girls. From these descriptives, it does appear that girls are self-reporting more violent acts over time from almost 8% in 1991 to 11.4% in 2010. The increase for boys was not as sharp from about 21% in 1991 to 22.5% in 2010. Even though both boys and girls seem to be self-reporting more violence now than in 1991, the gender gap seems to have narrowed between 1991 and 2009 decreasing from about 13.3% to 8.6% with a slight widening in 2010.

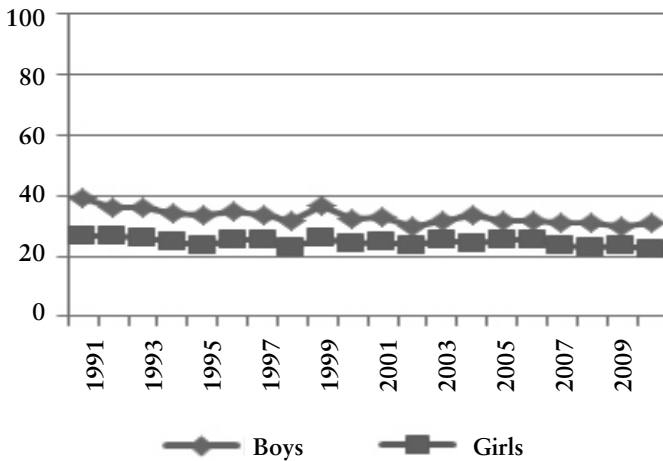
In Figure 5 simple assault trends, over time, are plotted for 13-18 year olds. For all years from 1991-2010 boys self-reported more acts of simple assault than girls. Simple assault for both boys and girls was at its highest level in 1991 with about 40% of boys and 27% of girls committing at least one

Figure 4. Trends in males and females self-reported aggravated assault (13-18 year olds)



Source: *Monitoring the Future*, 1991-2010

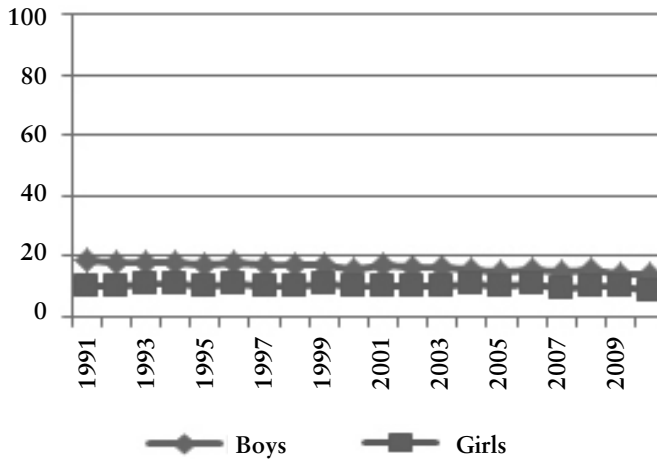
Figure 5. Trends in males and females self-reported simple assault (13-18 year olds)



Source: *Monitoring the Future*, 1991-2010

simple assault in the previous year. In general, there does appear to be a narrowing of the gender gap over time although there is a significant increase from 2009 to 2010. The largest difference in the gender gap was in 1991 and the smallest was in 2002 with very slight increases to 2009. In 2010, boys increased in simple assaults whereas girls decreased.

Figure 6. Trends in males and females self-reported vandalism (13-18 year olds)



Source: *Monitoring the Future*, 1991-2010

Figure 6 shows the trends for vandalism rates for boys and girls. The trend for boys self-reports of vandalism seems to have decreased somewhat over time from about 18.5% in 1991 to 14% in 2010. Girls, though, have remained relative constant over time with only a slight increase in the early 2000s. The narrowing of the gender gap for self-reported vandalism seems to be primarily due to the decrease for boys since girls' self-reports have remained relatively stable over time.

Consistent with a study done earlier by Steffensmeier et al. (2005), we find little evidence that the narrowing of the gender gap is the result of an increase in girls' violence and delinquency. Rather, much of the shrinking of the gender gap is due to a significant decrease in arrests for boys. One exception to this is the increase in girls' arrests for simple assault. However, when examining self-reports for simple assault, there does not appear to be a significant increase. In fact, the trend for self-reported simple assaults for girls has remained relatively stable over the last 20 years. Furthermore, we find little evidence that the narrowing of the gender gap for aggravated assault reflects an actual change in the behavior of girls. Much like for simple assault, the narrowing of the gap reflects a decrease in arrests of boys for aggravated assault. While Steffensmeier et al. (2005) primarily focused on assault, we

included vandalism as one measure of delinquency. Similar to the findings for violence, we see a downward trend in arrests for vandalism for boys and a downward trend in self-reports as well. The narrowing of the gender gap appears to be the result of less involvement in vandalism for boys.

Based on these two analyses, there is an increase in simple assault by girls and the gender gap is narrowing in vandalism and in simple assault.

There is no evidence that there is a wholesale increase in serious assault by American girls over the last twenty years. Narrowing of the gender gap in serious assaults results from a decline in serious violence by boys.

While there is no evidence of increase in serious assaults by girls, nonetheless, it is a matter of concern that the gap is narrowing for simple assault and for vandalism. The potential causal reasons require examination. There are two causal factors that deserve further examination. Shifting trends could be brought about by societal changes that incite behavioral changes. This implies that shifting arrest trends are merely a reflection of changing behavior trends. Modifications in behavior may be a by-product of increased stress in the lives of young females; increases in messages favorable to perpetration of violence by females; family breakdown resulting in reduced social controls; or the consequence of escalated opportunities and freedom for females facilitating more interaction with males who emanate messages encouraging violence. While it is possible that behavioral changes may explain a small portion of the shift in arrests of adolescent girls, two analyses previously done on this issue, Steffensmeier and Schwartz (2009) and Feld (2009), suggest that the net widening from changes in legislation and enforcement are the primary causes of the shift, rather than significant behavioral change .

The “Policy Change Hypothesis” proposes that “arrest trends are a by-product of net-widening changes in policing and penal philosophy that have affected girls’ arrest proneness more so than boys” (Steffensmeier et al. 2005, Steffensmeier and Schwartz 2009). Arrest policies and enforcement have changed in ways that redefine in four very important ways that affect who is charged; under what circumstances they are charged, and what they are charged with. These ways include:

- “criminalization” and “charging-up” of less serious or minor forms of “violence”. This conversion widens the net of female arrests. Females feels the effects of this change to a greater degree than males because generally their offenses are of a less serious nature than that of males and under the new laws they may receive more serious charges, where as previously they most probably would have received minor charges or no charge at all.

- “criminalization of violence occurring between intimates and in private settings such as home or school, contexts in which female violence levels more closely approximate male levels”.
- “bootstrapping and re-labelling of minor offenses for “girl’s protection,” i.e., as grounds for detention or placement in appropriate programs or facilities”. Under these circumstances a female may be charged simply as a way to remove her from an environment deemed harmful because of a lack of legal alternative ways to achieve this goal.
- Enforcement that has become more gender-neutral and bureaucratic. Society has adopted attitudes that are less toward female juveniles and in an attempt to un-bias the system laws are enforced more even handedly among both males and females and less judicial discretion is tolerated.

According to Steffensmeier et al. (2005), the likelihood of girls being arrested is affected by complex and adaptable characteristics of “violent” behavior. The girls’ ratio of simple assault to aggravated assaults has been shifting toward a greater number of arrests for less serious offenses. This is suggestive of resulting from changing policies, such as “zero-tolerance,” “quality of life,” and the emergence of mandatory arrests in domestic violence cases. Thus, actions considered to be assault and factors for aggravating assaults have been lowered, as have reporting thresholds skewing the outward reflection of a drastic increase in violent crime when, in fact, the rates are much more stable than the numbers appear.

The changing rates of assaults have been analyzed by researchers for several decades with comparison of the ratios of homicide to aggravated assaults (e.g. Zimring 1998) and comparisons of the ratio of robberies to assaults (e.g. Zimring and Hawkins 1997, Snyder and Sickmund 2006).

“Changing police standards can have a huge impact on statistical trends. For the period since 1980, there is significant circumstantial evidence from many sources that changing police thresholds for when assault should be recorded and when the report should be for aggravated assault are the reason for most of the growth in arrest rates... Any reduction in the threshold between simple and aggravated assault and any shift in the minimum standard for recording an offense would have the kind of statistical impact on assault arrests that has occurred since the late 1980s.” (Zimring 1998: 39-42, 46)

When these comparisons are made, no correspondence is found between the increase of assault arrests and robbery or homicide arrests. Thus, rather than an authentic increase in actual assaults, Zimring and Hawkins (1997) accredit

a large number of assault arrests to policy changes in law enforcement. The same may be true here that, as both Steffensmeier and Schwartz (2009) and Feld (2009) conclude, girls are being arrested for simple assault more now than previously because of changes in policy and law enforcement practices. Other variables explaining the narrowing of the gender gap for simple assault and for attacks on property (vandalism) also require future research.

Despite lack of knowledge on causation, in 1992 the Juvenile Justice and Delinquency Prevention Act was passed spurring the development of programs specifically designed for girls in custody. Few of these gender specific programs have been analyzed for their effectiveness. A recent summary of the evaluations of fifteen programs yielded varying results (Zahn, Day, Mihalic, and Tichavsky 2009).

Nine of the programs targeted females exclusively and six others designed for both males and females, evaluated effectiveness by gender. Programs, both gender specific and co-gender, that were comprehensive and geared toward several risk factors at once, seemed to have the best results in reducing recidivism (Zahn, Day, Mihalic, and Tichavsky 2009).

Hubbard and Matthews (2008) pointed out that evaluations that have been conducted on gender specific programs and gender responsive programs have not used the equivalent measures of effectiveness. When reviewing conflicts between the literature on “what works” versus “gender-specific and gender responsive programs,” Hubbard and Matthews (2008) discuss that the goals contrast. Reducing recidivism is used to measure effectiveness in “what works”, while the measure used with “gender-specific and gender responsive” evaluations were quality of life and female empowerment (Hubbard and Matthews 2008). Reaffirming the need for gender specific programs targeting girls is initial evidence pointing to several positive outcomes other than reduced recidivism. Gender specific programs appear to have social and psychological outcomes that have empowering effects and result in more positive results and experiences with education, career, self-esteem, and family relationships, all of which lead to a more rewarding life overall. Despite these positive aspects, evidence supporting their success in reducing recidivism is minimal. Both WINGS (Working to Insure and Nurture Girls Success) and RYSE (Reaffirming Young Sisters’ Excellence) were analyzed using randomized controls and revealed only marginal effectiveness in reducing recidivism. Girls who participated in WINGS alternative to probation program had a slightly lower rate (-2%) of recidivism six months after completion of the program than did non-participants. However by twelve months they were shown to have a four percent higher rate than non-participants (Burke et al. 2003).

Participants of RYSE, also an alternative to probation program, were found to have a slightly higher rate of recidivism (+1.3%) than non-participants six months after program completion and an even higher rate of recidivism (+1.6%) twelve months after completion (National Council on Crime and Delinquency 2001). The RYSE program was geared toward African American females residing in a county in California and targeted building ethnic identity. Evaluation of programs is needed to identify if the program works better for some girls than for others since socioeconomic status among other factors may affect outcomes differently for some subgroups. According to the National Council on Crime and Delinquency (2001) RYSE was more successful in reaching its goals with African American females than it was with either Asian or White females. "Evaluating not only what works for girls, but for which girls programs work, is a necessary next step for future research to take" (Zahn et al. 2009).

Additionally, the importance of program components is needed to determine, based on social location, which are most essential. It is quite possible that some components are more vital for one gender than they are for the other gender. For instance components that address self-esteem may be more beneficial to girls while components that teach communication skills may be as important for boys as they are believed to be for girls.

At present, the evidence base for comprehensive effectiveness evaluation of gender-specific programs is severely limited. The number of thoroughly evaluated programs is lacking with only a limited number of studies utilizing control groups. This is a problem that should not be overlooked in future evaluations. Furthermore, outcomes identified as gender-specific should be distinctly documented as such and explanations for the effect fully explored.

Finally, designing, program component planning, program implementation, and outcome evaluation of gender specific programs should include serious considerations to each individual's social location. With the addition of suggested considerations, gender-specific programs have the potential to specifically target each youth's needs and witness both social and psychological benefits, as well as long term reduction of recidivism rates.

References

- AMERICAN Bar Association, 2001, "Justice by Gender: The Lack of Appropriate Prevention, Diversion and Treatment Alternatives for Girls in the Justice System", National Bar Association.
- BACHMAN, Jerald G., Katherine Wadsworth, Patrick M. O'Malley, Lloyd D. Johnston, and John Schulenberg, 1997, *Smoking, Drinking, and Drug Use in*

- Young Adulthood: The Impacts of New Freedoms and New Responsibilities*, Mahwah, NJ, Lawrence Erlbaum Associates.
- BLOOM, Barbara, Barbara Owen, Jill Rosenbaum, and Elizabeth Deschenes, 2003, "Focusing on girls and young women: A gendered perspective on female delinquency", *Women and Criminal Justice*, 14(2/3): 117-136.
- BLOOM, Barbara, Barbara Owen, and Stephanie Covington, 2006, *A summary of research, practice and guiding principles for women offenders*. Washington, DC, National Institute of Corrections.
- BLUMSTEIN, Alfred, and Joel Wallman, 2000, "The recent rise and fall of American violence", in BLUMSTEIN, Alfred, Joel Wallman, and David Farrington (eds.), *The Crime Drop in America*. New York, Cambridge University Press.
- BURKE, Cynthia, Sandy Keaton, and Susan Pennell, 2003, *Addressing the gender-specific needs of girls: An evaluation of San Diego's WINGS Program*. San Diego, San Diego Association of Governments' (SANDAG) Criminal Justice Research Division.
- CHESNEY-LIND, Meda, and Randall G. Shelden, 1992, *Girls, Delinquency and Juvenile Justice*. Pacific Grove, CA, Brooks/Cole.
- FAGAN, Jeffrey, and Edward Pabon, 1990, "Contributions of delinquency and substance use to school dropout among inner-city youths", *Youth and Society*, 21: 303-354.
- FARRINGTON, David P. (ed.), 2005, *Integrated Developmental & Life Course Theories on Offending: Advances in Criminological Theory*. New Brunswick, NJ, Transaction Publishers.
- FEDERAL Bureau of Investigation, 2004, *Uniform Crime Reports (1980-2010)*. Washington DC.
- FELD, Barry, 2009, "Girls in the Juvenile Justice System", in ZAHN, Margaret A. (ed.), *The Delinquent Girl*. Temple University Press, Philadelphia, PA.
- HEIMER, Karen, and Candace Kruttschnitt, 2006, "Gender and Crime: Patterns in Victimization and Offending", *Law & Society Review*, 40(4): 967-969.
- HUBBARD, Dana, and Betsy Matthews, 2008, "Reconciling the differences between "Gender-Responsive" and the "What Works" literatures to improve services for girls", *Crime and Delinquency*, 54: 225-258.
- KAUFMAN, Phillip, Martha Naomi Alt, and Christopher Chapman, 2001, *Dropout Rates in the United States: 2000*, National Center for Education Statistics, Washington, DC, U.S. Department of Education.
- LOEBER, Rolf, and David Farrington, 1997, "Strategies and yields of longitudinal studies on antisocial behavior", in STOFF, David, James Breiling, and Jack Maser (eds.), *Handbook of antisocial behavior*. New York, John Wiley, 125-139.
- MOFFITT, Terri, Avshalom Caspi, Michael Rutter, and Phil Silva, 2001, *Sex Differences in Antisocial Behaviour*. Cambridge, MA, Cambridge University Press.
- MOSHER, Clayton, Terance Miethe, and Dretha Phillips, 2002, *The Mismeasure of Crime*. London, Sage Publications.
- NATIONAL Council on Crime and Delinquency, 2001, *Evaluation of the Ryse Program*, Alameda County Probation Department. Oakland, CA.
- SNYDER, Howard, and Melissa Sickmund, 2006, *Juvenile Offenders and Victims: 2006 National Report*. U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- STEFFENSMEIER, Darrel, and Jennifer Schwartz, 2009, "Trends in Girls' Delinquency and the Gender Gap: Statistical Assessment of Diverse Sources",

- in ZAHN, Margaret A. (ed.), *The Delinquent Girl*. Temple University Press, Philadelphia, PA.
- STEFFENSMEIER, Darrell, and Miles Harer, 1999, "Making sense of recent U.S. crime trends, 1980–96/98: Age composition effects and other explanations", *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 36: 235-274.
- STEFFENSMEIER, Darrell, Jennifer Schwartz, Hua Zhong, and Jeff Ackerman, 2005, "An assessment of recent trends in girls' violence using diverse longitudinal sources. Is the gender gap closing?", *Criminology*, 43: 355-405.
- STEFFENSMEIER, Darrell. 1993. "National trends in female arrests: 1960-1990: Assessments and recommendations for research." *Journal of Quantitative Criminology* 9:411-41.
- THORNBERRY, Terence, and Marvin Krohn, 2005, "Applying interactional theory in the explanation of continuity and change in antisocial behavior", *Advances in Criminological Theory*, 14: 183-210.
- WIDOM, Cathy S., 1995, "Victims of Childhood Sexual Abuse – Later Criminal Consequences", in National Institute of Justice Research Brief, Washington D.C., United States Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- ZAHN, Margaret A. (ed.), 2009, *The Delinquent Girl*. Temple University Press, Philadelphia, PA.
- ZAHN, Margaret A., 2006, "The Girls Study Group: Its Creation and Achievements", *The Criminologist: The Official Newsletter of the American Society of Criminology*, 31 (5).
- ZAHN, Margaret A., Jacob Day, Sharon Mihalic, and Lisa Tichavsky, 2009, "Determining What Works for Girls in the Juvenile Justice System: A Summary of Evaluation Evidence", *Crime and Delinquency*, 55(2): 266-293.
- ZAHN, Margaret A., Robert Agnew, Diana Fishbein, Shari Miller, Donna-Marie Winn, Gayle Dakoff, Candace Kruttschnitt, Peggy Giordano, Denise Gottfredson, Allison Payne, Barry Feld, and Meda Chesney-Lind, 2010, *Causes and Correlates of Girls' Delinquency*, U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- ZAHN, Margaret A., Stephanie Hawkins, Janet Chiancone, and Ariel Whitworth, 2008, *The Girls Study Group: Charting the Way to Delinquency Prevention for Girls*, Girls Study Group: Understanding and Responding to Girls' Delinquency. U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- ZAHN, Margaret A., Susan Brumbaugh, Darrell Steffensmeier, Barry Feld, Merry Morash, Meda Chesney-Lind, Jody Miller, Allison Ann Payne, Denise Gottfredson, and Candace Kruttschnitt, 2008, *Violence by Teenage Girls: Trends and Context*. U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- ZIMRING, Frank and Gordon Hawkins, 1997, *Crime Is Not the Problem: Lethal Violence in America*. New York, Oxford University Press.
- ZIMRING, Frank, 1998, *American Youth Violence*. New York, Oxford University Press.

3. Novas feminilidades e gangues em Brasília

Miriam Abramovay | Marisa Feffermann*

Introdução

Na sociedade atual aparecem expressões de novos discursos e configurações subjetivas que buscam ressignificar conceitos como masculino/feminino, ativo/passivo, público/privado. Segundo Mansano (2009), estamos diante da pluralidade de expressões das singularidades/coletividades, combinações imprevisíveis, possibilidades contraditórias e identidades múltiplas. Assim, os fatores que perpassam os processos de construção da subjetividade, como gênero, raça, cultura, desigualdade social, o incitamento ao consumo e a espetacularização e virtualização da vida social, dentre outros fatores, concorrem simultaneamente para o desenvolvimento de processos como a violência e o aumento da criminalidade entre adolescentes. Compreender as novas formas de relação das mulheres com a violência é refletir sobre os efeitos desses nos processos de subjetivação, afinal, assim como afirma Campos, Trindade e Coelho (2008: 4), “alguns crimes cometidos por mulheres esla-recem melhor as ambiguidades de uma sociedade e seus conflitos”.

A proposta deste artigo é possibilitar uma reflexão sobre a relação entre violência e gênero, apresentando as diversas formas como jovens, inseridos nas gangues de Brasília, se relacionam com a violência. Pretende-se focar especificamente o gênero feminino e sua relação com a violência, considerando a diversidade contida nas relações de gênero que potencializam inúmeras configurações. Busca-se evitar posturas reducionistas e estereotipadas, dando lugar a outras feminilidades. Parte-se do pressuposto que masculinidades e feminilidades, portanto, “conformam identidades múltiplas situadas em interações sociais plurais, de modo que os sujeitos nelas engajados estão envolvidos em significados contextuais e imersos em processos de desconstrução e (re) construção” (Abramovay e Cunha, 2009: 360).

Ao considerar as relações de poder como relações de dominação, das quais as relações de gênero são uma variável, abre-se a possibilidade de encontrar

* FLACSO – Brasil & Instituto de Saúde do estado de São Paulo.

inteligibilidade na ação agressiva praticada pelas mulheres. Os impactos das construções culturais relacionadas ao feminino e ao masculino se tornam nítidos na análise das complexidades que envolvem o mundo do crime, pois, historicamente, mulheres e homens não estiveram envolvidos da mesma forma na prática de ações ilícitas. A criminalidade sempre esteve fortemente integrada à masculinidade, associada a padrões históricos hegemônicos, como a violência, a virilidade e a transgressão. Todavia é importante não naturalizar estas associações ou se restringir a uma única forma de masculinidade.

É necessário reconhecer a relação das mulheres com a violência como uma relação de gênero, pois as mulheres que cometem atos violentos rompem com o modelo cultural e social que foi moldado para elas. Essa realidade pode ser observada no número cada vez maior de mulheres recrutadas pelo crime organizado; a criminalidade lhes oferece uma visibilidade que elas dificilmente teriam na vida comum de donas de casa (Gebara, 1991: 20).

Os atos violentos realizados por mulheres têm recebido pouca atenção. Na maioria dos estudos acadêmicos, as mulheres aparecem quase sempre como vítimas, reproduzindo o estereótipo do “sexo frágil”. A identidade feminina é saturada de estereótipos construídos culturalmente, os quais impelem a sociedade a esperar atitudes e determinados papéis pré-estabelecidos quanto ao papel da mulher na sociedade. Deste papel espera-se passividade, gentileza, fragilidade, docilidade, paciência, tolerância, em contrapartida à expectativa em relação ao homem como um ser ativo forte (Voegeli, 2003; Silva, 2007; Badinter, 2005).

As estatísticas demonstram que o número de crimes relacionados à “violência dura”, cometidos por mulheres, tende a ser expressivamente menor do que o de homens. Esses dados de certa forma invisibilizam as práticas violentas cometidas por mulheres. As infrações cometidas por estas sempre foram consideradas no imaginário social construído em torno da criminalidade feminina como restritas ao espaço privado e, assim, parte delas permanecia oculta e invisível (Assis e Constantino, 2001; Soares e Ilgenfritz, 2002; Almeida, 2001; Buglione, 1998; Lemgruber, 1999). Todavia, alguns estudos têm demonstrado que as práticas violentas cometidas pelas mulheres têm migrado do espaço privado para o público, adquirindo maior visibilidade.

A transformação dos atos infracionais aponta para diferentes posições subjetivas das mulheres no mundo do crime, com o aumento da incidência de mulheres no tráfico, em assaltos e sequestros (Campos, Trindade e Coelho, 2008; Santos *et al.*, 2009). A condição socioeconômica e as relações das mulheres com o espaço públicotornam-se fatores importantes para a transformação do tipo de infração. Desta forma, fatores como o desemprego, o baixo nível de instrução e a precariedade nas condições financeiras também

podem estar associados aos crimes cometidos por mulheres. Ou seja, a condição socioeconômica, evidenciada através da necessidade de obtenção de renda, apareceria como uma das principais causas de ingresso das mulheres no crime, pois cada vez mais caberia a elas o papel de mantenedoras da família (Santos *et al.*, 2009: 4).

Guilhermano (2000) reforça esta ideia, afirmando que as mulheres tendem a cometer mais crimes contra a propriedade, e seus antecedentes sociais situam-se nas baixas condições socioeconômicas, baixo nível educacional, empregos de menor qualificação ou desemprego, presença de crianças, maior exposição ao abuso físico e sexual e crescente consumo de drogas.

A perspectiva desta proposta não é invisibilizar a realidade que produz e reproduz dinâmicas sociais que vitimizam as mulheres, mas possibilitar um olhar para os contextos, onde elas próprias surgem, também, como autoras de violência.

As gangues

Nossa proposta é debruçarmo-nos sobre o universo das gangues e conhecer os jovens nas gangues, homens e mulheres, o que nos impõe a necessidade de compreender as formas pelas quais os gêneros manifestam ou passam pelas experiências das violências. Abramovay *et al.* (1999: 95) afirmam que os jovens entram nos grupos para “compartilhar significados, serem reconhecidos como membros ativos de sociedade, sentindo-se parte de uma dinâmica social ampla”.

De um modo geral, esses grupos juvenis trazem marcadamente elementos como a busca por reconhecimento, a exaltação do sentimento de pertença e a aquisição de prestígio. Dentro desse contexto, enfatizam-se, nas dinâmicas entre e intra gangues, valores como coragem, fama e lealdade ao próprio grupo.

A violência e seus reflexos são questões recorrentes nos estudos sobre gangues, especificamente aqueles que investigam as conformações dessas organizações fora do contexto brasileiro. Expressivos autores, principalmente nos EUA, veem a violência como característica essencial da identidade das gangues (Klein e Maxson, 1989; Huff, 1993; Miller, 2001) e outros como uma variável que influencia, mas não determina, a identidade grupal (Messerchmidt, 1999; Abramovay *et al.*, 1999; Spergel e Curry, 1990; Campbell, 1984; Short, 1996; Moore, 1998). Sem dúvida, se o conflito inter gangues, ou as “guerras”, seriam cruciais ao simbolismo e ao imagético cultural das gangues, necessário se torna complexificar tal aspecto no que tange às inserções dos sujeitos em termos de identidades de gênero (Abramovay *et al.*, 2010: 55).

A inserção de mulheres em gangues

A literatura sobre as mulheres inseridas nas gangues estado-unidenses demonstra que há formas variáveis dessa inserção, refere-se a uma pluralidade de expressões da feminilidade e modos distintos de relações entre gêneros. “Mulheres podem dotar identidades como a da *bad girl*, a *tom-boy* ou outras, e envolver-se em relações e similaridade, complementaridade ou competição” (Abramovay *et al.*, 2010). Os comportamentos apresentados por estas mulheres, que demonstram autonomia ou subordinação, *não* podem ser analisados como essência de qualquer dessas identidades e relações. Uma questão que perpassa esses estudos é o papel das mulheres em relação aos homens. Este papel seria de complementaridade ou similaridade? Nas suas incursões no universo das gangues, especificamente na análise da inserção das mulheres nestes grupos, alguns autores buscaram responder a esta questão.

A obra *The Girls in the Gang* (Campbell, 1984) é considerada uma referência nos estudos que discutem a participação feminina nas gangues. Busca *não generalizar uma conceituação* do papel das mulheres em relação aos homens nas gangues, apontando inclusive que as mulheres podem assumir a posição de complementaridade e similaridade de modo ambivalente. Afirma que as integrantes das gangues constituem a sua própria feminilidade, ao negar identidades tradicionalmente atribuídas ao feminino e a outros papéis de jovens mulheres. Em suas observações de campo, *obtem* indícios que nas gangues havia a busca por uma negação do feminino tradicional.

Miller (2001), a partir de suas pesquisas sobre o tema, sugere que, nas gangues que estudou, as mulheres utilizavam o gênero para negociar o nível de comprometimento e responsabilidade que assumiam dentro do grupo.

Outros autores apontam que nas gangues há uma reprodução dos papéis e do poder do masculino. Moore (1998) afirmou ainda que as relações de gênero nas gangues estariam frequentemente baseadas em uma estratificação de poder, reproduzindo uma dinâmica comum em determinados espaços sociais, na qual o masculino dita as possibilidades de ação das mulheres. Em contrapartida, Giordano (1999) abordou a função do grupo na influência dos “atos delinquentes” femininos, desconstruindo a ideia de que as mulheres teriam um papel mais passivo e seriam normalmente introduzidas na delinquência por seus namorados ou homens com quem estivessem se relacionando.

Messerschmidt (1999), por sua vez, discutiu o papel assumido pelas gangues femininas, buscando oferecer uma visão alternativa sobre as interações de gênero. Afirmou que atos ilegais e mesmo de violência cometidos por mulheres corresponderiam às tentativas de construção de uma feminilidade específica e uma maneira de distanciarem-se das feminilidades tradicionais.

A partir destas pesquisas, pode-se constatar que há várias possibilidades de inserção das mulheres nas gangues e várias interpretações destas trajetórias. Desta forma, não se pode categorizar esta realidade a partir de um único ponto de vista.

A pesquisa sobre *Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha*¹ e *Sujeitos Cabulosos*², realizada no período de 2007 a 2010, é uma contribuição para um tema pouco estudado na literatura nacional brasileira e busca contribuir para desmistificar certos estereótipos que depreciam a condição feminina. Esta pesquisa estudou o universo das gangues de pichadores no Distrito Federal (Brasil), analisando seus discursos e vivências. Buscou apreender os diferentes aspectos desse segmento juvenil, enfocando a transversalidade das relações de gênero nesse contexto social. Abordagem sócio-antropológica (com a metodologia de *networks*), foram 150 horas de entrevistas e grupos focais. Participaram da pesquisa 73 jovens que vivem em cidades satélites, que se localizam ao redor do Distrito Federal. Foi realizada uma intensa comunicação via internet (acompanhamento sistemático de *blogs* e *sites*), bem como diversas incursões em campo (reuniões, encontros informais, boates, eventos comemorativos, shows e churrascos). Assim, o estudo desenvolveu-se por meio da observação de campo, da realização de entrevistas e grupos focais, de contatos na rede virtual e de pesquisa bibliográfica.

Nesta pesquisa as representações sobre mulheres, por sua vez, podem reforçar os estereótipos de gênero ou contestá-los. A proposta é apresentar algumas das principais categorias identitárias que podem ser assumidas pelas integrantes (Abramovay *et al.*, 2010: 25).

Ao ingressar nos espaços das gangues, caracterizados pela predominância do masculino, pode-se observar o lugar que estas jovens ocupam e os preconceitos enfrentados dentro de um espaço já esquematizado. A maior parte das gangues pesquisadas é mista, todavia há casos em que não existe a presença feminina. Busca-se apresentar os mecanismos encontrados pelas jovens para pertencer a estes grupos, formas para serem aceitas, tanto realizando as mesmas tarefas que os jovens, inclusive atos e violência, como se destacando por outros atributos. Para permanecer no grupo, estas jovens adotam estratégias de sobrevivência, que por vezes afastam os estigmas direcionados ao feminino ou muitas vezes os reforçam. Nesta perspectiva, alternam em buscar formas de produzir a sua marca peculiar e reproduzir parâmetros machistas ditados pela sociedade, como a valorização da imagem e do corpo. Todavia esta reprodução carrega os códigos identitários peculiares ao universo estudado.

¹ *De rocha*: indivíduo respeitado, admirável, cabuloso.

² *Cabuloso*: indivíduo respeitado, admirável, de rocha.

Na cultura das gangues brasileiras, as representações e as relações de gênero adquirem delineamentos específicos, indicando configurações peculiares protagonizadas por seus integrantes. Essas configurações aparecem através de códigos de resistência e de violência. O cotidiano destes grupos é perpassado por situações, atividades que caracterizam a sua identidade. As atividades de pichação, as festas (denominadas frevos), as disputas entre gangues (guerras) e o uso das drogas deixam marcas da sua forma característica de estar no mundo. A tecnologia, em especial a internet, é bastante utilizada como forma de interação e, além dos muros e ruas, uma forma que possibilita a visibilidade das gangues. A espetacularização destes atos é uma das formas de posicionamento destes jovens diante do mundo. As marcas de poder são inscritas também por meio dos caminhos da transgressão: práticas como infrações e atos violentos podem corresponder a formas de ser e de se colocar na sociedade, remetendo, portanto, a sinais de pertencimento grupal.

As relações de poder estabelecidas nos grupos também nos possibilitam observar as relações de gênero que perpassam estes grupos.

No nosso trabalho destacamos a evidência das questões de redistribuição e reconhecimento, que podem ser identificadas nas atitudes transgressoras realizadas pelos jovens pertencentes às gangues, nas formas encontradas para ser respeitado. Dentro desse contexto, enfatizam-se, nas dinâmicas entre e intra gangues, “valores como coragem, fama e lealdade ao próprio grupo, os quais norteiam a proeminência conferida às identidades de *donas de rocha*^[3] e *sujeitos cabulosos*, categorias de feminino e de masculino que sintetizam o ideal do ser gangueiro^[4]” (Abramovay *et al.*, 2010: 20).

A proposta é apresentar a inserção das mulheres nas gangues a partir das atividades cotidianas que, como apontamos, sinalizam a existência destes grupos.

A inserção das meninas nas gangues de Brasília

A proposta da pesquisa foi discutir o universo das gangues. A abordagem foi fundamentalmente sócio-antropológica e visou à apreensão de representações e significados dos jovens inseridos nas gangues, especificamente ao relacionado às dimensões de violência/transgressão e de gênero. Realizou-se uma pesquisa nos bairros periféricos de Brasília, buscando observar aspectos da sociabilidade desses jovens e suas práticas cotidianas. A expressão

³ Uma categorização do feminino.

⁴ Jovens que pertencem a uma gangue.

dos atores, com suas especificidades, foi a maior fonte de informações, um modo de estes jovens explicitarem as suas percepções, seus códigos a partir de formas particulares de composição de discurso. O trabalho de campo teve a duração de dois anos e foram entrevistados 75 jovens, dos sexos masculino e feminino. Além do trabalho de campo, foram realizados grupos focais, entrevistas individuais e em grupo. Na sua maioria, os interlocutores foram contatados por meio de suas redes sociais e foi o vínculo de confiança que permeava a relação entre os pares que facilitou o contato com os pesquisadores. Importante ressaltar que o caráter ilícito de muitas atividades das gangues implicou um cuidado especial no contato e aproximação da equipe com os jovens envolvidos nas gangues.

As relações de poder nas gangues: líderes femininas – Líder “F”⁵

Na pesquisa verificou-se que existe uma estrutura hierárquica e uma forma de organização destes grupos, que por vezes se caracterizam por uma fluidez de regras e algumas diversidades estruturais⁶.

As relações de poder estabelecidas nas gangues são complexas; todavia há uma hierarquia em que a figura do líder geral simboliza o poder decisório último. Especificamente o papel da liderança feminina apresenta-se de forma diversa nas diferentes gangues estudadas, possuindo significados por vezes ambíguos. Essa discussão é permeada por questões que buscam delimitar o poder decisório das lideranças femininas, as suas responsabilidades e ainda quem exerce a liderança.

Na estrutura hierárquica das gangues, o líder geral é a autoridade máxima, sendo responsável por nomear os líderes locais, ou seja, líderes responsáveis por secções territoriais do grupo, na maioria das vezes correspondentes às cidades satélites. Também são os líderes gerais os responsáveis por empossar as líderes femininas – ou líderes F –, encarregadas da liderança das integrantes mulheres do grupo. Os integrantes homens são subordinados diretamente aos líderes locais, e as integrantes mulheres às líderes F, o que não quer dizer que os membros masculinos não devam respeito às líderes F, ou as integrantes femininas aos líderes locais.

A questão primordial na líder “F” é garantir o respeito tanto de mulheres quanto de homens na gangue, e para isso é necessário muita cautela e planejar cada atitude.

⁵ Líder F: líder da ala feminina da gangue.

⁶ Líder geral (DF): criador, parente ou “eleito” seguido da Líder “F” geral e dos Líderes locais. Logo abaixo da Líder “F” estão as Líderes F Locais, e logo abaixo dos líderes locais estão os demais integrantes.

O lugar da liderança feminina das gangues é variável. Existem gangues em que a líder “F” está abaixo hierarquicamente do líder geral, juntamente com os líderes masculinos; em outras os líderes locais podem ser hierarquicamente superiores à líder “F”; em outras ainda essa hierarquia parece não operar.

A líder do segmento “F” geralmente é uma menina de mais destaque e tem uma relativa independência nas decisões em relação aos problemas relacionados com brigas (guerras) e cobranças; todavia as decisões e problemas devem sempre ser reportados ao líder geral. Considerando as assimetrias de poder nas relações de gênero nestes grupos, como pudemos verificar, as jovens, em especial a líder “F”, vão descobrindo e criando estratégias para a sua permanência e lugar no grupo.

A presença das mulheres nas gangues produz efeitos e opiniões diversos entre os componentes destes grupos. Para alguns líderes, a presença das mulheres é uma constante; outros afirmam que esta presença é eventual e, pela sua especificidade (objeto de desejos, disputa), pode tornar-se prejudicial ao grupo; todavia é consenso que tem havido mudanças em relação a esta questão. No que se refere as relações de poder, estas questões se maximizam. A maioria das narrativas masculinas aponta para uma resistência à autoridade feminina nas gangues. Não há uma negação da participação das mulheres nos grupos, mas o lugar de mando, de decisão deve ser masculino. Assim, há um espaço nas relações de poder dentro destes grupos para as mulheres, mas é delimitado e circunscrito, evitando que os lugares de maior poder sejam ocupados por elas. O papel da líder “F” geralmente está relacionado a decisões que devem ser tomadas em relação às mulheres pertencentes às gangues; assim, ela tem o papel de “ajuizar, *cobrar*⁷ das mulheres, orientá-las” (Abramovay *et al.*, 2010: 92).

Na perspectiva de garantir o espaço e o poder que lhes é atribuído, as líderes “F” buscam uma autonomia em relação a soberania de suas decisões, negando a intromissão dos homens neste domínio.

A líder “F” possui um papel determinante na integração das mulheres no grupo e isto implica um comprometimento e solidariedade com as suas subordinadas. Os problemas internos devem ser tratados e resolvidos entre as mulheres do grupo, de preferência em uma relação de respeito mútuo. Assim, existe a necessidade de um controle pela líder “F”, que terá a função de cobrar e aplicar condutas disciplinares quando necessário.

As infrações cometidas pelos homens com relação às mulheres são avaliadas pela líder “F”. Contudo, respeitando a hierarquia, a situação deve ser

⁷ *Cobrar*: atribuir uma pena para uma atitude que infringiu as regras da gangue e exigir que a menina cumpra a punição.

reportada ao líder geral, que decidirá a forma de apenar o responsável pelo ato faltoso. Todavia, em alguns casos, verifica-se a resistência dos líderes masculinos em cobrar por uma falha cometida contra as mulheres. Nas reuniões do grupo feminino é importante a aproximação da líder com as integrantes, com o objetivo de conquistar respeito e afeto e orientá-las frente as atitudes tomadas na gangue; no entanto, ela deve saber a distância certa para garantir a hierarquia e o poder.

É importante ressaltar que a legitimação das líderes deve ser constatada pela garantia do cumprimento das regras, tais como não ficar com meninos de galeras⁸ rivais. A líder “F” deve exigir a observância das regras que orientam todos os membros da gangue e outras específicas para as mulheres, “que vão na linha de afirmar estereótipos sobre a identidade feminina” (Abramovay *et al.*, 2010: 94).

As pichações e os frevos constituem as principais atividades das gangues

Belloni (2003), Felisette (2008), Mondardo e Goettert (2008) e Spineli (2007) estudam a pichação como forma de expressão no espaço urbano. Os jovens utilizam a pichação como um modo de buscarem visibilidade na atual sociedade do espetáculo (Debord, 1979). A sobreposição de imagens e informações que caracteriza a sociedade atual tende a inviabilizar as expressões e atitudes humanas, que, imiscuídas nos inúmeros ruídos das grandes cidades, impedem qualquer reconhecimento. Estes jovens são parte constitutiva de uma sociedade de consumo e buscam a reapropriação de espaços e a visibilização da sua realidade. Através do traço, que denota a sua autoria e a sua pertença a um grupo, os jovens buscam de um modo bastante peculiar a sua inscrição neste mundo, que de inúmeras formas tende a anular a sua existência. Os estudos mencionados têm demonstrado a complexidade destas expressões, que por vezes podem expressar um contrapoder, ou reproduzir o discurso hegemônico. Nas gangues estas expressões podem produzir sentidos diversos, dependendo de vários aspectos como os sujeitos envolvidos, a situação que ocorreu, o momento da pichação, o lugar, entre outros fatores. A pichação tem um significado singular na trajetória do gangueiro: pode transformar a sua vida e se estender para o seu grupo. A pichação em geral é apontada como forma de expressão e de posicionamento dentro e fora do universo do jovem que pertence à gangue. É uma forma de simbolizar a existência de um grupo e de um gangueiro, de ter visibilidade entre seus pares e na sociedade em geral.

⁸ *Galera*: turma, pessoas, amigos.

As meninas e a pichação⁹

A atividade de pichação é realizada com maior frequência pelos homens, são eles quem picha nos lugares mais difíceis. Todavia, em algumas gangues, as mulheres também estão presentes nestas saídas, que geralmente ocorrem no período noturno e que têm como objetivo encontrar espaços nas cidades em que estes jovens possam deixar a sua marca. As mulheres têm geralmente um papel específico nas trajetórias: elas fazem parte de uma estratégia para escapar das abordagens policiais, pois o elemento feminino serve como uma forma de disfarçar a arte de pichar, afastando as suspeitas policiais sobre o grupo de jovens que percorrem as ruas nas madrugadas. Assim, atributos considerados inerentes ao papel feminino, como a fragilidade e a sedução, são utilizados em batidas policiais. Outro fator narrado é que as mulheres são menos revistadas pelos policiais que os homens, mas isso não nega que em alguns casos as jovens também sofram violência policial quando são surpreendidas na atividade de pichação. Nas falas das jovens podemos identificar este lugar: “Eu não picho, eu não escrevo nos muros. Eu saio com os meninos e eles marcam^[10] pra mim. Eu levo as lata^[11]. É porque nós somos mulher, aí é menos peso^[12] se os policiais parar” (Abramovay *et al.*, 2010: 128).

A identificação da pichação como sendo o cerne da gangueragem¹³ produz no imaginário e práticas destes jovens o enaltecimento e glorificação do ato de pichar. Esta é uma atividade que possibilita a emergência ou decadência de gangueiros e seu grupo, tornando-se uma forma de medição das relações de poder existentes no interior das gangues e entre gangues. Isto pode ser constatado na fala desta jovem: “Até hoje mesmo eu, não sendo pichadora, eu passo dentro do ônibus, eu fico assim, olhando tudo, procurando quem tá no auge^[14], quem tem mais nome, galera nova, eu olho mesmo, adoro gangueragem.”

A adrenalina é um dos componentes mais significativos para estes jovens, meninas e meninos. Tanto no ato de pichar como de participar como coadjuvantes, a experiência é descrita como uma atividade que produz muita adrenalina, que convive com o medo das atitudes repressivas por parte da

⁹ *Pichação*: ato de riscar as paredes e muros com a assinatura pessoal e da gangue a qual se pertence.

¹⁰ *Marcar*: riscar o nome nos muros e paredes, pichar.

¹¹ Lata de spray.

¹² *Peso*: a presença das mulheres pode disfarçar o ato de pichar, não havendo desta forma punição por parte dos policiais.

¹³ *Gangueragem*: comportamentos referentes a quem pertence a uma gangue.

¹⁴ Os riscos mais altos são mais valorizados, por isso os que estão no auge são os mais reconhecidos.

polícia. Segundo uma jovem: “Adrenalina, demais. Mas que dá medo, dá. Quando a gente vê os canas^[15], a gente pira^[16]. É bom, mas dá medo, não é medo de rodar^[17], mas dos canas pegar nós e pintar a gente^[18]”.

Os estereótipos sociais sobre gênero são utilizados como estratégia para garantir o ato de pichar e a codificação dos jovens de forma diferenciada. Para os homens, as mulheres em sua maioria são percebidas como mais ingênuas e com menos tendência ao crime. A utilização dos estereótipos da sociedade sobre as mulheres como forma de encobrir as atividades da pichação é uma constante na narrativa, tanto dos meninos quanto das meninas. A vestimenta, os artefatos femininos (salto alto, bijuterias, etc.) ocupam um duplo papel: o de se tornar aparente para os jovens e como elementos utilizados pelas meninas para buscar garantir a segurança dos homens.

Nesse universo múltiplo das gangues, há meninas que picham e se orgulham desta atividade, principalmente por conta do reconhecimento entre os meninos, reconhecimento que transpassa a gangue em que estão inseridas, considerando que os muros pichados situam-se em várias partes da cidade. Na fala de uma das gangueiras: “Por isso que os moleques fala, quem tem mais pichação das meninas é tu, de todas as galeras^[19] sou eu e a fulana.”

Nós já subimos em tanto lugar, ave maria, porque para mim não tem tempo ruim, não! Ontem mesmo, tem uma torrezinha bem ali e tinha que subir em cima do muro e do muro levantar ele [amigo]. Aí eu fui em cima do muro, levantei ele, mas aí é de boa.

O depoimento de uma líder “F”, reconhecida como pichadora, ilustra a potencialidade das meninas como capazes de pichar inclusive lugares de difícil acesso e como detentoras de coragem para agir em situações adversas. Explícita ainda no seu relato a busca de algumas jovens pelo reconhecimento pelos pares, especialmente meninos.

Nestes relatos ressalta-se a importância de sair com os meninos para pichar e não somente para carregar a lata ou despistar a polícia. Essas jovens apontam nas suas práticas que não há divisão sexual natural de habilidade e sim uma construção social naturalizada como estigma, impossibilitando a realização das potencialidades reais.

¹⁵ *Canas*: policiais.

¹⁶ *Pira*: enlouquece, fica nervoso.

¹⁷ *Rodar*: ir preso.

¹⁸ Alguns policiais, quando presenciam a pichação, pegam a tinta e pintam os jovens que estão pichando.

¹⁹ *Galera*: forma de denominar uma gangue.

A expressão de solidariedade entre meninos e meninas que ocorre no ato de pichar aparece nos discursos das jovens. Por outro lado, na fala de algumas jovens que picham, aparece a reprodução do discurso dominante, uma desvalorização da sua atividade quando comparada com os jovens, que na realidade são incentivados a pichar desde pequenos, caracterizando uma atitude masculina. No entanto, a maioria das meninas costuma não pichar, acatando o discurso dos meninos em relação à incapacidade de realizar a atividade de forma eficaz.

Na maioria dos discursos pode-se apreender que a atividade de pichar não se caracteriza como atividade feminina e conseqüentemente não se constitui em uma forma de busca de poder. Algumas meninas encontram outras formas, como o uso da sedução, a conquistas de líderes, o ser coadjuvante da atividade de pichar ou a prática de brigas e roubos.

Os discursos denotam que a participação das meninas no ato de pichar é múltipla e variada. As meninas pertencentes a gangues participam de forma ativa no ato da pichação, algumas pichando efetivamente e outras garantido que as grafias possam ser pichadas da forma mais segura possível, se responsabilizando pelo transporte dos sprays de tinta e por despistar a polícia. As meninas que são pichadoras adquirem fama e são reconhecidas por esta capacidade de pichar por homens e mulheres, são as donas de rocha.

A guerra torna-se-se em uma atividade constitutiva das gangues e é nesta atividade que os jovens despendem tempo e energia. Caracteriza-se por um conflito entre gangues, que produz como efeito, por um lado, atos de violência e, por outro, o fortalecimento de laços de solidariedade, proteção e delimitação da identidade grupal da gangue.

Um dos principais motivos das guerras é a infração das regras da pichação, que implica na quebra da exclusividade do espaço onde o nome foi pichado e na letra, quando uma gangue copia a letra da outra. Desta forma, riscar o nome pichado no muro é uma demonstração de desrespeito de um membro da gangue em relação ao espaço conquistado por outro no muro (Abramovay *et al.*, 2010: 143). Estas atitudes devem ser cobradas pelos componentes das gangues, pois se constituem em uma ofensa à dignidade do grupo em que a honra, a coragem e o respeito são altamente valorizados.

Desta forma, a pichação é também uma atividade que pode implicar violência, quando ocorrem enfrentamentos e brigas para garantir o lugar de pichação, para a defesa do território. Nas situações em que o nome do gangueiro ou da sua gangue é riscado, as brigas são as formas utilizadas para resolução de conflitos. Algumas meninas afirmam que vivenciaram situações que desmistificam o lugar estereotipado da mulher como frágil.

As meninas e a guerra

Como membros das gangues, as mulheres reconhecem as guerras como legítima forma de resolução de conflitos entre as gangues. Para os homens pertencentes as gangues, as mulheres, pelo seu aspecto físico, sua fragilidade, tendem a atrapalhar nas guerras. Uma das regras nas gangues é que o homem não pode bater em mulher; assim, as guerras para as mulheres são realizadas contra outras mulheres. Quando a guerra é entre a parte feminina da gangue, os restantes membros não participam; deste modo, na maioria das vezes as mulheres brigam entre si e as brigas são permeadas pela deliberação da líder “F”.

Todavia, quando ocorre uma briga que envolve um grande número de membros, algumas mulheres participam. Outras vezes, participam das guerras desafiando a resistência dos homens. Algumas meninas das gangues se destacam pela coragem e são conhecidas como *donas de rocha*, podendo perfeitamente brigar de igual para igual com um menino: “Essa aqui ó, ela vem em cima^[20]... Oxê^[21], era briga feia, é doido, é?”

Com as suas atitudes, muitas destas jovens, negam as características que implicariam fragilidade, buscando transmitir coragem e força. Reforçam esses aspectos nas suas narrativas, como fazendo parte das experiências femininas. Todavia, na visão majoritária dos meninos das gangues, as meninas devem utilizar de sua feminilidade em benefício da gangue, assumindo um papel instrumental nas guerras. A atitude das meninas de “fazer casinha”²² é o exemplo recorrente nos discursos dos jovens – a menina finge estar interessada por um membro de uma gangue rival e o atrai para o território inimigo: “Casinha... muitas das vezes as meninas servem para fazer casinha, para cair.”

Representações do feminino

A seguir, será abordada cada uma dessas representações mais recorrentes, analisando-se o imaginário que se constrói sobre o feminino no universo das gangues. As mulheres pertencentes às gangues são categorizadas a partir dos seus comportamentos. Essas representações têm consequências no âmbito das gangues, sendo que alguns comportamentos são valorizados, pois corroboram as expectativas dos membros do grupo; por outro lado, outros comportamentos reproduzem preconceitos e são estigmatizados. Esta estigmatização

²⁰ *Vem em cima*: vai para a briga.

²¹ *Oxê*: expressão de indignação.

²² *Fazer casinha*: atrair alguém para emboscada, geralmente por meio da sedução. É uma prerrogativa referida como feminina.

pode ser reforçada pela predominância do universo masculino, que impõe valores que muitas vezes implicam desvalorização das mulheres. É evidente que estas relações também permeiam as relações entre as mulheres, propiciando um ambiente competitivo, que pode implicar que as próprias mulheres reforcem a estigmatização de outros membros do grupo.

Nesta pesquisa as representações mais recorrentes foram: 1. *Donas de rocha* ou *cabulosas*: destemidas, confiáveis, leais; 2. *Armadoras de casinha*: realizadoras de emboscada, por meio da sedução de inimigo; 3. *Bandas* ou *franguitas*: mulheres que ficam e/ou fazem sexo com muitos homens diferentes; 4. *Cabritas*: traidoras; 5. *Pé de pano*: ficar com o homem de outra.

1. As **donas de rocha** ou **cabulosas** se caracterizam por qualidades que as possibilitam obter reconhecimento (respeito e admiração) frente aos integrantes da gangue: primordialmente a coragem e a audácia, que são requisitos para habilidade e disposição para brigar. Estas características as distanciam do estereótipo da mulher frágil, reforçado e estigmatizado pelos membros masculinos das gangues. Mostrar-se destemida seja por meio da briga, seja por comportamentos apresentados diante do grupo, é uma forma de garantir o seu espaço de respeito, tanto com os homens quanto com as mulheres pertencentes às gangues. Ser marrenta, ter atitude, ter ousadia nas atividades de risco da gangue, apresentar-se como destemida são características que devem fazer parte do cotidiano de uma jovem que é considerada “dona de rocha” e consequentemente seus comportamentos continuam a ser valorizados pelo grupo.

Geralmente a menina que tem características esperadas das donas da rocha torna-se líder feminina, pois se envolve nas atividades da gangue, como sair de madrugada e ter disponibilidade de participar de atividades mais arriscadas, que podem implicar uma transgressão da lei, como roubar.

Algumas enfatizam também a questão da independência feminina frente aos homens, recusando o papel de submissão e obediência, seja dentro da gangue, seja fora dela.

Ocupar o lugar de dona de rocha implica por um lado viver as vantagens desta posição, mas por outro enfrentar por vezes a resistência dos membros do sexo masculino, ter que provar constantemente as características esperadas pelos outros membros do grupo. Estar disponível para as atividades do grupo (*frevos*²³ e pichações) significa que ela deve administrar as atividades dentro e fora da gangue. Apesar destas questões, o reconhecimento, a autonomia, o respeito e a fama incentivam a permanência destas meninas nas gangues.

²³ *Frevo*: festa, balada, bagunça.

2. Armadoras de casinha são meninas pertencentes a uma gangue que colaboram com a mesma efetuando emboscadas contra os inimigos da gangue. Durante as guerras, elas cumprem um papel primordial na concretização de armadilhas que podem implicar a derrota do inimigo. Desta forma, a armadora de casinha está associada no imaginário dos gangueiros com uma dupla representação: por um lado, ela faz parte de uma estratégia importante nos momentos de guerra, como um recurso de todo o grupo; por outro lado, pode representar a traição dos próprios companheiros de grupo. Neste sentido, alguns gangueiros afirmam ter receio das casinhas pelas consequências que podem advir de suas atitudes.

Nos discursos de alguns componentes das gangues, as características intrínsecas e exclusivas das mulheres consistem em participar nestas armadilhas. Apresentam a sedução e o forte apelo sexual como as principais características da armadora de casinha para enganar o homem. Nesses discursos, o feminino está intrinsecamente associado à figura da traiçoeira, tão temida por todos os integrantes das gangues. Algumas mulheres integrantes das gangues não aceitam o lugar de armadora de casinha; todavia, este é um estereótipo que tende a ser atribuído à maioria das mulheres.

3. Bandas ou franguitas são as mulheres menosprezadas pelo discurso do gangueiro, pois são estigmatizadas por ter uma vida sexual ativa e ter vários parceiros. A atuação sexual da mulher aparece como uma atitude reprovável e pode desgastar a imagem perante os outros componentes do grupo. É recorrente os homens denominarem suas companheiras de gangues como *banda*²⁴, *vagabunda*, *cachorra* ou *bagaceira*, atitude que muitas vezes é aprovada pelas mulheres da gangue. Nesta perspectiva, o comportamento esperado do homem e da mulher pertencentes as gangues é díspar: enquanto do homem se espera a publicitação e vanglorização das suas conquistas amorosas, da mulher qualquer manifestação sexual é depreciada, reproduzindo a lógica machista da sociedade em que estão imersos.

4. Cabritas ou traidoras são as meninas que traem a gangue com uma gangue inimiga. Nesta categorização, tal como das armadoras de casinha, a figura feminina aparece como tendo a característica da falsidade intrínseca da constituição feminina. Desta forma, no imaginário dos homens e de algumas mulheres pertencentes às gangues, a traição perpassa o comportamento feminino, podendo ser utilizada a favor do grupo, como com as armadoras de casinhas, ou fazendo armadilhas para os membros do próprio grupo (isto

²⁴ *Banda*: mulher de conduta sexual reprovável; vagabunda, piranha, piriguete.

é, cabritar). Em algumas gangues estas atitudes são punidas com bastante rigor. Se para os homens o medo é de ser traído, para as mulheres o receio é de ser difamada e sofrer suas consequências. Para as mulheres das gangues, é necessário um imenso cuidado para que o estigma não recaia nelas, por isso utilizam estratégias como a aproximação da imagem social da dona de rocha.

5. Pé de pano: as meninas caracterizadas como pé de pano são aquelas que traem as outras mulheres “roubando o seu namorado”. A questão da falsidade permeia também esta caracterização, responsabilizando o feminino por esta atitude. “Essa recorrência é, sem dúvida, indício de que a questão das rivalidades, das guerras e da lealdade são pontos que perpassam a socialização como um todo, adquirindo grande relevância a temática da ‘confiança’” (Abramovay *et al.*, 2010: 269).

Para os membros femininos das gangues, o fato de uma menina estar envolvida com um homem, de estar namorando é valorizado e reconhecido pelos homens das gangues. A competição entre as mulheres perpassa vários discursos. É recorrente a percepção de que o desrespeito ao espaço de uma mulher é consequência da ação de outra mulher, a *pé de pano*, cuja amizade não é verdadeira.

Nos casos em que ocorre a traição entre as mulheres, é o segmento “F” quem vai deliberar sobre os procedimentos, sendo que a humilhação e o constrangimento públicos são questões pautadas por esta deliberação.

Considerando que a construção da masculinidade se concretiza em relações de gênero específicas, buscou-se explorar o lugar das meninas nas gangues, suas atividades e como elas são representadas por homens e mulheres. A proposta a seguir é examinar as estratégias femininas para sobreviver em um ambiente perpassado pelo *ethos* masculino.

Estratégias femininas para sobreviver em um ambiente masculino

Em um universo primordialmente masculino, as mulheres inseridas nas gangues necessitam buscar estratégias para garantir a sua permanência no grupo. As regras de condutas das gangues são relativamente constantes, todavia são flexibilizadas por inúmeras questões, como a posição ocupada na gangue, “pelo nível de amizade conquistado e de quem se é mais próximo, pelo tempo de convivência com o grupo, pela geração na qual se insere, pela fama possuída e, certamente, também pela marca social de gênero” (Abramovay *et al.*, 2010: 271).

A inserção e permanência das mulheres nas gangues é um constante desafio, considerando que a predominância do sexo masculino impõe a estes grupos

um discurso depreciativo em relação à presença feminina nestes espaços. Nalgumas gangues a presença da mulher é permitida; todavia o acesso às posições de poder é impossibilitado. Desta forma, ingressar em uma gangue e obter reconhecimento e respeito é uma empreitada que exige inúmeras artimanhas.

A categorização das mulheres nas gangues, já apresentada neste trabalho, indica algumas direções que possibilitam um maior reconhecimento e ainda algumas atitudes que tenderiam a prejudicar a permanência da jovem na gangue. A aproximação das donas de rocha, reconhecidas e respeitadas pelos meninos do grupo, é uma estratégia utilizada por muitas meninas; em contrapartida, *ficar*²⁵ com os meninos da gangue (ou de outras gangues, principalmente rivais), característica das denominadas bandas, é uma forma de reforçar o estereótipo depreciativo dos meninos em relação às mulheres. Nesta perspectiva, o lugar ocupado pela Líder “F” pode ser de grande importância para a busca destas estratégias de sobrevivência. Segundo o discurso de uma líder “F”, a cautela com as atitudes tomadas deve ser uma constante e o ambiente deve ser analisado para que os comportamentos e decisões possam ser tomados de forma adequada. É necessário ponderar as vantagens e desvantagens de determinada atitude. No discurso da líder fica explícita a seriedade depositada nesta função, que impõe respeito, prestígio e status. Os princípios apresentados pela líder “F” são “não ficar com os meninos da gangue [nem de outras gangues, principalmente rivais], não deixar os meninos participarem das reuniões das meninas, [já que eles atrapalham e] vão lá só pra ficar dando em cima^[26], não faltar às reuniões, não ficar amiga de pessoas das gangues inimigas, não fofocar^[27] e não falar além da conta^{[28]”} (Abramovay *et al.*, 2010: 274).

A existência da líder “F” e as reuniões realizadas sob a sua coordenação são formas de garantir a coerência e permanência do grupo de mulheres. Nestas reuniões, discute-se sobre todas as atividades das gangues, principalmente as atitudes que são consideradas reprováveis pela líder e por isso necessitam de cobranças e castigo. Os conselhos e orientações frente às melhores atitudes a serem tomadas também constituem pauta das reuniões.

Como se pode perceber em algumas situações e especificamente nas postagens da internet, uma das formas que as mulheres acionam para buscar e garantir a autonomia é o corpo. As mulheres das gangues são vaidosas e a sedução aparece como uma das principais estratégias; elas buscam uma

²⁵ *Ficar*: se envolver emocionalmente ou fisicamente com um jovem.

²⁶ *Dando em cima*: paquerando as meninas.

²⁷ *Fofocar*: falar mal de outra pessoa.

²⁸ *Não falar além da conta*: não falar muito.

aparência compatível com as jovens que não pertencem às gangues, adotando desta forma um aspecto tradicionalmente vinculado ao feminino. Almejam o poder, a fama e a possibilidade de ser respeitada, e para isso utilizam os meios que têm à disposição nos ambientes que circulam, tais como o uso da violência, as transgressões e a fama. “Busca-se autonomia, entretanto, mesclando parâmetros tradicionais a outros, e assim insinuam outra performática do ser mulher, quebrando estereótipos, ainda que não necessariamente as hierarquias, misturando as *Evas, Marias, donas de rocha, cabritas, armadoras de casinha, bandas e pés de pano*” (Abramovay et al., 2010: 276).

Considerações finais

No universo das gangues, caracterizado por um *ethos* predominante masculino, a inserção de mulheres se apresentou com uma ambiguidade que perpassa o cotidiano dos que estão envolvidos nesses grupos. A masculinidade é o *modus operandi* das gangues. O *ethos* masculino das gangues está relacionado com o prestígio, a coragem e certa depreciação do feminino. E o prestígio e a fama são referidos por meio da conquista, da “pegação”²⁹, do ato de pichar, da virilidade. É importante ressaltar que esta imagem viril é um atrativo valorizado pelo público feminino.

Nesta realidade, a construção do feminino, nos discursos de homens e mulheres, apresentou-se com uma diversidade de tipos, desmitificando modelos únicos do ser homem e ser mulher.

Na pesquisa constatou-se que há uma tendência para a reprodução de estereótipos masculinos, que são reforçados pelo ambiente marcado pela violência. O prestígio e o poder são designados aos homens e limitados para as mulheres pela resistência dos homens que compõem a gangue.

Uma das formas de resistência é a depreciação do feminino, determinando características como a falsidade e a fragilidade. O ser feminino é rotulado com não tendo lealdade.

Os jovens das gangues, na sua maioria, qualificam as mulheres como fracas e não confiáveis. Nesta perspectiva, sua superioridade é afirmada no momento em que negam dar o status de semelhante para as mulheres nas gangues.

A participação feminina nos frevos é uma constante nas gangues estudadas. As variações entre as gangues estão ligadas a atividades das mulheres: enquanto em alguns grupos existem mulheres que picham e brigam, em outros elas são excluídas destas atividades. A cultura das gangues admite

²⁹ *Pegação*: se relacionar com várias meninas sexualmente.

diversidades nas formas de ser homem e de ser mulher, e desta forma em alguns grupos a possibilidade de ações do feminino pode ser maior do que em outras.

Todavia, no ambiente das gangues, a mulher é respeitada quando corresponde às qualidades do ser homem nas gangues: valentia, coragem, lealdade à gangue. São as denominadas como donas de rocha.

Pode-se perceber que as mulheres, por vezes, não se adequam aos estereótipos sobre feminilidade. Assim, as mulheres integrantes das gangues não reproduzem necessariamente estereótipos de fragilidade e submissão, nem aceitam parecer como objeto a ser conquistado. Algumas se impõem respeitando as regras da gangue, muitas participam da atividade de pichar, enfrentando a polícia e as gangues rivais; outras concordam e aceitam o papel de transportar as latas de spray e servir como garantia de proteção para os homens da gangue.

Na relação de poder há uma assimetria, e as líderes “F” são comumente tratadas em situação hierarquicamente inferior aos líderes gerais. A sua liderança se restringe às mulheres das gangues.

Os estudos recentes apontam que os comportamentos violentos têm se tornado mais frequentes entre as mulheres e que este aspecto não contraria as expectativas de gênero, como se pôde observar nos espaços sociais das gangues. Estes comportamentos podem significar uma afirmação identitária, um modo de expressão e uma forma de obtenção de reconhecimento. Assim, demonstrar agressividade parece compor hoje atitudes de um novo estilo de feminilidade. A agressão física tem surgido na prática como um instrumento de autoafirmação das mulheres. Ainda que, tradicionalmente, estas práticas contrariassem as expectativas de gênero, não contrariam necessariamente os atuais ditames da feminilidade. Ao que parece, a violência tem passado a ser algo progressivamente incorporado nas identidades femininas, correspondendo a uma linguagem empregada também pelo ‘segundo sexo’, sobretudo na busca de visibilidade social e reconhecimento (Abramovay e Cunha, 2009: 15).

No universo das gangues constata-se uma tensão constante entre a reprodução e a resistência aos estereótipos tradicionais de gênero. As brigas e agressões são formas de recusa do protótipo da mulher delicada e passiva, ao romperem com a visão hegemônica.

As pesquisas recentes têm demonstrado transformações na forma de algumas jovens viverem a sua feminilidade. Na maioria das vezes buscam romper os estigmas convencionados pela sociedade e muitas delas utilizam da violência para quebrar estas amarras. Todavia, apesar das mudanças ocorridas no mundo mais amplo e nas relações interpessoais, as marcas do autoritarismo

e do machismo perpassam locais onde as relações de poder permeiam as relações sociais. Nos grupos das gangues ou mesmo no tráfico, o universo masculino dita as regras e busca de todas as formas rechaçar qualquer possibilidade de mudança nas relações de poder estabelecidas e consequentemente negar ou renegar a existência feminina nestes lugares. A forma pejorativa como as mulheres são tratadas torna-se um mecanismo de defesa para não lidar com uma realidade que concretamente se verifica: a presença cada vez maior de mulheres nestes ambientes.

As mulheres inseridas nestes espaços encontram formas de viver a sua feminilidade. Neste trabalho pode-se apresentar categorias que ora reproduzem, ora negam os modelos tradicionais.

Algumas destas jovens utilizam literalmente todas as forças para serem reconhecidas e respeitadas, e para isso utilizam estratégias como reproduzir o comportamento masculino. Elas reproduzem os padrões masculinos, ao mesmo tempo que contestam seus papéis de gênero, suas atribuições de vítimas, pacíficas e frágeis.

Se por um lado pode-se pensar que esta reprodução é uma forma de submissão, por outro as atitudes das meninas donas de rocha e meninas de moral³⁰ (Vargas, 2009) explicitam e delimitam formas de feminilidades que produzem efeitos, significações. Produzem um eco que elas clamam por ser escutado.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam *et al.*, 2010, *Gangues, gênero e juventudes: Donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília, Kaco Ed., PPCAM, CUFA/DF, SDH/PR.
- ABRAMOVAY, Miriam, e Anna Lúcia Cunha, 2009, “Masculinidades, feminilidades e violência no cotidiano das escolas”, *Revista Educação e Cidadania*, 10 (10). Disponível em: <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/educacaoecidadania/article/viewFile/139/59>.
- ABRAMOVAY, Miriam *et al.*, 1999, *Gangues, galeras, chegados e rappers: Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Brasília, UNESCO.
- ABRAMOVAY, Miriam, Anna Lúcia Cunha, e Priscila Pinto Calaf, 2009, *Revelando tramas, descobrindo segredos: Violência e convivência nas escolas*. Brasília, RITLA/SEDF.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira, 2001, *Mulheres que matam: Universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro, Fiocruz; Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

³⁰ Ser uma *menina de moral* significa ser respeitada e admirada pelos garotos e pelas garotas. Este respeito deve ser conquistado pela garota; para isso ela deve se impor, seja pela sua coragem para resolver seus próprios problemas, via uso de força física ou ameaça verbal, seja recorrendo ao uso de drogas, que é evidenciado como elemento mediador das relações sociais e é atravessado por significados de prestígio e respeito na convivência entre pares (Vargas, 2009).

- ASSIS, Simone Gonçalves, e Patrícia Constantino, 2001, *Filhas do Mundo: Infração juvenil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- BADINTER, Elisabeth, 2005, *Rumo Equivocado: O feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BELLONI, Maria Luiza, 2003, “Espaço aberto. A formação na sociedade do espetáculo: gênese e atualidade do conceito”, *Revista Brasileira de Educação*, 22: 121-136.
- BUGLIONE, Samantha, 1998, “A face feminina da execução penal”, *Direito & Justiça*, 19: 239-267.
- CAMPBELL, Anne, 1984, *The Girls in the Gang*. Nova Iorque, Basil Blackwell.
- CAMPOS, Alzira, Liana Trindade, e Lúcia Coelho, 2008, “Mulheres criminosas na abordagem interdisciplinar”, *Pesquisa em debate*, 5 (2).
- DEBORD, Guy, 1997, *A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- DEBORD, Guy, *Preface to the Fourth Italian Edition of the Society of the Spectacle*. Disponível em www.notbored.org/debord-preface.html .
- FELISETTE, Marcos Corrêa, 2006, “Pichação: Escrita, tipografia e voz de uma cultura na cidade de São Paulo no século XXI”, *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ORDEM%20ALFAB%20C9TICA/Marcos%20Corr%EAa%20de%20Mello%20Felisette%20%20texto.pdf> .
- GEBARA, Ivone, 1991, *Conhece-te a ti mesma*. São Paulo, Edições Paulinas.
- GIORDANO, Peggy, 1999, “Girls, guys and gangs: The changing social context of female delinquency”, in CHESNEY-LIND, Meda, e John Hagedorn, John (Ed.) *Female Gangs in America*. Chicago, Lake Press View, 126.
- GUILHERMANO, Thais Ferla, 2000, *Fatores associados ao comportamento criminoso em mulheres cumprindo pena em regime fechado na Penitenciária Feminina Madre Pelletier*. Dissertação de Mestrado em Ciências Criminais. PUCRS, Faculdade de Direito, 2000.
- HUFF, C. Ronald, 1993, “Gangs in the United States”, in GOLDSTEIN, Arnold, e C. Ronald Huff (Ed.), *The Gang Intervention Handbook*. Champaign, IL, Research Press, 3-21.
- KLEIN, Malcolm, e Cheryl Maxson, 1989, “Street gang violence”, in WOLFGANG, Marvin, e Neil Alan Weiner, *Violent Crime, Violent Criminals*. Thousand Oaks, Sage Publications, 198-234.
- LEMGRUBER, Julita, 1999, *Cemitério de vivos: Análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro, Forense.
- MANSANO, Sônia Regina Vargas, 2009, *Sorria você está sendo controlado: resistência e poder na sociedade do controle*. São Paulo, Ed. Summus.
- MILLER, Jody, 2001, *One of the Guys: Girls, Gangs and Gender*. Nova Iorque, Oxford University Press.
- MONDARDO, Marcos Leandro, e Jones Dari Goetter, 2008, *Territórios simbólicos e de resistência na cidade: Grafias da pichação e do grafite*. Ponta Grossa, Terra Plural.
- MOORE, Joan, 1998, “Understanding youth gangs”, in WATTS, Meredith (Ed.), *Cross-Cultural Perspectives on Youth and Violence*. Stanford. Connecticut, Jai Press Inc, 66-67.
- SANTOS, Maricy *et al.*, 2009, “Do outro lado dos muros: A criminalidade feminina”, *Mnemosine*, 5 (2): 174-188.

- SILVA, Joseli Maria, 2007, “Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino”, *Espaço e Cultura*, 22: 97-109.
- SHORT, James F., 1996, *Gangs and Adolescent Violence. Unpublished report*. Boulder, CO, Center for the Study and Prevention of Violence.
- SOARES, Bárbara Musumeci, e Iara Ilgenfritz, 2002, *Prisioneiras: Vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro, Garamond.
- SPERGEL, Irving, e David Curry, 1990, “Strategies and perceived agency effectiveness in dealing with the youth gang problem”, in HUFF, Ronald (Ed.), *Gangs in America*. Thousand Oaks, Sage Publications, 288-309.
- SPINELLI, Luciano, 2007, “Pichação e comunicação: Um código sem regra”, *Logos* 26: *Comunicação e conflitos urbanos*, 14: 111-121.
- VARGAS, Juliana Ribeiro, 2009, “Meninas não brigam? Posturas diferenciadas na escola Contemporânea”, *Espaço do currículo*, 2 (2): 167-180.
- VOEGELI, Carla Maria Petersen Herrlein, 2008, *Criminalidade & violência no mundo feminino*. Curitiba, Juruá.

4. De vítimas a agressoras: a (aparente) dupla posição das raparigas na violência no namoro heterossexual

Sofia Neves*

Introdução

A investigação científica sobre a violência no namoro tem vindo, nas últimas décadas, mais do que a gerar respostas, a suscitar questões. Envoltos numa aparente contradição, quando lidos à luz dos resultados da maioria dos estudos realizados sobre a violência marital, bem como das estatísticas oficiais e não oficiais, os resultados dos estudos sobre a violência no namoro heterossexual têm vindo a sugerir que rapazes e raparigas desempenham, simultaneamente, nas suas relações de intimidade, o papel de vítimas e de agressores/as (Caridade, 2011; Machado, Matos e Moreira, 2003; Machado, Macieira e Carreiras, 2010; O'Keefe, 1997; Paiva e Figueiredo, 2004; Saavedra, 2011; Sears, Byers e Price, 2007; Straus, 2004). Na realidade, ao contrário do que é recorrentemente reportado nos casos de violência marital, em que as vítimas são sobretudo mulheres (Dias, 2004; Dobash e Dobash, 2004; Neves, 2008), na violência no namoro heterossexual as vítimas aparecem retratadas como sendo de ambos os sexos, caracterizando-se os atos praticados pela mutualidade e pela reciprocidade.

Contudo, embora pareça ser mais ou menos consensual a ideia de que a violência no namoro é praticada indiferenciadamente por raparigas e por rapazes, nem sempre são claras as razões que levam as raparigas, em concreto, a ser vítimas e agressoras. Muito menos claras são as consequências da violência praticada e sofrida, bem como o seu enquadramento contextual. Para alguns autores e autoras (e.g., O'Keefe, 1997), esta (pretensa) dupla posição deve ser cuidadosamente escrutinada, já que pode estar a ocultar especificidades que, num primeiro olhar, tendem a ser ignoradas. Essas especificidades relacionam-se não só com os motivos pelos quais as raparigas se envolvem em práticas violentas, mas também com as tipologias da violência praticada e sofrida e as suas repercussões.

* Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, ISCSP/UL), Portugal.

De acordo com Molidor e Tolman, em 1998, os resultados dos estudos sobre a violência no namoro apenas indicam a similitude da frequência do abuso reportado, sendo os dados, quando examinados superficialmente, tendencialmente enganosos. Para Coker e colaboradores (2000), a frequência da violência é, na verdade, menos importante do que o grau de terror que as vítimas sentem ou o risco a que estão sujeitas em termos físicos, e, neste caso, as diferenças de gênero revelam-se significativas. Poucos homens ficam seriamente feridos ou se sentem verdadeiramente assustados em consequência da violência praticada pelas suas companheiras, o que constitui um indicador importante de diferenciação entre a violência perpetrada pelos homens e aquela que é perpetrada pelas mulheres.

Dobash, Dobash, Wilson e Daly, em 1992 (cit. in Archer, 2000), argumentaram que as medidas mais usadas para avaliar a violência entre parceiros/as, nomeadamente as Escalas de Táticas de Conflito, consideram os atos de violência fora do contexto, subestimando, quase sempre, os seus efeitos. Os autores defendem que, caso as consequências físicas da violência, especialmente os ferimentos sofridos pelas vítimas, fossem tidas em consideração nos estudos que usam este tipo de medidas, encontrar-se-iam diferenças de gênero significativas no que concerne à perpetração e à vitimação, dissipando-se as dúvidas sobre quem são as vítimas (sexo feminino) e os agressores (sexo masculino). Na ótica de DeKeseredy e Schwartz, em 1998, as Escalas de Táticas de Conflito inventariam os atos de violência sem distinguir a violência agressiva ou instigadora da autodefensiva ou retaliadora, o que motiva interpretações erróneas sobre a distribuição da violência em função da pertença sexual.

Segundo O'Keefe (1997), os estudos que apontam no sentido da inexistência de diferenças de gênero na perpetração da violência no namoro heterossexual têm apenas analisado as diferenças entre os comportamentos de rapazes e de raparigas, ignorando as questões de gênero que os alimentam. Por outro lado, e segundo Melton e Belknap (2003), os estudos sobre a violência no namoro têm acentuado, de forma exagerada, o papel das raparigas enquanto agressoras, contabilizando os seus atos sem atender aos motivos que lhes estão subjacentes. Na ótica destas autoras, no âmbito desses estudos, não se distingue, na maioria das vezes, o uso da violência instrumental, sob a forma de subordinação ou opressão, do uso da violência expressiva, que não visa geralmente o controlo do/a parceiro/a. Em consequência, as questões do poder e do controlo são praticamente obscurecidas na investigação sobre a violência no namoro (Giordano, Soto, Manning e Longmore, 2010), criando uma ilusão de igualdade de estatutos entre os sexos.

Na verdade, a amplitude dos ângulos teóricos e metodológicos a partir da qual se estuda a violência na intimidade e, em particular, a violência no

namoro faz com que, muitas vezes, a compreensão do mesmo fenómeno se faça a partir de critérios de análise completamente distintos. Diferentes definições de violência no namoro, diferentes grelhas teóricas, diferentes amostras e diferentes metodologias de recolha e tratamento de dados conduzem frequentemente a leituras contraditórias da realidade em estudo. Não é, portanto, claro se os homens são tão suscetíveis como as mulheres de experienciar violência na intimidade ou se são os instrumentos disponíveis para medir a violência que inviabilizam a diferenciação dos seus significados para cada um dos sexos (Coker *et al.*, 2000).

Stets e Straus (1990) concluíram, por exemplo, a propósito desta questão, que os estudos que identificam diferenças de género significativas na perpetração da violência na intimidade, em geral de orientação feminista, são genericamente produzidos com base em amostras clínicas, enquanto os estudos que não identificam diferenças de género significativas, oriundos da investigação sobre conflitos familiares, são conduzidos com populações não clínicas.

Johnson (1995, cit. in Archer, 2000) chamou a atenção para o facto de os/as investigadores/as que estudam o conflito familiar usarem sobretudo amostras de parceiros/as casados/as, que coabitam ou que namoram, enquanto os/as investigadores/as feministas recorrem preferencialmente a amostras constituídas por vítimas em situação de acolhimento em casas de abrigo ou agressores inseridos em programas de tratamento. Assim, os/as primeiros/as têm normalmente acesso à chamada *violência comum* entre parceiros/as, sendo esta a violência que ocorre ocasionalmente, e os/as segundos/as ao *terrorismo patriarcal*, um tipo de violência continuado, sistemático e que visa o controlo dos homens sobre as mulheres.

No que à violência no namoro diz respeito, as investigações realizadas têm de facto usado sobretudo amostras não clínicas, constituídas maioritariamente por jovens estudantes do ensino secundário e do ensino superior, acompanhando a tendência anotada anteriormente.

Apresentam-se em seguida alguns dados que pretendem aludir às especificidades de género no domínio da prática da violência no namoro heterossexual.

Pertenças de género e violência no namoro heterossexual

Os estudos nacionais e internacionais dão conta de que a violência no namoro heterossexual pauta grande parte das relações de intimidade vividas pelos/as jovens. Entende-se, neste texto, a violência no namoro heterossexual como qualquer forma de violência que é infligida no seio de uma relação de namoro juvenil entre indivíduos de sexo diferente. O problema parece afetar

adolescentes de diferentes proveniências culturais, sociais e económicas, com diferentes idades, constituindo-se como um sério problema de saúde pública. Makepeace foi quem desenvolveu, em 1981 (cit. in Lewis e Fremouw, 2001), a primeira investigação sobre a natureza e a prevalência da violência no namoro, indicando que um/a em cada cinco estudantes universitários/as tinha experienciado pelo menos um episódio de violência física numa relação amorosa. Depois deste estudo pioneiro, muitos outros têm sido desenvolvidos com o intuito de caracterizar este fenómeno, apontando a generalidade deles para a existência de níveis preocupantes de perpetração de violência na intimidade juvenil.

De acordo com a literatura, cerca de 66% a 86% dos casais violentos reportam violência recíproca (O'Leary, Slep, Avery-Leaf e Cascardi, 2008). Entre os/as universitários/as, e segundo uma análise integrada das taxas de frequência reportadas em vários estudos, a prática da violência nas relações de namoro parece variar entre os 9% e os 57% (Avery-Leaf, Cascardi, O'Leary e Cano, 1997). Um estudo relativamente recente, de Connolly e Josephson (2007), indicava que 20% a 50% dos/as adolescentes estão envolvidos/as em algum tipo de relação abusiva durante a sua vida.

Em Portugal, Machado, Matos e Moreira, em 2003, concluíram que 15,5% dos/as estudantes universitários/as tinham sido sujeitos/as a violência pelos/as seus/suas parceiros/as, sendo que 21,7% admitiram ter tido comportamentos abusivos nas suas relações amorosas. Paiva e Figueiredo, um ano mais tarde, também junto de uma amostra de universitários/as portugueses/as, encontraram níveis elevados de perpetração autorrevelada: 53,8% de violência psicológica/emocional, 18,9% de violência sexual e 16,7% de violência física menor.

Machado, Macieira e Carreiras, em 2010, identificaram elevadas taxas de tolerância à violência em jovens rapazes e uma percentagem significativa de perpetradores e vítimas, sendo, neste estudo, os rapazes mais violentos do que as raparigas.

Machado, Caridade e Martins, também em 2010, concluíram, junto de uma amostra de 4667 participantes, com idades compreendidas entre os 13 e os 29 anos, que 25,4% tinham sido expostos/as a pelo menos um ato abusivo no namoro durante o ano anterior (13,4% referiram ter sido vítimas de abuso físico e 19,5% de violência emocional); e que 30,6% assumiram ter abusado do/a parceiro/a: 18,1% praticaram, pelo menos uma vez, abuso físico e 22,4% abuso emocional.

Muito embora os estudos previamente mencionados, assim como outros, apresentem algumas discrepâncias relativamente às percentagens de vítimas e agressores do sexo feminino e do sexo masculino, os números expressam-se

no sentido de ambos os sexos serem, em igual proporção, vítimas e agressores/as na violência no namoro heterossexual. Assim, e desfazendo um mito que parece acompanhar as concepções tradicionais de feminilidade e masculinidade, não têm sido encontradas diferenças de género na perpetração da violência física e da violência emocional e/ou psicológica nas relações de namoro. A única exceção que tem sido reportada prende-se com a violência sexual, cuja perpetração tende a ser levada a cabo sobretudo por rapazes contra raparigas (Hines e Saudino, 2003).

Mas, analisando as condicionantes que emolduram os comportamentos violentos das raparigas nas relações de namoro, por oposição aos comportamentos dos rapazes, várias especificidades ressaltam, especialmente quando se comparam os dados oriundos de estudos quantitativos e qualitativos.

Segundo Susan Miller, em 2005, os resultados dos estudos qualitativos apontam no sentido de haver diferenças muito significativas, ao nível dos motivos, dos significados e das consequências, entre a violência no namoro praticada por rapazes e por raparigas.

Um estudo levado a cabo por Dobash e Dobash, em 2004, no âmbito do qual foram conduzidas 190 entrevistas com 95 casais, revelou que a violência na intimidade é, em primeira instância, um fenómeno assimétrico, praticado maioritariamente pelo sexo masculino contra o feminino. A violência praticada pelas raparigas e pelas mulheres não é idêntica à praticada pelos rapazes e pelos homens, em termos da frequência, da severidade, das consequências e dos sentimentos de segurança e de bem-estar das vítimas, o que, desde logo, implica uma análise e uma interpretação *situadas* dos resultados dos estudos sobre o fenómeno.

Como previamente mencionado, as raparigas raramente praticam violência sexual contra os seus parceiros. Um estudo realizado por Molidor e Tolman, em 1998, concluiu que as raparigas têm mais probabilidade do que os rapazes de serem esmurradas e sujeitas a coerção sexual. Os rapazes, por sua vez, têm mais probabilidade do que as raparigas de serem beliscados, esbofeteados, arranhados e pontapeados, ou seja, têm mais probabilidade de ser alvo de violência física moderada. Os rapazes estão, aparentemente, em menor risco de sofrer violência física severa, quando comparados com as raparigas (Arriaga e Foshee, 2004).

A violência física e emocional praticada pelas raparigas parece ter subjacentes razões distintas daquelas invocadas pelos rapazes (Melton e Belknap, 2003). De acordo com os dados do estudo de O'Leary e colaboradores (2008), os comportamentos violentos mais praticados pelas raparigas no namoro são o empurrar e o esbofetear, um estilo comum de relacionamento com os parceiros quando experimentam raiva, mas não necessariamente uma estratégia

de resolução de conflitos. Neste mesmo estudo, as estudantes universitárias inquiridas referiram como principais razões para a violência a raiva, a escalada de discussões verbais, as frustrações e o sentirem-se magoadas.

Quando avaliadas, no estudo de Molidor e Tolman (1998), as percepções sobre o porquê de a violência no namoro ocorrer, os rapazes sugeriram ser, em 17% das situações, vítimas de violência física pelo facto de terem tentado relacionar-se sexualmente com as suas parceiras. Por seu turno, 37% das raparigas admitiram ter sido sujeitas a violência física pelo facto de não quererem relacionar-se sexualmente com os namorados. Estes dados indiciam que uma grande percentagem de raparigas foi abusada por recusar investidas sexuais por parte dos seus parceiros.

O ciúme surge também neste estudo como um dos fatores explicativos da violência no namoro, assim como o consumo de álcool. Entre os rapazes, 21% invocaram o ciúme sentido pelas parceiras como uma razão para a prática da violência. Apenas 10% das raparigas nomeou o ciúme como a causa da violência praticada contra os namorados. Os rapazes parecem estar significativamente mais sujeitos à violência praticada pelas raparigas quando estão sob o efeito do álcool, revelando estes que nestas situações, em 55% dos casos, as suas parceiras estão igualmente alcoolizadas. Rivinus e Larimer tinham já sugerido, em 1993 (cit. in Lewis, Travea e Fremouw, 2002), que nas relações de namoro, quer as vítimas, quer os/as agressores/as, consomem mais álcool do que os indivíduos não envolvidos em relações violentas. Os/As estudantes universitários/as tendem a perspetivar a violência praticada pelas raparigas como uma reação a acontecimentos externos (e.g., pressão para atividades sexuais ou violência iniciada por rapazes), atribuindo à violência praticada pelos rapazes tanto fatores que reduzem a sua responsabilidade (e.g., abuso de álcool) como o desejo de dominação do sexo feminino (Gagne e Lavoie, 1993).

Na realidade, rapazes e raparigas parecem utilizar critérios diferentes para avaliar se determinados comportamentos são ou não abusivos numa relação íntima. Os rapazes focam-se mais na intencionalidade dos comportamentos (e.g., se foram propositados ou acidentais), enquanto as raparigas se centram mais no seu impacto (e.g., se causam dano físico, medo ou raiva). De acordo com Sears e colaboradores (2006), esta diferença nas percepções de rapazes e de raparigas pode explicar parcialmente os contornos da violência no namoro praticada entre os/as jovens.

Ainda que os resultados sobre a influência das crenças e das normas de género na prática da violência no namoro não sejam consistentes, alguns estudos, como o de Lichter e McCloskey (2004), revelam que ter atitudes tradicionais e conservadoras acerca dos papéis de género aumenta a

probabilidade de se praticar violência no namoro. Assim como na violência marital, as expectativas sociais relativamente aos papéis de género nas relações de intimidade condicionam a prática da violência no namoro (Sanders, 2003). Atitudes mais conservadoras e tradicionais sobre a masculinidade e a feminilidade, bem como sobre as diferenças entre os sexos, parecem estar relacionadas com um maior envolvimento em relações de namoro violentas. O modo como os/as adolescentes pensam as relações de namoro parece ser um fator preditor da violência, mais do que o ter-se sido testemunha de violência marital na infância (Lichter e McCloskey, 2004), um dos fatores que a literatura mais refere como estando na génese do desenvolvimento de comportamentos agressivos nas relações de intimidade futuras. Um estudo datado de 2012, da autoria de Shen, Chiu e Gao, revela que as atitudes de legitimação da violência praticada contra as raparigas é um dos mais fortes preditores da perpetração do abuso físico e sexual por parte dos rapazes nas relações de namoro. Por outro lado, há dados que apontam no sentido de as atitudes patriarcais dos rapazes e dos homens estarem fortemente relacionadas com o seu envolvimento em práticas de coerção sexual (Goodyear, Newcomb e Allison, 2000).

Alguns estudos, como o de Thompson (1991), demonstram também que a orientação de género está relacionada com a prática da violência no namoro. Uma orientação de género mais masculina e menos feminina, assim como a seriedade da relação (em termos de estabilidade) parecem estar associadas a um maior envolvimento em relações de intimidade violentas, quer no caso dos rapazes, quer no das raparigas. Curiosamente, mais do que a pertença sexual (ser-se rapaz ou rapariga), o que parece mais influenciar a perpetração da violência no namoro é a orientação de género masculina. O estudo de Thompson (1991) concluiu que o comportamento fisicamente agressivo no namoro é uma tática usada tanto por rapazes, como raparigas que possuem uma visão masculina de si mesmos/as.

As raparigas têm maior probabilidade de sofrer danos físicos decorrentes da violência de que são alvo, quando comparadas com os rapazes (Howard, Qiu e Boekeloo, 2003). Makepeace, em 1986 (cit. in Nicholls e Dutton, 2001), criticando o facto de os estudos sobre a violência no namoro usarem amostras muito pequenas, contribuindo assim para a dispersão dos resultados em termos de vitimação e perpetração associadas a cada um dos sexos, procurou analisar os piores incidentes ocorridos nas relações de namoro heterossexual. As suas conclusões sugerem que as raparigas são efetivamente quem mais sofre violência severa. Neste seu trabalho, 26,8% dos rapazes reportaram agir como agressores três vezes mais do que as raparigas, enquanto 72,9% destas referiram ser o alvo da violência. Uma meta-análise

recente concluiu que, embora as raparigas usem mais a violência física do que os rapazes, as consequências da violência física perpetrada pelos rapazes contra as raparigas são indubitavelmente mais graves (Archer, 2000).

De acordo com Molitor e Tolman (1998), as raparigas não só experienciam níveis significativamente mais elevados e graves de violência severa, como descrevem ter reações físicas e emocionais mais graves à violência do que os rapazes. Estes reportam, em cerca de 90% dos casos, não ter ou ter poucas consequências decorrentes da violência praticada pelas raparigas. Por outro lado, os rapazes tendem a rir-se da violência sofrida ou a ignorá-la, enquanto as raparigas reagem à violência sendo também violentas, tentando falar com os parceiros ou obedecendo-lhes após a vitimação.

Um estudo realizado em Massachusetts, em 2001, por Silverman, Raj, Mucci e Hathaway, concluiu que uma em cada cinco estudantes universitárias que tinha sido vítima de violência física ou sexual por parte do namorado tinha quatro a seis vezes mais probabilidade do que as não vítimas de engravidar e entre oito e nove vezes mais probabilidade de se suicidar.

No caso dos adolescentes de sexo masculino, a violência no namoro tende a ser perpetrada concomitantemente com outras formas de violência, o que não acontece tanto no caso das raparigas. Rapazes que usam armas de fogo, que se envolvem em conflitos físicos, que têm historial depressivo e de ideação suicida reportam praticar mais violência no namoro (Howard, Wang e Yan, 2008).

As raparigas parecem reincidir menos do que os rapazes neste tipo de delitos (Elliott *et al.*, 1989), o que leva alguns autores e algumas autoras a referir que as raparigas tendem a não apresentar um padrão persistente de comportamento antissocial ao longo da vida, exibindo antes um padrão de violência circunscrito à adolescência (Silverthorn e Frick, 1999). Alguns investigadores e algumas investigadoras têm vindo mesmo a demonstrar que os rapazes usam a violência em múltiplos relacionamentos amorosos, enquanto as raparigas tendem a usá-la uma vez e com um único parceiro (Lane e Gwartney-Gibbs, 1985, cit. in Lewis, Travea e Fremouw, 2002).

Tendo sido enunciadas várias hipóteses para explicar o facto de as raparigas serem, nas relações de intimidade, tão ou mais violentas, quer física, quer emocionalmente, do que os rapazes, aquelas que parecem mais consensuais entre os autores e as autoras prendem-se com um duplo argumento que, por sua vez, nos remete para dois perfis de raparigas agressoras nas relações de namoro. Por um lado, as *agressoras circunstanciais* que, sendo vítimas nas relações de intimidade pelos seus parceiros, incorporam nas suas práticas relacionais a violência como uma conduta *normativa*. Por outro lado, as *agressoras persistentes*, que usam a violência nas relações sociais, fazendo-o

igualmente nas relações amorosas. Neste último caso, a violência é transversal aos vários domínios das suas vidas, não se confinando à esfera da intimidade.

As *agressoras circunstanciais* têm sido descritas como as vítimas que se tornam agressoras após a vitimação, constituindo a violência praticada uma resposta à violência sofrida. Assim, são as circunstâncias da vitimação que as colocam numa posição de agressoras. Straus (1980, cit. in Stets e Straus, 1990) sugere que as raparigas vítimas de violência na intimidade pelos seus parceiros integram, geralmente, no seu próprio repertório comportamental ações violentas, uma vez que a violência passa a ser, para o casal, a sua dinâmica relacional. Estas raparigas agridem porque são previamente agredidas. O autor sugere igualmente que as raparigas vítimas de violência pelos parceiros adotam a norma da violência recíproca, o que faz com que respondam à violência através da violência. Como resultado, nas relações onde a violência é bidirecional, é altamente provável que um indivíduo possa ser, ao mesmo tempo, vítima e agressor (Lewis e Fremouw, 2001).

Watson, Cascardi, Avery-Leaf e O'Leary concluíram, em 2001, que as raparigas, mais do que os rapazes, respondem à violência com violência, como estratégia de autodefesa. No estudo efetuado por Molidor e Tolman, em 1998, 36% das raparigas relataram ser violentas em situações de defesa pessoal, isto é, após terem sido vítimas de violência pelos seus parceiros. Por outro lado, referiram ter sido os seus parceiros a iniciar o abuso em 70% dos casos, enquanto os rapazes indicaram ser as raparigas a fazê-lo apenas em 27% das situações.

As *agressoras persistentes* são aquelas que usam a violência indiscriminadamente nas suas relações sociais, sendo por isso violentas também nas suas relações amorosas. Nestes casos tem sido identificada uma associação entre a prática da violência no namoro, a agressão aos pares e a delinquência juvenil, bem como a outros comportamentos de risco, tal como uma menor utilização do preservativo e uma maior ideação suicida (Chiodo *et al.*, 2012). Há ainda outros estudos que sugerem outras tipologias de raparigas envolvidas em relações de namoro violentas, sendo uma das mais referenciadas a de Lewis, Travea e Fremouw (2002), que integra três categorias: 1) as agressoras bidirecionais, 2) as unicamente agressoras e 3) as unicamente vítimas. No que toca à primeira categoria, algumas conclusões apontam no sentido de este grupo ter maior probabilidade do que os outros grupos de ter testemunhado, na infância, violência praticada pelo pai contra a mãe.

Outros estudos indicam ainda que as adolescentes que se relacionam com pares que usam a violência nas suas relações de namoro, assim como as raparigas que exibem um elevado *status* social, apresentam maior risco de

serem violentas nas suas próprias relações de namoro (Foshee *et al.*, 2013). A influência dos pares é, recorrentemente, enunciada como um fator de risco para a violência no namoro.

Assim, é possível concluir que diferentes estudos sublinham diferentes fatores e processos explicativos da violência no namoro heterossexual, incidindo uns em dimensões pessoais, outros em dimensões familiares e, outros ainda, em dimensões sociais. Todos eles parecem contribuir, mais ou menos diretamente, quer para a violência praticada pelas raparigas contra os rapazes, quer para a violência praticada pelos rapazes contra as raparigas.

Considerações finais

A discussão em torno da posição das raparigas na violência no namoro heterossexual está longe de ser pacífica entre os/as investigadores/as que estudam o fenómeno. A literatura da área caracteriza-se por ser contraditória, dando conta da existência de duas correntes teóricas e epistemológicas antagónicas – a do conflito familiar e a feminista – com leituras da realidade diametralmente opostas e, portanto, inconciliáveis.

Se por um lado se argumenta não haver, no âmbito da violência no namoro, diferenças de género em termos da perpetração e da vitimação, por outro lado defende-se que esta violência, que tende a ser caracterizada como mútua, esconde na realidade dinâmicas desiguais de poder entre os sexos que não podem ser explicadas apenas pela tese da conflitualidade mútua.

Muito embora as taxas de frequência da violência no namoro heterossexual apontem no sentido de rapazes e raparigas serem simultaneamente vítimas e agressores/as, o que os estudos têm vindo a demonstrar é que a violência praticada pelas raparigas está habitualmente associada a características, motivações e significados muito particulares, distintos das características, motivações e significados associados à violência perpetrada pelos rapazes. Assim, o que se afigura como mais relevante no estudo da violência no namoro parece não ser tanto o sexo de quem a perpetra, mas os fundamentos que levam a que seja perpetrada.

Se é verdade que as raparigas parecem recorrer frequentemente à violência física e psicológica nas suas relações de namoro, não é menos verdade que uma grande percentagem de raparigas que é violenta na intimidade o é em legítima defesa. Assim, a violência que é praticada pelas raparigas contra os seus namorados parece ser fundamentalmente, de acordo com os autores e as autoras que não se limitam a contabilizar os atos praticados, uma violência reativa ou retaliadora, que surge na sequência das suas próprias experiências de vitimação.

A questão de saber quem inicia o processo de violência não é uma questão menor na análise da violência no namoro, como não é uma questão menor avaliar os efeitos que essa mesma violência tem para cada um dos sexos. A violência recíproca, quando despoletada por uma situação de autodefesa, encerra uma dinâmica relacional muito específica que não é traduzível e muito menos decifrável numa simples taxa de frequência.

As raparigas, sendo tão ou mais violentas do que os rapazes, parecem sofrer consequências mais severas e desenvolver reações emocionais mais intensas e mais desadaptativas do que os rapazes, após experienciarem violência no namoro. Por outro lado, parecem estar significativamente mais expostas à violência sexual do que os parceiros, estando também, em muitos casos, a violência que praticam contra estes relacionada com a não aceitação de investidas sexuais. Mais uma vez se reforça a ideia de que a violência praticada pelas raparigas contra os namorados surge, amiúde, como resposta a ações de violência levadas a cabo previamente por estes.

As raparigas parecem igualmente exibir um padrão de condutas violentas no namoro circunscrito à adolescência, apresentando uma menor probabilidade de reincidência, quando comparadas com os rapazes. Em consequência envolvem-se num menor número de relações violentas ao longo da adolescência. Para além disso, os rapazes tendem a manifestar, mais do que as raparigas, outro tipo de condutas violentas em associação, nomeadamente o envolvimento em práticas delinquentes.

Todas estas evidências sugerem que uma leitura meramente quantitativa da violência no namoro heterossexual não é suficiente para caracterizar o fenómeno e as suas dinâmicas. É necessário portanto analisá-lo e interpretá-lo para além dos números, acedendo aos seus significados, o que equivale a dizer que os estudos quantitativos neste domínio devem ser, sempre que possível, realizados em complementaridade com estudos qualitativos, que possibilitem o acesso a informação descritiva e compreensiva.

Independentemente das razões, porventura distintas, que levam as raparigas e os rapazes a serem violentas no âmbito das suas relações amorosas, o que é facto é que o uso da violência parece estar a banalizar-se entre a população juvenil, quer feminina, quer masculina, assumindo proporções deveras preocupantes. Face a esta realidade, urge apostar no desenvolvimento de políticas concertadas de prevenção, que visem a formação dos/as jovens no sentido da não violência e da promoção da cidadania íntima.

Referências

- ARCHER, John, 2000, "Sex differences in aggression between heterosexual partners: a meta-analytic review", *Psychological Bulletin*, 26(5): 651-680.
- ARRIAGA, Ximena, e Vangie Foshee, 2004, "Adolescent dating violence do adolescents follow in their friends', or their parents', footsteps?", *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2): 162-184.
- EVERY-LEAF, Sarah, Michele Cascardi, K. Daniel O'Leary, e Annmarie Cano, 1997, "Efficacy of a dating violence prevention program on attitudes justifying aggression", *Journal of Adolescent Health*, 21: 11-17.
- CARIDADE, Sónia, 2011, *Vivências violentas. Uma abordagem científica*. Coimbra, Almedina.
- CHIODO, Debbie, Claire Crooks, David Wolfe, Caroline McIsaac, Ray Hughes, e Peter Jaffe, 2012, "Longitudinal prediction and concurrent functioning of adolescent girls demonstrating various profiles of dating violence and victimization", *Prev. Sci.*, 13(4): 350-9.
- COKER, Ann, Robert McKeown, Maureen Sanderson, Keith Davis, Robert Valois, e E. Scott Huebner, 2000, "Severe dating violence and quality of life among South Carolina high school students", *American Journal of Preventive Medicine*, 19(4): 220-227.
- CONNOLLY, Jennifer, e Wendy Josephson, 2007, "Aggression in adolescent dating relationships: predictors and prevention", *The Prevention Researcher*, 14: 3-5.
- DeKeseredy, Walter S., e Martin D. Schwartz, 1998, *Woman Abuse on Campus: Results from the Canadian National Survey*. Thousand Oaks, CA, Sage Publications.
- DIAS, Isabel, 2004, *Violência na família. Uma abordagem sociológica*. Porto, Afrontamento.
- DOBASH, Russel P., e R. Emerson Dobash, 2004, "Women's violence to men in intimate relationships: Working on a puzzle", *British Journal of Criminology*, 44: 324-349.
- ELLIOTT, Delbert, David Huizinga, e Scott Menard, 1989, *Multiple problem youth: Delinquency, substance use, and mental health problems*. Nova Iorque, Springer-Verlag.
- FOSHEE, Vangie, Thomas S. Benefield, H. Luz Reyes, Susan T. Ennett, Robert Faris, Ling-Yin Chang, Andrea Hussong, e Chirayath Suchindran, 2013, "The peer context and the development of the perpetration of adolescent dating violence", *Journal of Youth Adolescence*. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23381777> (acesso em 27-01-2013).
- GAGNE, Marie-Hélène, e Francine Lavoie, 1993, "Young people's views on the cause of violence in adolescent relationships", *Canada's Mental Health*, 41: 11-15.
- GIORDANO, Peggy, Danielle Soto, Wendy Manning, e Monica Longmore, 2010, "The characteristics of romantic relationships associated with teen dating violence", *Soc. Sci. Res.*, 39(6): 863-874.
- GOODYEAR, Rodney, Michael Newcomb, e Russel Allison, 2000, "Predictors of Latino men's paternity in teen pregnancy: Test of a mediational model of childhood experiences, gender role attitudes and behaviors", *Journal of Counseling Psychology*, 47(1): 116-128.
- HINES, Denise A., e Kimberly J. Saudino, 2003, "Gender differences in psychological, physical, and sexual aggression among college students using the revised Conflict Tactics Scales", *Violence & Victims*, 18: 197-217.

- HOWARD, Donna, Yue Qiu, e Bradley Boekeloo, 2003, “Personal and social contextual correlates of adolescent dating violence”, *Journal of Adolescent Health*, 33: 9-17.
- HOWARD, Donna, Min Qi Wang, e Fang Yan, 2008, “Psychosocial factors associated with reports of physical dating violence victimization among U.S. adolescent males”, *Adolescence*, 43: 449-460.
- LEWIS, Sarah, e William Fremouw, 2001, “Dating violence: A critical review of the literature”, *Clinical Psychology Review*, 21(1): 105-127.
- LEWIS, Sarah, Laura Travea e William Fremouw, 2002, “Characteristics of female perpetrators and victims of dating violence”, *Violence and Victims*, 17(5): 593-606.
- LICHTER, Erika, e Laura McCloskey, 2004, “The effects of childhood exposure to marital violence on adolescent gender-role beliefs and dating violence”, *Psychology of Women Quarterly*, 28(4): 344-357.
- MACHADO, Carla, Sónia Caridade, e Carla Martins, 2010, “Violence in juvenile dating relationships self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample”, *Journal of Family Violence*, 25: 43-52.
- MACHADO, Carla, Marlene Matos, e Ana Isabel Moreira, 2003, “Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária”, *Psychologica*, 33: 69-83.
- MACHADO, Teresa, Isabel Macieira, e Maria Carreiras, 2010, “Violência nas relações de namoro: influência de crenças e área de formação”, *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, XIV(2): 355-399.
- MELTON, Heather C., e Joanne Belknap, 2003, “He hits, she hits: Assessing gender differences and similarities in officially reported intimate partner violence”, *Criminal Justice and Behavior*, 30(3): 328-348.
- MILLER, Susan, 2005, *Victims as Offenders: The paradox of women's violence in relationships*. New Brunswick, Rutgers University Press.
- MOLIDOR, Christian, e Richard Tolman, 1998, “Gender and contextual factors in adolescent dating violence”, *Violence against Women*, 4(2): 180-194.
- NEVES, Sofia, 2008, *Amor, poder e violências na intimidade: Os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*. Coimbra, Quarteto.
- NICHOLLS, Tonia, e Donald Dutton, 2001, “Abuse committed by women against male intimates”, in BROTHERS, Barbara Jo (ed.), *The Abuse of Men. Trauma begets trauma*. Nova Iorque, Haworth Press, 41-58.
- O'KEEFE, Maura, 1997, “Predictors of dating violence among high school students”, *Journal of Interpersonal Violence*, 12(4): 546-568.
- O'LEARY, K. Daniel, Amy Slep, Sarah Avery-Leaf, e Michele Cascardi, 2008, “Gender differences in dating aggression among multiethnic high school students”, *Journal of Adolescent Health*, 42: 473-479.
- PAIVA, Carla, e Bárbara Figueiredo, 2004, “Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses”, *Psychologica*, 36: 75-107.
- SAAVEDRA, Rosa, 2011, *Prevenir antes de remediar: Prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis*, Dissertação de Doutoramento em Psicologia, Braga, Universidade do Minho (documento não publicado).
- SANDERS, Susan, 2003, *Teen Dating Violence. The invisible peril*. New York, P. Lang.
- SEARS, Heather, E. Sandra Byers, e Lisa Price, 2007, “The co-occurrence of adolescent boys' and girls' use of psychologically, physically, and sexually abusive behaviors in their dating relationships”, *Journal of Adolescence*, 30(3): 487-504.

- SEARS, Heather, E. Sandra Byers, John Whelan, Marcelle Saint-Pierre, e The Dating Violence Research Team, 2006, "‘If it hurts you, then it is not a joke’. Adolescents’ ideas about girls’ and boys’ use and experience of abusive behavior in dating relationships", *Journal of Interpersonal Violence*, 21(9): 1191-1207.
- SILVERMAN, Jay, Anita Raj, Lorelei A. Mucci, e Jeanne E. Hathaway, 2001, "Dating violence against adolescent girls and associated substance use, unhealthy weight control, sexual risk behavior, pregnancy, and suicidality", *JAMA*, 286(5): 572-579.
- SILVERTHORN, Persephanie, e Paul J. Frick, 1999, "Developmental pathways to antisocial behavior: the delayed-onset pathway in girls", *Development and Psychopathology*, 11: 101-126.
- SHEN, April Chiung-Tao, Marcus Yu-Lung Chiu, e Jianxiu Gao, 2012, "Predictors of dating violence among Chinese adolescents: the role of gender-role beliefs and justification of violence", *Journal of Interpersonal Violence*, 27(6): 1066-89.
- STETS, Jan E., e Murray A. Straus, 1990, "Gender differences in reporting of marital violence and its medical and psychological consequences", in STRAUS, Murray A., e Richard J. Gelles (eds.), *Physical Violence in American Families: Risk factors and adaptations to violence in 8,145 families*. New Brunswick, NJ, Transaction, 151-165.
- STRAUS, Murray, 2004, "Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide", *Violence against Women*, 10(7): 790-811.
- THOMPSON, Edward, 1991, "The maleness of violence in dating relationships: An appraisal of stereotypes", *Sex Roles*, 24(5,6): 261-278.
- WATSON, John, Michele Cascardi, Sarah Avery-Leaf, e K. Daniel O’Leary, 2001, "High school student’s responses to dating aggression", *Violence and Victims*, 16: 339-348.

5. Identifying and understanding similarities and differences in adolescent girls' and boys' violent delinquencies

Jennifer Schwartz | Katie Clemons*

[Identificar e compreender as semelhanças e diferenças entre rapazes e raparigas delinquentes]

Resumo: Em quase todas as sociedades e em vários períodos históricos, as raparigas envolveram-se em violências menos graves do que os rapazes. No entanto, elas têm-se equiparado a eles no envolvimento em formas menores de violência. Este capítulo fornece uma visão geral das semelhanças e diferenças de género em múltiplas formas de violência – do homicídio às lesões corporais leves, como arranhões e empurrões. Para fornecer um retrato do ofensor feminino e masculino, este capítulo baseia-se em várias fontes de dados nacionais de períodos diferentes e em vários países. Semelhanças e diferenças nas respostas da aplicação da lei em raparigas e rapazes violentos também são discutidas. Para entender a origem das semelhanças e diferenças de género na violência, oferecemos um paradigma de ofensa de género, que conceptualiza os atores da delinquência feminina como exercendo o livre-arbítrio, mas também como estando limitados por estruturas sociais de género.

Introduction

“Boys will be boys” is a popular idiom that shows we expect boys and young men sometimes to behave badly in rambunctious, irresponsible, rebellious, or aggressive ways as they explore and demonstrate manhood. Meanwhile, the centuries-old English nursery rhyme “sugar and spice and everything nice” used to describe expectations about girls’ behavior is still relevant. So, when a girl is physically aggressive toward another, it may be surprising whereas perhaps it is anticipated that boys occasionally will get into fights or physical confrontations.

Of course, the relationship between gender and violence is more complicated than these simple statements make it seem. Although individual reasons for

* Washington State University.

violence are complex and multifaceted, social scientists have identified some predictable patterns of behavior – including those for females and males. In this chapter, we will explore patterns and trends in girls and boys violence to identify important gender similarities and differences. By exploring these patterns we will answer the following questions: What are the statistical facts about the amount and type of girls’ and boys’ violence? Do these old phrases about girls’ gentility and boys’ aggression still hold true today? Finally, what factors best account for any gender differences in violence and/or changes over time in this relationship?

We draw on diverse sources of information to address these questions, from self- and victim-reports on violence to police accounts, to get a more complete account of female violence and its social control. We then utilize primarily gendered crime theories to understand sources of similarities and differences in violence.

Identifying and understanding gender similarities and differences in aggression and violence

To address the question of how much girls and boys violence there is and the extent to which it is the same and/or different, it is necessary to define what we mean by violence. This is more difficult than it would seem. Whereas we can all agree that killing someone or robbing someone at gunpoint is violent behavior, we might differ in whether we would classify pushing and shoving, scratching, or screaming as *violent* behavior or something less severe. Moreover, if one kills or injures someone in self-defense, do we consider that violent behavior or something else? Defining “violence” is more than an issue of semantics. The lens we use to “see” violence strongly affects how much and what types of girls’ (and boys’) violence we see. Rather than adjudicate which behaviors ‘count’ as violent or not, we prefer to conceptualize violence along a continuum of less to more serious aggressive behaviors, scaled roughly in accordance to ‘harm done’ to the victim and society. There seems to be general consensus on which behaviors are more or less serious, although this varies cross-culturally and in other socially important ways. In this chapter we will examine female and male similarities and differences along this continuum of violence.

There are a number of ways social scientists have studied these differences and similarities in crime. In quantitative studies, social scientists rely on official police data, victim-based reports on offenders in face-to-face crimes, as well as self-reports of delinquencies by adolescents (often given to students in school). While these studies provide a great deal of valuable information

in terms of trends and rates of offending, qualitative research, such as interviews, observation, historical analysis and in-depth ethnographic studies, provide the depth and understanding behind the trends and rates. It is also important to note that the various quantitative sources of information on girls' and boys' offending vary in how violence is defined and measured. For example, self-reports tend to focus on broadly-defined minor forms of aggression (e.g., fighting with parents, siblings, and peers by hitting, shoving, pushing), such that some aggressive acts by youth may not meet the threshold of criminal violence. By contrast, law enforcement records of violence known to police is contingent on victim/witness-reporting, police action, and so forth, so official data tend to represent the more serious cases of violence. It would be easy to miss the many similarities between male and female adolescents in their delinquencies if one were to only examine official statistics because these resources are much better at capturing more serious violent offenses but quite apt to miss minor level offenses (Mosher et al. 2011). In contrast, sex similarities may be over-stated if one only examined self-reports without regard to sources measuring more serious forms of violence. Such sources, including those that examine institutionalized populations of youth, identify important gender differences as well as similarities to consider when approaching the topic of female delinquency.

With these caveats in mind, we focus now on quantitative similarities and differences, but contextualize with qualitative findings throughout. Sources are most readily available for the United States (and other large, industrialized nations, like Canada, UK, Scandinavian countries), but less available elsewhere. Data collection efforts by research consortiums are underway to address this lack of comparable data across nations on women's and men's crime and victimization.

Gender similarities and differences in amount and types of aggression and violence

Social scientists have long studied the relationship between gender and crime, resulting in some widely agreed upon conclusions. Namely, gender is one of the strongest correlates of crime, with males involved in more numerous and more serious criminal offenses than females. Girls' violent delinquencies are typically less chronic and often less serious than boys' violence, so gender differences may seem large when one examines serious violence but rather small when one concentrates on more minor violence and aggression.

For example, some researchers suggest that females are as violent (and perhaps controlling) as males (Felson 2002). This perspective relies heavily on self-report surveys and tends to focus on domestic violence or aggression in

other private locations. Such studies tend to show females are as likely as males to initiate and carry out physical assaults on their partners and family members, but females' acts of violence result in significantly less harm than similar male-perpetrated violent acts (Straus 2004, 2008). More generally, males and females report similar levels of minor forms of violence (Canter 1982). It does seem that girls can be as aggressive and violent as boys – when we consider minor forms of violence with little physical harm against known and especially intimate or family victims. Rates of aggression become especially equitable when less direct forms of aggression are included in the analysis (Chesney-Lind 2001), a prime example being “relational aggression” that includes yelling, teasing, insulting, and gossiping. Girls are more likely to be verbal where as males are more likely to be physical (Bjorkvist 1994, Crick and Grotpeter 1995).

In contrast, other contexts of violence show very low female involvement. At the far end of the spectrum of violence is homicide, and here the gender gap is extremely large. While homicide is uncommon for both males and females, of those homicides that are committed about 90% have male perpetrators, with only 10% being female perpetrators. In the United States, young black males are the most likely among adolescents to be arrested for homicide, followed by white males, and then black females. White female adolescents aged 14-17 have the lowest rate of homicide, with less than 1 girl in 100,000 being arrested for homicide (Schwartz 2007). Robbery and aggravated assault have similarly extremely skewed sex ratios. Robbery and other offenses that are commonly committed in concert tend to involve almost exclusively all-male groups. Females tend to be left out of offending groups, ranging from transitory informal groups to more organized gangs or other formalized criminal arrangements. Girls' involvement in gangs or other organized crime groups is much lower than males and girls' participation tends to be more marginal, less violent, and temporary rather than sustained, as we discuss shortly. By nearly all accounts and across all data sources, girls' participation in more *serious* forms of violence tends to be less than that of boys.

Gang involvement

Gangs are a specific form of crime group and one that commits a number of crimes and violent offenses. Comparing female and male adolescent violent delinquencies, we would be remiss to not examine their differences in gang participation. Research in this area shows that girls have long been involved as gang members (Thrasher 1927), and this continues to be true today. Gang membership can provide females a way to resolve their problems around

gender, race, and class. Females and males are both present in gangs, but this does not mean that they have equal participation (and male members do comprise the majority of gang members). Many past studies have focused on female gang members in the secondary roles that they have played, as something more like cheerleaders than full members. These studies have rarely examined the occasional violent behavior that these female gang members do participate in.

More recently studies have been recognizing that girls' roles in gangs are more varied than previous depictions would suggest. These studies tend to rely on female gang informants reports of their own experiences. Girls in gangs are fighting in more arenas and sometimes using some of the same weapons as males. Yet, despite some of the females' violent commentaries, their behavior continues to exhibit significant deference to male gang members, participation as more of an auxiliary member, avoidance of excessive violence, and adherence to traditional gender-scripted behaviors (Miller 1980, Campbell 1990, Chesney-Lind and Shelder 1992, Swart 1991). It is also interesting to note that when women attempt to present themselves as violent and equal members they do so by claiming to be "one of the guys" (Miller 2001: 180). This claim actually reinforces the gendered hierarchies and the idea that gangs are or should be "masculine" and that true violence or toughness is only possible by males.

This basic gender difference in crime – greater (sometimes equal) female involvement in minor aggression and violence but much lower female involvement in serious violence – is practically universal across time and place, but of course it varies somewhat, especially with age (and other factors) (Smith and Visher 1980; Steffensmeier and Allan 1996). Males' and females' delinquent behaviors are most similar at younger ages; gender differences in offending increase with age.

Another important similarity, both female and male adolescents commit mostly minor level offenses and property crime rather than serious violent crime (Steffensmeier and Allen 1996). The rank ordering of offenses is similar across the sexes: Serious violent crime such as homicide, robbery, and aggravated assault are significantly less common for both males and females. Females and males at all ages are more likely to be involved in minor offenses including drug/alcohol violations, larceny, fraud, and simple assault (which might include threats, biting, scratching, throwing objects, shoving, hitting, or kicking). Crime trends for males and females tend to mirror one another for almost all crimes, so when male offending rises, so does female offending, and when male offending declines, so does female offending (Steffensmeier and Schwartz 2004; but see Steffensmeier et al. 2005). The symmetry in

female and male crime trends suggests many similar social factors underlie criminal behavior, regardless of sex of the offender(s).

Females and males engaging in violence as adolescents tend to have similar backgrounds, characterized by community disadvantage and familial problems. In addition to community contexts where youth witness and experience violence, both male and female adolescents who engage in violence are more likely to have been abused in the home than their non-offending counterparts. Female and male adolescent offenders are equally likely to have been physically abused, but sexual victimization and abuse is more common in the backgrounds of violent females. Running away from home as a result of victimization and/or other serious problems at home sometimes exposes girls to subsequent risks for violent offending, such as through situations that arise during alcohol and drug use, while engaging in survival sex or prostitution, and/or resisting street victimization and harassment. Thus, it is important to understand girls and boys violence in the context of their homes, schools, and neighborhoods as well as personal experiences. This will also help us better understand their motivations and pathways to violent crime.

Additionally, contextual characteristics of violent crime – such as victim-offender relationship, place of occurrence, and other crime features – inform about potential motives and situational features of girls' versus boys' violent delinquencies. There are both similarities and gender differences seen in these characteristics. For example, victims of violent offenses by both male and female offenders are most likely to be an acquaintance, someone the adolescent knew prior to the offense. Girls and boys fight with friends and acquaintances to defend their reputation, gain or maintain status/prestige, and to defend valued relationships. Females fight to defend their sexual reputation or against rumors of (or actual) infidelity, whereas male fights often evolve from challenges to one's masculinity or toughness, attempts to cheat or take advantage, or slights of one's family members (Anderson 1999, Miller and Mullins 2006, Irwin and Adler 2012, Cobbina et al. 2010). However, females' victims are often family or intimates whereas male violence is more heavily tilted toward stranger-victims. Males are more likely to be instrumentally motivated, whereas females are more likely to be expressively motivated through stresses such as teen motherhood, drug/alcohol problems, and relationship difficulties. Moreover, girls are more likely to self-harm and suffer inwardly (e.g., depression, suicide attempts, alcohol/drug self-medication) whereas males are more likely to externalize their stress on others (Broidy and Agnew 1997).

In sum, girls and boys aggression are very similar when minor behaviors and younger age groups are examined, but greater gender differences exist when

more serious, injurious, or organized violence is examined. The underlying social conditions that give rise to violence are similar for females and males, but important gender differences in contexts of violent offending also are apparent. These same similarities and differences tend to emerge when examining other countries. In addition to the United States, Canada, United Kingdom, Finland, Norway, and Sweden were examined using data from Interpol, United Nations, and European Sourcebook. These data sources reveal similar trends in female and male patterns of offending cross-nationally (Schwartz, forthcoming 2013).

Changes in offending patterns?

There has been recent discussion regarding if these differences in male and female offending patterns are changing or if females are perhaps becoming more violent. Steffensmeier et al. (2005, 2006) utilize various quantitative sources, including official statistics (Uniform Crime Reports), victim reports (National Crime Victimization Survey), and self-report data (National Youth Behavior Risk Survey and Monitoring the Future). It is critical that the authors utilized these various sources as each provides a slightly different glimpse of female violence. As mentioned above, official statistics do a much better job capturing more serious offenses, and self-report data is useful for examining more minor offenses. This comprehensive research finds that the female and male offending patterns that show major differences among serious violent offenses (homicide, rape) remains large and stable over time. According to the Uniform Crime Reports (UCR) the female percent involved in homicide fluctuates a bit between 10% and 13%, however the year-to-year changes in female-to-male rates are not statistically significant. The female percentage for rape has remained steady at about 1%. However, for both aggravated assault and simple assault, the gender gap has narrowed according to police-generated arrests statistics from the UCR. Both showed increased female participation, from about 15% in 1980 to 25% in 2003. Yet, according to victim's reports on offender characteristics in the National Crime Victimization Survey (NCVS), girls share of assault held steady at about 12%. Simple assault fluctuated more in the NCVS, but remains fairly steady between 15 and 20%. Furthermore, self-report data show that fighting has actually decreased for both sexes. Male fighting declined from 50% to 40% and female fighting declined from 35% to 25%.

So, then how can we understand the increase in assault charges for females according to the police reports in the UCR? The divergence in female and

male assault trends can be attributed mainly to changing social control of females rather than changes in female behavior. It is changes in policies and policing that result in higher arrests for females.

In looking specifically at changes influencing official treatment of girls' violent delinquencies, simple assault is one example of an offense that has come to be defined more broadly and in a way that is likely to result in greater increases in the punishment of girls than boys. Simple assault officially includes threats, biting, scratching, biting, throwing objects, shoving, hitting, or kicking, simple assault, but there has been a recent push for proactive policing which focuses on minor forms of crime, such as simple assault, and zero tolerance policies that identifies violence in private as well as public locations (Garland 2001). This results in a lower threshold for arrest and more focus on misdemeanors, crimes that are more likely to involve females. A specific policy change that has influenced more females being arrested for assault is domestic violence statutes with mandatory or dual arrest laws. An influencing factor surrounding such policies were shifts in conceptions surrounding "acceptable" uses of violence, which partly resulted from the feminist movement regarding intolerance for domestic violence and violence and harassment in general (Young 2002). This has resulted in changing ideas of acceptable uses of violence and the growing intolerance results in more arrests for minor offenses which are more likely to include females. Targeting violence in the home and at schools also will tend to identify more female offenders because these private contexts are where much female violence takes place.

A police officer was quoted in (Schwartz and Steffensmeier 2007) explaining these differences in policy and policing:

We [the police] bust people for assault a lot quicker today than we used to. Whole lot quicker. Especially women. If it's a domestic case involving a man and a woman, or one female fighting with another female over a boyfriend, chances are the lady will be arrested. Even if she is the one reporting a domestic violence situation but the guy claims that she threw things at him or scratched him bad, then we'd be inclined to arrest them both. Same with two ladies who get into a scuffle—one hits the other or pulls her hair, if there is a complaint, we'd arrest one or maybe both of them. Years ago, we didn't do that. Maybe charge disorderly or just give them a warning.

We can see here that rather than females becoming more violent it is structural changes that are influencing the increase in arrests seen in official statistics.

What accounts for gender differences in offending patterns?

So thus far, we have established that females have similar offending patterns for minor offenses, but that there is a vast gender gap when examining more serious, violent offenses. We have also shown that despite theories that would suggest this would change due to women's liberation movement (Adler 1973, Simon 1973), which the media has enthusiastically embraced and promoted, the gender gap has remained relatively trendless and girls are not becoming more violent than in the past (Steffensmeier et al. 2005, Steffensmeier et al. 2006). In fact, major differences in offending can be traced back to the first major crime statistics analyzed by French "moral statistician" Adolphe Quetelet (1831) who noted the major impact of both gender and age on crime. Hence, as these gendered differences are strong and stable over time, it is essential to examine what may help account for these differences.

General theories of crime and female offending

The famous social control theorist, Travis Hirschi (1969), would suggest that the correct question to ask here is why aren't females committing crime? What is holding females back from crime? This approach does provide some important concepts that may help us understand the gender gap. First, females tend to experience higher levels of informal social control. Parents supervise and restrict female adolescents' behavior to a greater degree than their male counterparts. Females are more likely to be kept at home and not allowed out at night (Bottcher 1995), and females tend to be under greater surveillance (Benson and Simpson 2009). Heimer and DeCoster (1999) argued based on their research using the National Youth Survey that females' violent delinquency is controlled by subtle mechanisms, such as emotional bonding to families. They found that females are less violent compared to boys mainly because, "they are influenced more strongly by bonds to family, learn fewer violent definitions, and are taught that violence is inconsistent with the meaning of being female" (DeCoster 1999: 303). These subtle mechanisms work to inhibit female delinquency. These concepts help explain the areas where females are committing fewer crimes than males, yet they fail to explain the similarities. So, let us examine another broad criminological theory.

Strain theory was proposed by Robert Merton (1938) in his classic work "Social structure and anomie". As the title implies, Merton built his theory on the iconic French sociologist, Emile Durkheim's concept of anomie, meaning normlessness. Merton's theory was that an integrated society has a balance between culturally approved goals and legitimate means to achieve these goals. He stated that when this is not the case people develop adaptations. Conformity, which is simply accepting the state of goals and means,

is the most common. However, nonconformity and deviant behavior most often occur due to the adaptation, innovation, where individuals accept the goals, but as they do not have access to legitimate means they turn to illegitimate means to achieve the goals.

Merton's theory is a critical turning point in the study of crime and deviance because it was built on structural explanations of criminal behavior rather than individual biology and psychology. However, strain theory has been criticized for not being able to explain the correlates of age and gender. While strain theory waned in popularity in the late 1970s and early 1980s, it has experienced a renaissance since the revision by Agnew (1985, 1989, 1992) with his generalized strain theory (GST). General strain theory considered other sources of strain.

Broidy and Agnew (1997) further developed GST, applying it to explain differences in the male to female ratios of crime. Drawing on past literature, Broidy and Agnew provide the following rationales that may explain gender differences in crime: males are subject to different strains than females, with male strains being more conducive to crime; males have a different emotional response to strain, with male responses being more conducive to crime; males are more likely to respond to anger/strain with crime. It is promising to explore whether females and males experience different stressors and/or react differently to similar stressors. One must also consider how illicit *opportunities* to engage in crime may be gendered. However, general crime theories tend to fail to provide a *full* understanding of gendered differences in crime.

Chesney-Lind (1989) argued that delinquency theories are fundamentally inadequate to address female delinquency and reactions to female delinquency, pointing to past crime research focusing on males and masculinity. In fact, most theories of crime were developed by males and were applied to explain male criminality. We suggest that it is essential to examine the social construction of gender to understand gendered criminality and turn our focus there now.

The relevance of gender to offending behavior

At the individual level, socialization processes condition women away from crime and men towards crime by emphasizing cooperative, caretaking roles for women and competitive, status-seeking roles for males. Among females, we encourage privatized modes of self-destruction whereas males tend to externalize more against others. These and other aspects of gender socialization are reinforced in social groups (family and peers), in educational settings, and in the workplace. For instance, within families girls and boys are

socialized to manage relationships and conflict differently. Girls are encouraged to be caring and empathic. Girls are expected to manage their anger and direct methods of expression are discouraged or at least unsupported. Boys on the other hand are given more encouragement to develop autonomy rather than close, caring relationships. Boys are not discouraged to directly express aggression and at times it is even encouraged, especially when reacting to aggression by another boy (Letendre 2007). Involvement in more serious or instrumental violence is constrained by a host of factors, including many girls' unwillingness to physically confront and harm another person due to early socialization experiences regarding the appropriate uses of violence for boys and girls.

At the group level, there are gender dynamics at work. West and Zimmerman (1987) revolutionized the way we think about gender with their concept of "doing gender". They propose that gender is not who you are, but what you do; gender is interactional. Therefore we act out gender and what it means to be feminine or masculine. In crime, we know that male thieves/hustlers hold certain assumptions about women and doubt whether feminine traits align closely with traits of a good criminal partner (Steffensmeier and Terry 1986). Males proffer an unwillingness to work with females because of widespread belief that women aggressors will be more easily challenged and overthrown or otherwise lack qualities of a good criminal. "Girl fights" tend to be minimized by males as emotionally driven, ineffectual, and petty whereas violence by adolescent boys was self-construed as dangerous but necessary in order to earn and maintain respect by protecting yours and your own (Cobbina et al. 2009). Consequently, girls often lack the social networks and connections and criminal reputations to engage in serious sorts of violence (e.g., lack of access to weapons); women are rarely chosen as crime partners. Lacking social network connections and criminal reputation, girls and women have greater difficulty recruiting partners, should they be so inclined. When girls are involved in crime groups, they often, but not always, are subordinated and marginalized in both roles and reward. Often female roles in crime revolve around sexuality and beauty, the value of which decline with age.

The concept of masculinity is closely tied to violence and by performing violent offenses men are appropriately "doing" their gender. Femininity focuses on physical appearance and attractiveness. Reflecting the way girls may "do gender" with regard to violence, girls often engage in physical fights to protect their reputation as sexually virtuous or to protect their romantic relationships from threat of another female (Irwin and Adler 2012, Cobbina et al. 2009).

It is interesting to note that in the larger society there is very little discussion of the masculine nature of violence. In the famous documentary, *Tough Guise* (1999) with Jackson Katz, he points out that in school shootings the incidents are described as “kids killing kids” although it is actually boys killing other boys and girls, although if it were girls killing kids their gender would absolutely be the headliner of the story. When the media discusses issues such as road rage, there is no mention that almost all instances of road rage involve men. This is because when you do your gender correctly, gender becomes invisible and simply reinforces the existing gendered norms (West and Zimmerman 1987).

Larger gendered institutions and social structures are also influencing factors on female and male offending. Gendered inequities in communities and other social structures sometimes push girls into offending as well as limit and shape what criminal opportunities and roles are possible for girls. Institutions influence gendered opportunities based on female structural positions in society. For instance, the glass ceiling women experience in the workplace limits their opportunity to engage in white collar crime.

So, women who choose to offend do so in a constrained, gendered environment. Female delinquency does not originate from or signify enhanced freedoms of girls but rather stems from their marginalization, abuse and neglect. A gendered approach can help us understand gender differences in rates of offending as well as differences in contextual factors, such as girls’ greater victimization of intimates and family; their tendency to play secondary roles most often to males; and female motivations and pathways that involve victimization, romantic involvements with men, and protection of relationships. Gendered approaches are most needed to understand serious offending where gender differences and gendered influences are greatest.

A gendered paradigm of offending

Steffensmeier and Allan (1996) recognize that traditional theories are helpful in explaining overall trends in male and female offending, but they are less helpful in understanding important gendered aspects of offending for which traditional crime theories typically fail to account. Steffensmeier and Allan suggest that a good theory will account for similarities and differences in offending patterns. The authors propose a gendered paradigm that acknowledges that gender operates at various levels of analysis, as just described, to influence the nature and extent of female (and male) crime.

Steffensmeier and Allan’s Gendered Paradigm explains differences in the form and frequency of girls’ and boys’ offending as derived from the organization of gender, as well as biological (e.g., reproductive, physical) differences. The

organization of gender refers to gender differentiated identities, roles, and commitments and the institutions and social arrangements that construct gender and, consequently, shape motives and opportunities for offending. Steffensmeier and Allan identify five key areas that increase the probability of prosocial responses by females and antisocial responses by males and condition gender differences in motives and opportunities for offending. They are: 1. Physical Strength and Aggression; 2. Gender Norms, 3. Moral Development and Affiliative Concerns, 4. Sexuality, and 5. Social Control. These factors impact the willingness (motives) and ability (opportunities) to commit various crimes.

Physical strength and aggression. On average, after puberty, males are bigger than females, have greater endurance, and more upper body strength. More controversial are sex differences in aggression and the capacity for violence derived from hormonal or other physical features of men versus women. Equally important as actual physical differences, however, are social and cultural perceptions of girls as less powerful, lacking the potential for violence, and more vulnerable to victimization. These social and cultural interpretations of average sex differences may limit girls' willingness to engage in serious aggression or hamper boys' willingness to involve girls in their delinquent exploits. Real or perceived physical differences may help to account for women's solo or secondary roles in crime and their defensive use of violence against partners and family.

Gender norms. Gender norms are unwritten, though commonly understood, guidelines defining appropriate behavior, beliefs, and attitudes for females and males enforced socially internalized during gender role socialization. Two powerful focal concerns orient femininity norms: (i) nurturant role obligations and (ii) female beauty and sexual virtue. Women are socialized to be more responsive to the needs of others and more attentive to the physical and emotional well-being of people they care about (Haynie, Steffensmeier and Bell 2007). Enactment of nurturing roles and obligations offers informal rewards and reinforces gender-related identities. Subjectively, girls often judge themselves by their capacity to care and failing to self-perceive this can induce guilt (Gilligan 1982). Girls are expected to establish and maintain kin and relationships and accept familial obligations such as child or elder care. In contrast, boys are expected to be brave, strong, aggressive, rational, independent, adventurous, and dominating (Chafetz 1974) and are rewarded for acting independently and being adventurous, competitive, and unemotional. Expectations that women should be more guarded of their sexuality and

concerned about physical appearances contrast with expectations that men should be sexually adventurous or even aggressive and concerned with displaying symbols of success or status. These differing gendered expectations regarding sexuality shape the availability and acceptability of deviant roles.

Moral development and affiliative concerns. Closely related to gender norms, gender differences in moral development restrain girls from violence and behavior harmful to others. Girls are socialized to an “ethic of care” that encourages women to be more responsive to the needs of others and to fear separation from loved ones. Boys, however, are predisposed to an “ethic of independence,” conditioning them toward status-seeking, even at the expense of others. Affiliative concerns not only inhibit girls from undertaking harmful criminal activities but also shape their motives, such as violence to maintain a relationship or in self-defense (e.g., physical altercation with a rival love interest, self-protection in abuse) (see also Schwartz 2007). In contrast, men’s ethic of independence encourages competitiveness, aggression, and status seeking. The male code of the streets is based on intense masculinity norms and violence often results from challenges to one’s reputation (Anderson 1999).

Sexuality. Traditional notions of femininity and sexuality offer criminal opportunities for some and place limitations on others. For example, females are typically supervised more closely (e.g., by parents, partners) to guard against sexual exploitation or victimization but this monitoring may lessen girls’ opportunities for deviance. On the other hand, female offenders may also use gender stereotypes by playing up their sexuality to dupe males, such as by appearing sexually available in order to set up a male robbery victim (Miller 1998). Women’s sexuality has long been an entrée into crime. However, recent research specifies how girls who enter puberty earlier are at greater risk for delinquency and violence due to their greater exposure to older (crime-involved) males via their romantic relationships and increased parent/child conflict around issues such as dating, selecting friends, and behavioral expectations.

Social control. Females’ behaviors are often more closely monitored and informally sanctioned, restricting female freedoms and opportunities for deviance. Moreover, stricter supervision may also decrease girls’ willingness to commit crime by reducing their appetite for risk (or channeling it toward sustaining valued relationships) and increasing attachment to family or other authority figures and prosocial peers. Males, however, are not as

closely supervised and spend more unstructured time with peers, increasing their ability and willingness to engage in risky behaviors, particularly those oriented toward status or competitive advantage.

Understanding how these key factors operate differently across gender can inform our understanding of gender similarities and differences in violence and aggression.

Future research calls for empirical tests that operationalize and test variables from Steffensmeier and Allan's and others' gendered approaches. Intersectionalities between gender and race, ethnicity, and disadvantage also should be further articulated and explored. There is also much value in qualitative work focused on local contexts of female and male offending that reveal how gender and gender-related arrangements and conditions continue to powerfully influence offending patterns.

To sum,

In closing, we suggest that perhaps the old phrases about girls' gentility and boys' aggression were never completely accurate – with girls almost as likely as boys to be aggressive and even violent in certain situations, but not others. The gender gap in violence is narrowest for the least serious or harmful forms of aggression and violence, but the gender gap is very large for the most lethal and serious forms of violence. Moreover, adolescent girls' violence often occurs in private contexts, involving family, intimates and friends whereas boys' violence is relatively more likely to occur in public and to involve known and stranger victims.

However, the “kernel of truth” in the stereotype of girls' lesser tendency toward violence, particularly serious violence, has not changed over time. And, gender-related factors remain relevant in understanding girls' and boys' violent delinquencies. Gender shapes girls' and boys' involvement in delinquency, via gender socialization, gendered social interactions, and gendered social structures. A gendered paradigm accounts for these social forces in explaining gender similarities and differences in motives and opportunities for adolescent girls' and boy's violence.

References

- ADLER, Freda, 1975, *Sisters in Crime: The Rise of the New Female Criminal*. NY, McGraw-Hill Book Company.
- AGNEW, Robert, 1985, “A revised strain theory of delinquency”, *Social Forces*, 64: 151-167.
- AGNEW, Robert, 1989, “A longitudinal test of social control theory and delinquency”, *Journal of Quantitative Criminology*, 5: 373-387.

- AGNEW, Robert, 1992, "Foundation for general strain theory of crime and delinquency", *Criminology*, 30: 47-87.
- ANDERSON, Elijah, 1999, *Code of the Street*. New York, W. W. Norton.
- BENSON, Michael, and Sally Simpson, 2009, *White-Collar Crime: An Opportunity Perspective, Criminology and Justice Series*. Routledge, NY: New York.
- BJÖRKQVIST, Kaj, 1994, "Sex differences in physical, verbal, and indirect aggression: A review of recent research", *Sex Roles: A Journal of Research*, 30: 177-189.
- BOTTCHER Jean, 1995, "Gender as social control: a qualitative study of incarcerated youths and their siblings in greater Sacramento", *Justice Quarterly*, 12: 33-57.
- BROIDY, Lisa, and Robert Agnew, 1997, "Gender and Crime: A general strain theory perspective", *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 34: 275-306.
- CAMPBELL, Anne, 1990, "Female Participation in Gangs", in HUFF, C. Ron (ed.), *Gangs in America*. Beverly Hills, CA, Sage, 163-182.
- CANTER, Rachelle J., 1982, "Sex Differences in Self-Report Delinquency", *Criminology*, 20: 373-393.
- CHAFETZ, Janet S., 1974, *Masculine/feminine or human? An overview of the sociology of sex roles*. Itasca, IL, F. E. Peacock.
- CHESNEY-LIND, Meda, 1989, "Girls' crime and women's place: Toward a feminist model of female delinquency", *Crime and Delinquency*, 35: 5-29.
- CHESNEY-LIND, Meda, 2001, "What about girls? Delinquency programming as if gender mattered", *Corrections Today*, 63: 38-45.
- CHESNEY-LIND, Meda, and Randall Shelden, 1992, *Girls, Delinquency, and Juvenile Justice*. Pacific Grove, CA, Brooks/Cole.
- COBBINA, Jennifer E., Toya Z. Like-Haislip, and Jody Miller, 2010, "Gang fights versus cat fights: Urban young men's gendered narratives of violence", *Deviant Behavior*, 31 (7): 596-624.
- CRICK, Nicki R., and Jennifer K. Grotpeter, 1995, "Relational aggression, gender, and social psychological adjustment", *Child Development*, 66: 710-722.
- FELSON, Richard B., 2002, *Violence and gender reexamined*. Washington, DC, American Psychological Association Press.
- GARLAND, David, 2001, *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. Chicago, University of Chicago Press.
- GILLIGAN, Carol, 1982, *In a different voice: Psychological theory and women's development*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- HAYNIE, Dana L., Darrell Steffensmeier, and Kerry Bell, 2007, "Gender and serious violence: Untangling the role of friendship composition and peer violence", *Youth Violence and Juvenile Justice*, 5: 235-253.
- HEIMER, Karen, and Stacy DeCoster, 1999, "The gendering of violent delinquency", *Criminology* 37 (2): 277-317.
- HIRSCHLI, Travis, 1969, "A control theory of delinquency", in SCHWARTZ, Jennifer (ed.), *Boundaries: Deviance, crime, and criminal justice*. Boston, Pearson Publishing, 283-301.
- IRWIN, Katherine, and Corey Adler, 2012, "Fighting for her honor: Girls' violence in distressed communities", *Feminist Criminology*, 7 (4): 350-380.
- LETENDRE, Joan, 2007, "'Sugar and Spice But Not Always Nice': Gender Socialization and Its Impact on Development and Maintenance of Aggression in Adolescent Girls", *Child and Adolescent Social Work Journal*, 24 (4): 353-368.

- MERTON, Robert K., 1938, "Social structure and anomie", *American Sociological Review*, 3(5): 672-682.
- MILLER, Jody, 1998, "Up it up: Gender and the accomplishment of street robbery", *Criminology*, 36(1): 37-66.
- MILLER, Jody, 2001, *One of the Guys: Girls, Gangs, and Gender*. New York, Oxford University Press.
- MILLER, Jody, and Christopher W. Mullins, 2006, "The Status of Feminist Theories in Criminology", in CULLEN, Francis, John Wright, and Kristie Blevins (eds.), *Taking Stock: The Status of Criminological Theory Advances in Criminological Theory*. New Brunswick, NJ, Transaction Publishers.
- MILLER, Walter B., 1980, "Gangs, groups and serious youth crime", in SCHICHOR, David, and Delos H. Kelly (eds.), *Critical Issues in Juvenile Delinquency*. Lexington, MA, D.C. Health and Co.
- MOSHER, Clayton J., Terance D. Miethe, and Timothy C. Hart, 2011, *The Mismeasure of Crime, second edition*. Thousand Oaks, CA, Sage Publications.
- QUETELET, Adolph, 1984 [1831], *Research on the Propensity for Crime at Different Ages*. Translated and introduced by Sawyer F. Sylvester. Cincinnati, Anderson.
- SCHWARTZ, Jennifer, 2007, "Comparing Women and Men Who Kill: Gender Differences in Homicide Offending", in DeLISI, Matt, and Peter Conis (eds.), *Violent Offenders: Theory, Research, Public Policy, and Practice* Boston, Jones & Bartlett, 185-207.
- SCHWARTZ, Jennifer, and Darrell Steffensmeier, 2007, "The Nature of Female Offending: Patterns and Explanation". In ZAPLIN Ruth (ed.), *Female Offenders: Critical Perspective and Effective Interventions*. Boston: Jones & Bartlett, 43-76.
- SCHWARTZ, Jennifer, 2012 (Forthcoming), "A 'New' Female Offender or Increasing Social Control of Women's Behavior? Cross-national Evidence", *Feminist Studies*.
- SIMON, Rita J., 1975, *The Contemporary Woman and Crime*. Washington, DC, National Institute of Mental Health.
- SMITH, Douglas A., and Christy A. Visher, 1980, "Sex and involvement in deviance/crime: A quantitative review of the empirical literature", *American Sociological Review*, 45 (4): 691-701.
- STEFFENSMEIER, Darrell, and Jennifer Schwartz, 2004, "Trends in Female Crime: It's Still a Man's World", in PRICE, Barbara R., and Natalie J. Sokoloff (eds.), *The Criminal Justice System and Women: Offenders, Victims, and Worker*. NY, Mc-Graw Hill, Inc, 95-112.
- STEFFENSMEIER, Darrell, and Emilie Allan, 1996, "Gender and crime: Toward a gendered theory of female offending", *Annual Review of Sociology*, 22: 459-88.
- STEFFENSMEIER, Darrell, Jennifer Schwartz, Hua Zhong, and Jeff Ackerman, 2005, "An Assessment of Recent Trends in Girls' Violence Using Diverse Longitudinal Sources: Is The Gender Gap Closing?", *Criminology*, 43 (2): 355-406.
- STEFFENSMEIER, Darrell, Hua Zhong, Jeff Ackerman, Jennifer Schwartz, and Suzanne Agha, 2006, "Gender Gap Trends for Violent Crimes: A UCR-NCVS Comparison", *Feminist Criminology*, 1(1): 72-98.
- STEFFENSMEIER, Darrell, and Robert Terry, 1986, "Institutional sexism in the underworld: A view from the inside", *Sociological Inquiry*, 56 (3): 304-323.
- STRAUS, Murray A., 2004, "Prevalence of Violence Against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide", *Violence Against Women*, 10 (7): 790-811.

- STRAUS, Murray A., 2008, "Dominance and Symmetry in Partner Violence by Male and Female University Students in 32 Nations", *Children and Youth Services Review*, 30 (3): 252-275.
- SWART William, 1991, "Female gang delinquency: a search for "acceptably deviant behavior", *Mid-American Review of Sociology*, 15: 43-52.
- THRASHER, Frederic, 1927, *The Gang*. Chicago, University of Chicago Press.
- WEST, Candace, and Don H. Zimmerman, 1987, "Doing gender", *Gender & Society*, 1: 125-51.
- YOUNG, Jock, 2002, "A book review on searching for a new criminology of everyday life: A review of *The Culture of Control* by David Garland", *British Journal of Criminology*, 42: 228-261.

6. Pelos (outros) mundos sociais da infância: territorialidade, género e delinquência

Maria João Leote de Carvalho*

Introdução

A preocupação sobre a delinquência não é um dado novo, exclusivo do tempo presente. No entanto, nos dias de hoje, adquire um especial relevo pelas questões sociais que coloca em causa no seio de uma determinada sociedade, especialmente quando se reporta aos atos praticados pelos seus membros mais novos, as crianças. Enquanto conceito socialmente construído por referência a normas, valores, quadros socioculturais e jurídicos de uma sociedade, a delinquência reporta-se aos atos de violação desses quadros praticados por indivíduos que, em função da idade, se encontram na condição de inimputáveis perante a lei penal, ficando por isso abrangidos por legislação específica de proteção à infância e juventude. Na sua origem estão processos e dinâmicas sociais cuja discussão se revela pertinente incrementar tanto a nível científico como social. Para isso importa identificar as formas de produção da delinquência a partir dos contextos onde se manifesta, dos protagonistas que envolve e dos instrumentos de reação social de que uma sociedade dispõe. Assente numa linha orientadora que cruzou três vetores – infância, delinquência e território –, no âmbito de dissertação de Doutoramento em Sociologia desenvolveu-se um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/43563/2008) que teve por objetivo estudar as relações emergentes entre a delinquência de crianças dos 6 aos 12 anos e os modelos de urbanização em que se integra a construção dos bairros de realojamento onde residem, com base na hipótese de que esses modelos e os processos de urbanização concretizados se articulam com o desenvolvimento de formas de socialização e modos de vida que facilitam o acesso das crianças a janelas de oportunidade para a prática de delinquência (Carvalho, 2010)¹.

* CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa.

¹ Dissertação realizada sob a orientação do Prof. Doutor Nelson Lourenço, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em julho de 2011. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6132>.

Dada a dimensão do estudo em causa, este texto fica reduzido apenas a uma breve discussão sobre delinquência de crianças e género, partindo-se dos principais resultados obtidos na análise documental dos registos sobre delinquência de crianças das entidades oficiais a nível local, Polícia de Segurança Pública e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Teve-se a intenção de identificar a natureza e dimensões da delinquência na infância nos bairros escolhidos em função do género, dando visibilidade às principais diferenças e semelhanças observadas na ação de rapazes e raparigas, e procurou-se revelar como estas últimas representam e assumem o seu envolvimento nas práticas delinquentes.

Género e aprendizagem social da delinquência

Desde há muito que a questão do género na delinquência suscita um intenso debate entre investigadores, dando origem a diferentes abordagens pela constatação de diferenças entre rapazes e raparigas no que diz respeito à frequência, formas de atuação e natureza dos atos praticados (Fonseca, 1999; Piquero *et al.*, 2005; Duarte, 2011). A tendência global para uma mais fraca expressão da delinquência feminina nas estatísticas oficiais nacionais e internacionais tem sido objeto de especial interesse ao longo dos tempos na literatura científica (Lucchini, 1997; Carvalho, 2003; Batchelor e Brown, 2004; Duarte, 2011). Dela decorre a constatação da existência de especificidades atribuídas aos modos de vida das raparigas que não devem ser desvalorizadas e que resultarão de uma construção identitária de género. Isto não significa que não existam muitos traços sociais comuns quando se esboça o perfil de rapazes e de raparigas recenseados nos sistemas oficiais; o que mais difere serão as lógicas de ação, natureza de atuação e de envolvimento nos atos, o que leva à consideração de diferenças qualitativas entre delinquência masculina e feminina (Duarte, 2011).

Vários estudos apontam que esta tendência decorre primordialmente da associação diferencial e da exposição junto de delinquentes em redes sociais, concretamente, do grau diferenciado de exposição à violência, ao crime e à delinquência a que os indivíduos se encontram sujeitos e que será habitualmente mais forte junto dos rapazes, num entendimento concretizado à luz de uma visão tradicional sobre os papéis sociais e as formas de socialização proporcionadas diferenciadamente a rapazes e raparigas. Neste sentido, as teorias centradas na aprendizagem social da delinquência apontam que as raparigas que mais contactam, interagem e passam mais tempo com outros envolvidos na delinquência, especialmente do sexo masculino, mais facilmente passam à realização de atos delinquentes. De salientar uma conclusão

comum a diversas pesquisas: os pares são irrelevantes junto das raparigas com crenças morais elevadas (Piquero *et al.*, 2005).

Parkes (2007) sugere que o posicionamento de raparigas junto de pais e padrastos que manifestem ações baseadas em poder e força, incluindo o uso de violência, pode ser relevante na sua adesão a valores delinquentes. Mas, como a exposição por si só não serve para explicar as diferenças que têm prevalecido entre géneros, outros autores apontam que a existência de laços familiares mais fortes envolvendo as raparigas se traduz no exercício de uma maior supervisão parental e controlo social informal sobre elas do que junto dos rapazes (Carvalho, 2003). Nesta linha, as raparigas terão menos oportunidade de concretizar atos delinquentes e a sua exposição à violência e criminalidade será não só menor como também mais condicionada quando acontece. Será de questionar se a persistência de representações tradicionais sobre os papéis de género, como as que ainda hoje marcam segmentos da sociedade portuguesa, não continuam a proporcionar ao género feminino a construção de definições sustentadas na ideia de a violência ser um traço de caracterização eminentemente masculino, dominante como símbolo de poder e virilidade, que não encaixa na construção da condição feminina (Piquero *et al.*, 2005).

Várias destas perspetivas têm sido postas em causa nas últimas duas décadas por autores que defendem que os processos delinquentes são semelhantes para ambos os géneros, variando qualitativamente nos modos como são vivenciados por rapazes e raparigas (Piquero *et al.*, 2005), algo que se constatou na investigação que serve de base a este texto e que se passa de seguida a discutir.

A investigação

A informação apresentada nestas páginas foi obtida no decorrer de um projeto de investigação mais vasto, um estudo de caso de base etnográfica, realizado entre 2005 e 2009, centrado na problematização dos modos de vida de crianças em seis bairros sociais de realojamento, no concelho de Oeiras, na Área Metropolitana de Lisboa², e do seu envolvimento em violência e delinquência (Carvalho, 2010)³. O modelo teórico de análise, com origem nos campos do interacionismo simbólico, da ecologia social e da sociologia

² Num total de 1700 fogos, mais de cinco mil residentes, segundo dados oficiais, dos quais 32,2% entre 0 e 18 anos.

³ De forma a preservar a sua identidade, neste texto os nomes das crianças e adultos foram substituídos por códigos alfanuméricos e, no caso dos bairros, por nomes fictícios em torno do uso de cores.

da infância, pensa a delinquência na infância (6-12 anos) como expressão de um problema social que, não sendo novo, está associado a um amplo espectro de fatores e circunstâncias de natureza diversa. Estes fatores e circunstâncias colocam-se em jogo num determinado território cujo ambiente físico influi e simultaneamente sofre as influências da ação e do controlo social exercido pelos indivíduos que nele se situam, ou o atravessam, e em relação aos quais as crianças, na qualidade de atores sociais, atribuem um sentido particular que apropriam, integram, reconstituem e (re)produzem. Em função da observação de uma realidade social complexa a nível de conteúdo e da acessibilidade aos atores sociais nela envolvidos, aplicou-se uma metodologia qualitativa que resultou da complementaridade entre diferentes técnicas – observação participante, conversas informais, entrevistas semiestruturadas a crianças (72) e a pais/familiares (62), técnicas visuais (312 desenhos sobre os bairros e fotografias dos bairros tiradas por 34 crianças de duas turmas de escola do 1.º Ciclo EB) e análise documental. O tratamento da informação recolhida foi sustentado numa lógica analítica compreensiva que teve como ponto de partida a ‘voz’ das crianças expressa nas suas diferentes produções e que neste texto se conjuga com a análise documental das ocorrências registadas na Esquadra local da Polícia de Segurança Pública (PSP) e dos processos entrados na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras pela prática de facto qualificado pela lei penal como crime.

Territorialidade, género e delinquência: a perspetiva das entidades oficiais locais

Neste ponto, procede-se a uma breve discussão dos registos das entidades oficiais sobre a delinquência de crianças menores de 13 anos de idade residentes no contexto da investigação, entre 2001 e 2008. Tomou-se como ponto de partida os atos registados pela Esquadra da PSP local, cuja competência territorial engloba a área dos bairros em estudo, conjugando-se nesta análise os dados obtidos na consulta dos processos das crianças referenciadas à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens concelhia pela prática de facto qualificado pela lei penal como crime.

Salientando a reduzida expressão estatística do *corpus* em análise – 228 ocorrências policiais e 36 processos na Comissão –⁴, pretende-se primordialmente dar visibilidade à diversidade de atos e formas de expressão da

⁴ Identificadas 76 crianças residentes nos bairros, correspondentes a cerca de 80% do total dos documentos destas duas entidades.

delinquência praticada pelas crianças residentes nestes bairros. Da sistematização da informação recolhida resultou a definição de uma tipologia de seis grandes categorias de delinquência – “formigueiro”, “para o público”, “de consumo”, “rodoviária”, “escolar” e “contra as pessoas” –, e a sua problematização em função do género faz-se integrando e realçando o que de mais significativo emergiu neste cruzamento de olhares, sobretudo ao nível dos processos e dinâmicas sociais identificados (Tabela 1). Globalmente, nos anos em análise, os atos “contra o património” foram os mais representados (49,6%), seguidos pelos “contra as pessoas” (33,3%); com valores inferiores ficaram os atos de “condução sem habilitação legal” (4,9%) e os relativos a “estupefacientes” (5,2%).

É significativo que nestas idades as diferenças observadas entre rapazes e raparigas não sejam tão acentuadas quanto as estatísticas oficiais relativas dos escalões etários superiores apresentam a nível nacional, nomeadamente no sistema tutelar educativo (12-16 anos). Embora os rapazes estejam maioritariamente representados, a participação das raparigas está presente em 35,3% (n=80) do total das ocorrências policiais em análise. A presença feminina segue uma linha de representatividade que não é demasiado afastada da masculina e em nenhum dos anos em causa a sua presença foi meramente residual. É notório o seu contínuo aumento, com especial incidência para 2008 (40,3%). As ações em que ambos os géneros aparecem em simultâneo são escassas, denotando-se uma certa especialização, ou seja, rapazes e raparigas, quando postos em comparação, tendem a ser autores de práticas que em vários aspetos não coincidem. Tem isto a ver, essencialmente, com a natureza dos atos praticados, espaços de atuação e objetos furtados.

Para ambos os géneros, a diversidade dos perfis das vítimas assume especial importância, relevando-se um amplo leque de situações em que a presença de adultos adquire uma especial expressão. Seria de esperar que nestas idades esta tendência fosse menos significativa, perspetivando-se, nesta leitura, a necessidade de cruzamento com as formas de atuação, maioritariamente em grupo. Apenas na delinquência “formigueiro”, exclusiva dos rapazes, não se deteta esta orientação. Realce para a elevada independência de mobilidade que muitos rapazes apresentam na delinquência “rodoviária” e para a precocidade dos 6 anos que emerge em quatro das seis categorias consideradas, surgindo as restantes duas (“formigueiro” e “rodoviária”) a partir dos 8 anos.

Tabela 1. Visão integrada sobre as *delinquências* oficialmente registadas sobre as crianças dos bairros em estudo

Fontes: Esquadra local da PSP e CPCJ de Oeiras (2001-2008) (Carvalho, 2010)

DELIN- QUÊNCIA	TIPO DE FACTOS	AUTORES		VÍTIMAS	NATUREZA DA ATUAÇÃO		
		GÉNERO	IDADE		TIPO	LOCAIS	TERRITÓRIOS
Formigueiro	furtos de produtos alimentares e/ou dinheiro para a sua aquisição; arrombamento de veículo para pernoitar	masculino	desde os 8 anos	estabelecimentos comerciais; desconhecidos	individual	estabelecimentos comerciais de restauração; grandes superfícies comerciais; via pública	no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo, muito nas suas imediações; outros concelhos vizinhos
Para o público	danos; incêndio; introdução em lugar vedado ao público; lançamento de projétil contra veículo		desde os 6 anos	Estado; autarquia; desconhecidos	em grupo de pares e/ou com outros menores de 16 anos e/ou com adultos jovens; com familiares	via pública; edifícios públicos, privados e residenciais; equipamentos e mobiliário urbano; transportes públicos; parques de estacionamento; linhas férreas	no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo

De consumo	furtos; furtos por esticção; furtos do interior de veículos	masculino e feminino	mais outras crianças e jovens, mas também adultos (mais mulheres do que homens); conhecidos e desconhecidos	individual e em pequeno grupo de pares	estabelecimentos comerciais; via pública	no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo, muito nas suas imediações
	furtos, danos; tentativa de abuso sexual			em pequeno grupo de pares e/ou com outros menores de 16 anos; com adultos jovens	escolas – recreios; salas de aula; corredores; entrada da escola	no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo
Escolar	roubos; agressões; ameaças; ofensas à integridade física; coação com recurso a armas brancas				via pública; parques de estacionamento de empresas e de grandes superfícies comerciais; espaços comerciais	
	furtos por esticção					
Contra as pessoas						
	furto de uso de veículo; condução sem habilitação legal; condução perigosa de veículo rodoviário	masculino	desde os 8 anos	adultos; desconhecidos	vias de comunicação rodoviária	noutros concelhos
Rodoviária						

Só em três das seis categorias de delinquência foi identificada a presença de raparigas. A categoria mais expressiva – “de consumo” – restringe-se a atos “contra o património”, essencialmente furtos realizados em estabelecimentos comerciais de pequena e grande dimensão, hipermercados ou na via pública, espaços que constituem um polo de atração para as deambulações das crianças e famílias em qualquer momento do dia e da semana, conforme observado na etnografia. É uma delinquência aquisitiva que visa a obtenção de produtos de consumo, maioritariamente associados a estilos e modos de vida amplamente difundidos entre as crianças, sendo nela que se evidencia uma mais forte presença de raparigas, numa aproximação ao registado pelos rapazes, mas diferenciada em função da natureza dos bens furtados. Esta tendência para a especialização por género nos furtos está patente nas ocorrências que dizem exclusivamente respeito a uma ação feminina, frequentemente em duplas de raparigas de idades próximas, em que os principais bens visados são roupas, acessórios (brincos, fios, pulseiras, adornos diversos, malas) ou materiais escolares. Entre os rapazes evidenciam-se os grupos de três a cinco elementos, de várias idades, e os bens furtados são vistos como fundamentais na construção de um universo masculino tradicional: equipamentos desportivos, jogos de computador e de consolas.

“(…) pelas 19h, as menores de 11 anos [rapariga F30, Bairro Branco] e de 12 anos [rapariga F29, Bairro Branco] foram intercetadas [em loja em grande superfície comercial nas imediações do bairro] no furto de brincos, meias e cuecas num valor inferior a 10 euros no total.” [Excerto de ocorrência policial da esquadra local da PSP]

“(…) pelas 19h30, no hipermercado, a menor acima identificada [rapariga F31, 10 anos, Bairro Verde] ter retirado do expositor dois conjuntos de canetas (...) no valor de 2,99€, cada, perfazendo um total de 5,98€ os quais colocou no interior do bolso do casaco que trazia vestido, tendo passado a linha de caixa sem que antes tivesse efetuado o seu pagamento, nem mostrado intenção de o fazer. (...) Refira-se que a menor encontrava-se acompanhada de duas outras menores [rapariga F33, 12 anos, Bairro Verde; rapariga F32, 11 anos, Bairro Amarelo] quais eram possuidoras de objetos (material escolar), retirados do interior do estabelecimento sem que efetuassem o respetivo pagamento no valor de 5,98€ e 6,81€.” [Excerto de ocorrência policial da esquadra local]

Tanto entre rapazes como entre raparigas, detetaram-se alguns casos particulares de reincidência, muito em especial quando acompanhadas e presumidamente ‘orientadas’ por familiares, como mais à frente se dá conta.

Mas o género assume também uma outra expressão no caso de furtos a particulares, quando se analisa o perfil das vítimas, pois é comum não só as vítimas encontrarem-se sozinhas, mas também uma grande parte ser do género feminino, sinal de uma perceção de maior isolamento e fragilidade que é explorada ao máximo na atuação concretizada.

Com exceção da delinquência “formigueiro”, observou-se como a orientação das crianças pelos mais velhos, menores de 16 anos de idade ou adultos, é uma constante nas dinâmicas das diversas práticas delinquentes. Estar-se-á perante um recurso consciente usado pelos mais velhos, que recorrem às crianças como estratégia para a diminuição dos riscos de punição, explorando a sua condição etária, seja pela inimputabilidade criminal que lhes é intrínseca, seja pela imagem de infância inocente (Jenks, 1996) que num primeiro momento é transmitida.

Outras das categorias com forte presença de raparigas diz respeito aos ilícitos cometidos nas escolas, o que não se estranha, dado ser aí que passam grande parte do seu tempo diário. O fator de proximidade relacional entre crianças e vítimas é uma tendência que se revela na esfera da violência pessoal, “*contra as pessoas*”, incluindo os atos cometidos contra as polícias.

“(…) fui chamado a esclarecer uma situação de furto de uma carteira no Conselho Executivo da Escola supostamente efetuado pelo sobrinho [rapaz M25, 8 anos, Bairro Branco] do rapaz [M49, 11 anos, Bairro Branco] (...) este entrou naquele gabinete com o intuito de retirar o seu sobrinho do local, tendo eu [agente da Escola Segura] impedido de concretizar, após o que acompanhei para junto de sua mãe (...) e irmã [rapariga F28, 9 anos, Bairro Branco] que se encontrava junto do portão do estabelecimento de ensino. Os dois irmãos, de imediato, sem qualquer motivo aparente, começam a injuriar-me chamando-me ‘filho da puta, cabrão, vou-te partir os carros’. Dirigiram seguidamente frases as quais não consegui perceber, presumindo que sejam em crioulo, instigando outros alunos que se encontravam dentro da escola a observar. Quando pretendia retirá-lo junto da vedação, o [rapaz M49] tentou agredir-me com uma pedra da calçada, que apanhou do passeio tendo feito alvo contra mim, não conseguindo atirá-la em virtude de lhe ter agarrado no braço, impedindo a agressão. A rapariga [F28], sem motivo aparente arremessou pedra da calçada tendo acertado na agente [nome] não tendo resultado ferimentos. A Agente [nome] também agarrou na [rapariga F28] para a conduzir a este departamento policial, que mostrava-se bastante agressiva ameaçando dar-lhe pontapés atingindo-a [a agente] nas pernas não tendo resultado ferimentos.” [Excerto de ocorrência policial da esquadra local da PSP]

A passagem ao ato revela-se imediata e depreende-se como facilmente uma situação se revela fora de controlo perante o questionamento colocado pelos adultos. O desafio a quem supostamente representa a autoridade e a conformidade às normas sociais é o aspeto mais visível. Apesar da pouca idade, a violência física exercida pelas crianças contra adultos manifesta-se sob as mais diversas formas. A confrontação intensa entre normas sociais e escolares e as infanto-juvenis manifestada neste caso leva a supor que o ato violento pode surgir para muitas crianças como meio de recurso legítimo, ‘normalizado’, de primeira linha, tendencialmente (re)afirmado não apenas pela ação em grupo de pares mas provavelmente no seio da própria família ou do contexto próximo.

De especial complexidade são os factos identificados que consubstanciam tentativas de “*abuso e/ou coação sexual*” sobre outras crianças e que têm em comum serem praticados, exclusivamente, por outras nos escalões etários mais baixos (6-8 anos). Perante os contornos identificados nas ações, identifica-se um mimetismo que sugere a replicação dos atos perpetrados no âmbito da criminalidade adulta, aqui naturalmente concretizados numa escala à dimensão de crianças e onde o não constrangimento de natureza moral perante o que foi feito é notório. Do aprofundamento destas situações, fica claro como os modelos de referência para várias crianças, e em particular algumas das (violentas) vivências nos primeiros anos de vida, se revelam fortemente relacionados, não podendo ser dissociados da sua génese. Quando se considerou o envolvimento das crianças dos bairros identificadas neste tipo de atos, evidenciou-se uma grave situação de abuso sexual sobre uma rapariga de 6 anos levada a cabo na escola por um grupo constituído por dois rapazes e três raparigas, de 6 e 7 anos de idade. A rapariga mais velha, de 7 anos, assumiu a liderança do grupo e, tal como os rapazes, teve um papel ativo de violência sobre a vítima enquanto as outras duas raparigas assistiam. Considerando a idade dos agressores em causa, e a sua forma de organização e atuação planeada, levantou-se a hipótese de esta ação associar um cariz de violência étnica em que a sexualização dos comportamentos terá constituído o instrumento de poder e afirmação perante o ‘outro’, de origem étnica não só diferenciada do grupo autor do ilícito (de etnia cigana) como de menor representatividade no contexto destes bairros. Esta ideia foi confirmada nas retaliações sob a forma de ameaças e coação exercidas pelas agressoras no decorrer do processo de averiguação na escola que se teve oportunidade de acompanhar.

Independentemente da categoria de delinquência em análise, em muitas das ocorrências existem indicadores claros que vão no sentido da confirmação de um quadro de aprendizagem social da delinquência nos termos propostos

por Sutherland, Messey, Akers e Bandura, entre outros. Consta-se também como uma parte destas delinquências se relacionam com a organização do território dos bairros, neles se potenciando dinâmicas de atuação que as crianças exploram ou são levadas a explorar pelo conhecimento que detêm sobre os mesmos (Sampson e Laub, 1994). A par da desorganização social que os caracteriza, descrita em diversos pormenores dos documentos consultados, afigura-se que estas raparigas estão presentes nos mesmos espaços que os rapazes e sujeitas na mesma linha a idênticas tensões, conflitos e desordens.

Modos de pensar, modos de agir na delinquência: a visão das raparigas

Identificados os principais traços de caracterização dos tipos de delinquência de crianças construídos a partir dos registos oficiais das entidades locais, colocou-se a questão de saber da sua eventual correspondência com o ponto de vista das crianças residentes nos bairros e, de modo especial, conhecer a perspetiva das raparigas nelas envolvidas.

Um dos primeiros pontos em debate prende-se com a forma como as próprias perspetivam a condição da infância no contexto em estudo e posicionam o “ser criança” em função do género.

“Acho e não acho [que é diferente ser criança no bairro]. Acho que é bom porque de vez em quando há convívio com as outras pessoas e aprendem coisas boas. Mas outras vezes acho que não porque vejo os outros meninos a fumar, a fazer porcarias e depois vão experimentar e depois vão ficar como os outros. Acho que as raparigas são menos ‘coiso’ [risos], os rapazes gostam mais de sair à noite e de fazer outras porcarias. As raparigas, só algumas, são mais tímidas. (...) Algumas raparigas são mal-educadas e também vão no caminho dos rapazes... eu não ‘tou a dizer que os rapazes são malcriados, nem todos, né? Mas alguns são maus, fazem muito mal.” [Rapariga F01, 9 anos, 4.º ano, Bairro Branco]

As opiniões sobre estas questões dividem-se. As crianças fizeram mais menção a diferenças por género do que os pais e familiares entrevistados, o que fará supor como as visões sobre as experiências e modos de vida de rapazes e raparigas não são objeto de convergência entre adultos e crianças residentes. Nos discursos de uns e outros, evidencia-se a diversidade e heterogeneidade de expressões da infância num mesmo território. Fica claro como na construção da identidade social as crianças se revelam atentas e participativas na vida social, visando meios concretos para esse fim. A questão fundamental

prende-se com a conquista de crescente autonomia e independência, sendo para isso necessário perceber qual a natureza da supervisão parental e dos estilos educativos que é exercida sobre as raparigas, fator frequentemente associado à explicação das dissemelhanças registadas entre delinquência masculina e feminina.

Giordano (1978) defende que a aprendizagem da delinquência feminina se faz junto do género masculino, situação que neste estudo não se viu devidamente comprovada. Nesta investigação, na quase totalidade dos casos, este processo ocorreu essencialmente num quadro de matriarquização, sob influência direta de familiares do mesmo género: mães, tias, primas, avós e irmãs. Trata-se de uma orientação que, em alguns casos, se viu depois reproduzir com outras raparigas, não tendo sido visível uma forte interação direta com rapazes.

“Fomos falar com a mãe de [rapariga F35, 9 anos, 3.º ano, Bairro Branco] e ela explicou tudo. Ela pôs a roupa, pegou a roupa dela, vestiu a roupa da [loja] e então aí ela disse se queríamos fazer igual a ela. Ela disse para se tirar aquela coisa... aquela... o alarme. A mãe dela ensinou, vais e tiras com os dentes assim... (...) Nós conseguíamos tirar, uma tirava e nós vestíamos. (...) A mãe dela disse e foi ela que a mandou ir porque tem roupa roubada em casa e também tem comprada, mas a maioria roubada e depois ficou com um caso em Tribunal uma vez.” [Rapariga F27, 11 anos, 4.º ano, Bairro Rosa, entrevista]

Não se afigura que este processo da participação feminina em delinquência possa ser visto como uma construção de alguma forma de masculinidade, como certos autores argumentam (Miller, 2002); nas ações e relações sociais estabelecidas identificaram-se indicadores da construção da sua identidade de género e as práticas são vistas como “coisas de raparigas”. Mulheres e raparigas agiram nessa condição não abicando da sua feminilidade, numa conjugação em que emergiram práticas associadas aos tradicionais papéis femininos e outras mais atípicas, mas que não podem ser dissociadas das mudanças sociais e da evolução do espaço cometido às mulheres nas sociedades contemporâneas. Deste modo, os resultados de Giordano têm de ser questionados à luz das dinâmicas sociais e dos possíveis novos padrões da delinquência feminina.

Uma das principais conclusões deste estudo aponta para que, se os laços no seio da família estão estruturados em torno de modelos parentais associados à violência, delinquência ou criminalidade, mais facilmente a vulnerabilidade social em que as crianças que a integram se encontram pode sair reforçada, incluindo-se neste campo o papel dos irmãos. Mais do que a modelagem das

práticas concretizada pelos mais novos a partir da apropriação feita junto dos mais velhos, é sobretudo a possível manipulação e planeamento da ação por adultos e jovens que mais se evidenciou neste contexto, assumindo proporções graves como a apresentada a seguir.

“(...) final da tarde, no hipermercado (...) a menor [rapariga F28, 9 anos, Bairro Branco], na companhia de adulto [homem, 22 anos], tinha ocultado no casaco que trazia vestido artigos vários e tinha na sua posse um alicate, o qual supostamente foi utilizado para retirar os ‘alarmes’ dos artigos. (...) O adulto será utilizado pela mãe da menor como ‘correio’ e ‘vendedor’ de produtos estupefacientes, aproveitando-se da sua incapacidade mental. (...) O segurança esclareceu que em virtude de ter suspeitado das acima identificadas, controlou-as discretamente no interior da área comercial, verificando que a menor colocou os artigos num expositor menos visível, após o que a sua irmã [25 anos, Bairro Branco], utilizando o alicate que foi apreendido, retirava os alarmes sendo que por fim o adulto pegava nos artigos e os dissimulava no casaco. (...) No final, a irmã da menor é que tinha o alicate.” [Excerto de ocorrência policial da esquadra local da PSP]

Apesar de a natureza e as dinâmicas dos atos delinquentes manifestados por irmãos constituírem problemáticas algo descuidadas em detrimento do estudo das relações pais-filhos, as mesmas ganharam especial expressão em vários dos casos identificados. Como evidenciado na literatura científica, constatou-se nesta investigação como os irmãos tendem a partilhar um elevado grau de semelhança nos seus níveis de adaptação social, detetando-se situações muito expressivas relativamente à prática de delinquência por elementos de uma mesma fratria (Bullock, 2002). São vários os exemplos de mutualidade na delinquência observados em certas fratrias, a par de outras situações que abrangem diretamente primos e primas, alguns vivendo lado a lado como irmãos, existindo uma diversidade de razões para que isso aconteça.

A delinquência de irmãos mais velhos tem-se revelado associada frequentemente às práticas de irmãos mais novos (Loeber e Farrington, 2001), embora tendam a surgir diferenças em função do género. Diversos autores apontam que a existência de relações positivas com irmãs mais velhas pode revelar-se um fator de proteção numa diminuição do risco, ao invés de relações da mesma natureza com irmãos mais velhos do sexo masculino. Além dos irmãos, identificou-se como outros familiares assumem um papel determinante pelo aliciamento das crianças através de ofertas, da pressão sobre elas exercida ou da valorização dos atos delinquentes concretizados.

“Sabes um grupo [de quatro jovens e adultas, todas do género feminino] que se chama [nome de uma marca de roupa]? Elas me trazem roupa mas a minha mãe [emigrada] diz para eu não dar porque se eu tiver falta de roupa é porque eu estrago que ela traz sempre uma maleta de roupa. (...) Elas são espertas e têm uma mala de prata [forrada a papel de alumínio e prata] para passar nos alarmes. Uma é minha tia e não dão roupa aos outros, a mim dão, aos outros vendem ao mesmo preço. (...) As pessoas aqui compram.” [Rapariga F27, 11 anos, 4.º ano, Bairro Rosa]

Na infância, não é de estranhar a constituição de grupos baseados só no género, um traço comum em qualquer ponto do mundo. Contudo, é muito pouco conhecido o fenómeno da delinquência feminina entre crianças na forma como aqui se dá conta.

“– Era eu [rapariga F35, 9 anos, 3.º ano, Bairro Branco], ela [rapariga F36, 11 anos, 4.º ano, Bairro Amarelo] e a irmã [rapariga F37, 8 anos, 2.º ano, Bairro Amarelo] e a nossa amiga [rapariga F27, 11 anos, 4.º ano, bairro Rosa]. (...) Elas as duas [as de 11 anos] foram primeiro.

– Tu ficaste só a chorar. [F36]

– Não, eu não escolhi, eu só escolhi uma coisa. (...) Escolho o casaco, ela [F27] me deu umas t-shirts e calças, fomos vestir às cabines.

– Depois lá eu trouxe uma camisola, só uma camisola. Vesti duas camisolas e uma calça. A [F27] disse para nós calçarmos uns sapatos se não batia, eu não vou calçar não.

– Eu também não, foi um casaco vermelho de marca... assim curto. E ela [F27] escolheu um fato de treino da Nike. [F35]

– E a tua irmã [8 anos] também trouxe alguma coisa?

– Sim, meias... ela não tinha no pé, pôs no bolso e tinha duas calças, uma da [marca] e uma dela, três camisolas, um top, uma camisola e a camisola dela. [F36]

– E como é que foram apanhadas?

– Disseram que ela [F27] tirou uma coisa das calças para apitar e que pôs no lixo. Os políciais deixaram ir a casa de banho para tirar. Depois eu vi a [F27] e a [F35] com uma polícia. Depois a polícia disse para tirarmos as roupas. Nós tirámos e a polícia disse que tínhamos de ir para a coisa... para a esquadra [F36].” [Entrevista]

Diversos autores sugerem existir um maior risco pelo facto de os grupos delinquentes femininos seguirem o modelo de outros só do género masculino, sendo frequente salientarem que na sua base se encontra uma relação

ou interação próximas entre elementos de uns e outros. Não foi isso que aqui se observou, o que remete fundamentalmente para uma provável influência global dos efeitos do bairro e da desorganização social existente mediada de modo inadequado pela própria família (Sampson e Laub, 1994).

Outro aspeto relevante nesta análise é que, para estas raparigas, a experiência relatada não foi a primeira (com exceção da mais nova, de 8 anos), o que sugere uma linha de continuidade nas práticas, à semelhança do registado entre os rapazes participantes na investigação.

“– Eu nunca fiz, nunca roubei roupa. [rapariga F35, 9 anos, 4.º ano, Bairro Branco]

– A tua mãe disse que todas as roupas que tu tens são todas roubadas. [rapariga F36, 11 anos, 4.º ano, Bairro Amarelo]

– Não, a minha mãe já roubou... [F35]

– A minha mãe nunca roubou, nem vai roubar mas tu já roubaste. [F36]

– Eu já tinha tomado roupas na [grande superfície], na sexta-feira também fomos lá. [F35]

– Que fomos lá? Nã, nã, foi também no outro sábado. [F36]

– E o que é que fizeram nesses dias?

– Eu só trouxe meias. [F35]

– Eu também só trouxe meias, ela [F27, 11 anos, 4.º ano, Bairro Rosa] é que trouxe mais coisas, tiras todos os alarmes... então vais-te embora daqui. [F36]”

[Entrevista]

Nesta linha, a discussão da delinquência feminina tem de ser feita a partir da consideração da transformação de papéis e posição atribuída à mulher na sociedade, não se desvalorizando as desigualdades sociais que ainda hoje marcam a sua condição em diferentes pontos no território nacional. Moffit *et al.* (2001) apontam que ambos os géneros partilham as mesmas tendências, não identificando diferenças na etiologia das formas de delinquência. Esta ideia viu-se, até certo ponto, confirmada neste estudo, mesmo quando se trata de atos de violência e delinquência interpessoal.

O exercício da violência sob as mais diversas formas, que podem oscilar do lúdico ao mais ofensivo, é parte integrante da cultura de rua onde as crianças vêm a crescer (Anderson, 1999; Moignard, 2008). Esta violência não tem nada de natural, sendo socialmente construída e o seu uso aparece, assim, ‘normalizado’ aos olhos das crianças que dela participam e a ela não hesitam em recorrer desde idades bem precoces, inclusivamente perspetivando-a em relações pessoais futuras.

“[Rapariga F21, 7 anos, 2.º ano, Bairro Rosa] – Professor, falta muito para o Dia dos Namorados?

– Tens namorado? – perguntou o professor.

– Sim, tenho lá em T [outro bairro de realojamento em Oeiras] – respondeu.

Professor: – E quantos anos tem?

[Rapariga F21] – Tem oito anos.

[Outra aluna F05] – Então é mais velho do que tu!

[Rapariga F21] – É, mas eu tenho força para lhe dar porrada, não tenho medo dele não!...” [Notas de campo]

O ato violento enquanto meio de recurso legítimo, normalizado, constantemente reafirmado não apenas pela ação em grupo de pares mas muitas das vezes no seio da própria família, seja no exercício de violência doméstica, seja na que se vê sobre os outros, aponta para uma valorização do uso da força física, não se reduzindo esta situação ao universo masculino. A visão do mundo vai-se construindo em torno de uma dualidade identitária que oscila entre os ‘*fortes*’ e os ‘*fracos*’, e a lei do mais forte, enquanto forma de organização familiar e social legitimada individual e coletivamente em vários contextos, é uma regra presente no desenvolvimento de muitas crianças, tanto rapazes como raparigas.

“Ya, anda tudo sempre à luta, tudo sempre contra mim, aí é, pumba! Dou um soco com força também...” [Rapariga F06, 8 anos, 3.º ano, bairro Azul, entrevista]

“Eu gosto de brincar no meu bairro, não gosto é das raparigas mais velhas que vêm bater na gente e roubar.” [Rapariga F38, 10 anos, 3.º ano, Bairro Branco, entrevista]

Neste domínio, há raparigas que usam a força e competências que tradicionalmente tendiam a ser vistas exclusivamente como parte do repertório masculino. A sua perceção não é diferenciada em função do género, mas antes considerada um recurso perante a ‘normalização’ da violência a que se encontram sujeitas nos contextos de origem, acabando por constituir um elemento na sua própria defesa e integração no contexto onde vivem.

Notas finais

Nesta breve discussão sobre género e delinquência de crianças, salientam-se alguns resultados obtidos nos diversos patamares de análise desta pesquisa. Como observado noutras investigações em contextos semelhantes (Chaiken,

2000), a maioria das crianças envolvidas em delinquência nos bairros em estudo é do sexo masculino e desenvolve-a no campo patrimonial, numa linha aquisitiva concretizada sobretudo em pequenos furtos. Detetou-se uma precocidade nas práticas delinquentes que assume uma diversidade de expressões que tornam visível a influência do género tanto ao nível dos/as autores/as como dos perfis das vítimas. Diversamente de outras pesquisas, constatou-se como muitos rapazes e raparigas nestes territórios estão nos mesmos espaços, sujeitos a idênticas tensões, conflitos e desordens.

Na quase totalidade das crianças identificadas na delinquência, observou-se que este processo se faz de modo precoce pela inserção em redes sociais que se constituem perante modelos de referência familiares e sociais afastados da conformidade à norma social. Comprovou-se como a transmissão dos valores delinquentes, especialmente em famílias que se constituem como modelos de não conformidade social, assume significativa importância, espelhando-se na diluição do controlo social informal e na fraca presença de mecanismos de sanção nestes bairros. No caso das raparigas, observou-se que a aprendizagem social da delinquência se concretiza fundamentalmente junto das figuras femininas mais próximas, num quadro de matriarquização que destaca novas e diversas formas de viver a feminilidade entre várias gerações. Estas situações têm de ser vistas no quadro da evolução dos papéis sociais da mulher que se veem refletidos noutros campos da vida social e se estendem também ao desvio e criminalidade.

Numa sociedade que faz da segregação e do individualismo um modo de gestão social, os laços de sociabilidades e as relações de poder são construídos tendo por pano de fundo uma lógica desenfreada de consumo e uma mercantilização dos mais variados aspetos da vida social, aqui claramente refletida nas delinquências mais representadas entre as raparigas. Neste sentido, o exercício da delinquência, que varia entre o lúdico e o mais ofensivo e violento, é, na maioria das vezes, parte integrante de uma cultura de desregulamento social, fortemente mediatizada e amplificada pelos média, onde muitas crianças crescem. Grande parte dos delitos tem essencialmente uma finalidade: o consumo de bens, na maioria os que conferem prestígio e aceitação social e que promovem a afirmação de um poder e estatuto social, sendo notória a influência do género numa perspetiva tradicional de preferência por determinados bens em detrimento de outros.

Um dos aspetos identificados diz respeito a uma aparente estabilidade nas relações estabelecidas na prática de delitos, sendo frequente a existência de duplas de crianças, sobretudo raparigas, que se vão mantendo ao longo do tempo. Tanto para o género masculino como para o feminino, o grupo de pares tende a caracterizar-se pela capacidade de proporcionar gratificações

aos seus membros, muitas vezes por pressões externas que decorrem da precariedade e da vulnerabilidade social em que vivem (Ferreira, 1999). Sun *et al.* (2004) constataram como as redes locais de amigos têm um papel e uma influência significativos na realização de furtos, sendo menor noutro tipo de atos. Nesta investigação, estas redes diferem de bairro para bairro, ora juntando só elementos de um, ora integrando residentes de vários. Basicamente, as propostas dos amigos para a realização de atos delinquentes e ilegais é frequente neste contexto, e a identificação em grupo surge estabelecida numa solidariedade que se pode associar à necessidade de afirmação cultural, de demarcação espacial e social contra o ‘outro’. Para ambos os géneros, a origem étnica revelou-se fundamental na agregação grupal, reproduzindo-se entre pares o modelo cultural e vivencial da maioria dos residentes nos bairros. No entanto, foi possível observar entre os rapazes que, à medida que a idade avança, surgem possibilidades de ultrapassar este posicionamento, e a participação em grupos mistos a nível étnico tende a acontecer pontualmente, sobretudo em atos delinquentes praticados fora do bairro, o que não se verificou entre as raparigas. Trata-se de ações aparentemente mais complexas e estruturadas, fundamentalmente furtos, que não ficam restritas a pares, identificando-se nelas a presença de jovens e adultos.

As sociabilidades observadas em grupo, para ambos os géneros, assumem diferentes configurações, ora servindo o fim da prática de delinquência ora servindo outros de natureza meramente lúdica ou educativa. A diferença entre umas e outras situações é muitas vezes demasiado ténue. Deste modo, regista-se que uma parte das culturas da infância gerada nestes territórios se estrutura numa linha de não conformidade social que integra contributos a nível intrageracional e intergeracional, a partir dos quais rapazes e raparigas constroem processos de significação e estabelecem modos de monitorização das suas ações que lhes são particulares e próprios, diferenciados dos adultos (Corsaro, 1997), revestindo a delinquência um carácter primordialmente instrumental e funcional. Distintamente, estas culturas não são produzidas no vazio social, não sendo possível olhar as crianças como indivíduos totalmente livres e autónomos na sua socialização: a autonomia é sempre relativa e remete para as formas de interação social estabelecidas com adultos e pares (Almeida, 2009).

Referências

- ANDERSON, Elijah, 1999, *The Code of the Street. Decency, violence, and the moral life of the inner city*. New York, W.W. Norton & Company Ltd.
- BATCHELOR, Susan, Michele Burman, e Jane Brown, 2004, “Discutindo a violência: vamos ouvi-lo da boca das raparigas”, *Infância e juventude*, 2: 125-143.

- BULLOCK, Bernadette, 2002, “O comportamento desviante de irmãos: dinâmica, processos e genética do comportamento anti-social”, em FONSECA, António (ed.), *Comportamento anti-social e família. Uma abordagem científica*. Coimbra, Almedina, 345-396.
- CARVALHO, Maria João Leote de, 2010, *Do outro lado da cidade. Crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6132> (acesso em 15-05-2012).
- CARVALHO, Maria João Leote de, 2003, *Entre as malhas do desvio. Jovens, espaços, trajetórias e delinquências*. Oeiras, Celta Editora.
- CHAIKEN, Marcia, 2000, “Violent neighborhoods, violent kids”, *Juvenile Justice Bulletin, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*, March. Disponível em: <http://www.ncjrs.gov/html/ojjdp> (acesso em 15-07-2004).
- CORSARO, William, 1997, *The Sociology of Childhood*. Thousand-Oaks-California, Pine Forge Press.
- DUARTE, Vera, 2011, *Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Braga, Universidade do Minho (documento não publicado).
- FERREIRA, Pedro Moura, 1999, *Desvio e juventude: Causas sociais da delinquência juvenil*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (documento não publicado).
- FONSECA, António Duarte, 1999, *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90 chegadas ao conhecimento dos tribunais*. Coimbra, Coimbra Editora.
- GIORDANO, Peggy, 1978, “Girls, guys and gangs: The changing social context of female delinquency”, *Journal of Criminal Law and Criminology*, 69: 26-132.
- LOEBER, Rolf, e David Farrington (2001), *Child Delinquents: Development, interventions and service needs*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- LUCCHINI, Ricardo, 1997, “A rapariga da rua: Prostituição, família e droga”, *Infância e juventude*, 3: 9-70.
- JENKS, Chris, 1996, *Childhood*. Londres, Routledge.
- MILLER, Jody, 2002, “The strengths and limits of ‘doing gender’ for understanding street crime”, *Theoretical Criminology*, 6(4): 433-460.
- MOFFIT, Terri, Avshalom Caspi, Michael Rutter, e Phil A. Silva, 2001, *Sex Differences in Antisocial Behaviour: Conduct disorder, delinquency, and violence in the dunedin longitudinal study*. UK, Cambridge University Press.
- MOIGNARD, Benjamin, 2008, *L'École et la rue: Fabriques de délinquance, Recherches comparatives en France et au Brésil*. Paris, PUF.
- PARKES, Jenny, 2007, “The multiple meanings of violence: children’s talk about life in a South African neighbourhood”, *Childhood*, 14(4): 401-414.
- PIQUERO, Nicole L., Angela R. Gover, John M. MacDonald, e Alex Piquero, 2005, “The influence of delinquent peers on delinquency: Does gender matter?”, *Youth & Society*, 36 (3): 251-275.
- SAMPSON, Robert J., e John H. Laub, 1994, “Urban poverty and the family context of delinquency: a new look at structure and process in a classic study”, *Child Development*, 65: 523-540.
- SUN, Ivan Y., Ruth Triplett, e Randy Gainey, 2004, “Neighborhood characteristics and crime: a test of Sampson and Groves’ Models of Social Disorganization”, *Western Criminology Review*, 5(1): 1-16

7. Questões de género em gangues juvenis em Portugal. Perspetivas de atores que intervêm no fenómeno*

Raquel Matos** | Telma Almeida*** | Ana Vieira****

Introdução

O fenómeno dos gangues juvenis, ainda que não seja recente e não tenha definição consensual, tem ganho, segundo diversos autores, predominância nas três últimas décadas, aumentando não só em número como em dimensão e na diversidade e severidade das atividades delinquentes praticadas (e.g., Cahill e Hayeslip, 2010; Decker e Curry, 2000).

Em Portugal podemos dizer que o fenómeno é quase invisível, na medida em que não há definições oficiais. Tal significa que não existem, no sistema de justiça português, critérios para definir a pertença dos jovens a gangues. Paralelamente, não existem estatísticas oficiais sobre o fenómeno, não se conhecendo a sua dimensão e o modo como se caracteriza no país. Acresce que a própria palavra “gangue” não parece fazer parte do discurso público português, com exceção do discurso mediático, que tende a adotar a expressão com maior frequência, fazendo-o sem considerar a contextualização sociológica do conceito de gangue (Carvalho, 2001; Ponte, 2006; Carvalho, Ferreira e Serrão, 2009)¹.

* O presente artigo enquadra-se num projeto internacional (Projeto ITACA – Interaction of Different Subjects Towards a Strategic Common Answer concerning Juvenile Gangs [JUST/2010/DAP3/AG/1370]) conduzido em sete países da Europa – Itália, França, Espanha, Reino Unido, Portugal e Bélgica – e financiado pelo programa Daphne III Programme of the European Commission.

** Universidade Católica Portuguesa.

*** Universidade Católica Portuguesa.

**** DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

¹ Num estudo que teve por base a análise de onze jornais portugueses, Carvalho (2001) encontrou a palavra “gangue” em catorze títulos (5,5%) e percebeu que a mesma era utilizada indiscriminadamente sempre que as notícias se referiam a delinquência grupal. Por sua vez, a expressão “gangue juvenil” tende a surgir desde que haja prática de comportamento delincente por pelo menos dois jovens.

No âmbito do projeto Itaca, foi realizado um estudo-piloto sobre o discurso dos média acerca do fenómeno dos gangues juvenis. Nesse estudo, a partir da análise de notícias de um dos principais diários do país nos últimos quatro anos (2008-2011), encontraram-se 547 notícias em que a palavra gangue era utilizada, no título ou no corpo de texto.

Se pouco se conhece no país sobre o fenómeno dos gangues juvenis, menos se sabe sobre o envolvimento das raparigas neste tipo de grupos. Neste capítulo apresentam-se os resultados de um estudo realizado em Portugal com o objetivo de caracterizar os gangues juvenis a partir das perspetivas de profissionais que lidam com o fenómeno nas duas principais áreas metropolitanas do país, Lisboa e Porto. São discutidos de modo particular os resultados relativos à participação das raparigas nos gangues.

Olhares teóricos sobre os gangues juvenis

Na história da criminologia, são diversos os contributos para a compreensão do fenómeno dos gangues e, em particular, dos gangues juvenis. Alguns desses contributos emergem de correntes teóricas que assumiram amplo protagonismo na disciplina, destacando-se a Escola de Chicago e alguns dos seus principais autores (e.g., Trasher, 1927), mas outras referências ao fenómeno foram surgindo, em diversos momentos e contextos (e.g., Salagaev *et al.*, 2005; Esbensen e Huizinga, 1993; Haskins, 1974; Cloward e Ohlin, 1960; Miller, 1958; Whyte, 1955).

A diversidade na conceptualização de gangue é notória nas diferentes propostas de compreensão do fenómeno. Trasher (1927), pioneiro no estudo dos gangues em Chicago, nos Estados Unidos da América, define gangue como um grupo juvenil dedicado a atividades delinquentes, interna e externamente reconhecido como um grupo, que cria adversidade na comunidade e nas autoridades locais. Cloward e Ohlin (1960) identificam três subculturas juvenis (“criminal”, “conflict” e “retreatist”) em função das estruturas de oportunidades com que os jovens se deparam, e que associam à emergência de gangues (cit. in Hagan, 2011). Referindo-se exclusivamente a jovens, Cotterell (1996) propõe a existência de três tipos de grupos juvenis: “Cliques”, “Crowds” e “Gangs”. Para este autor, os gangues distinguem-se por serem mais estruturados e pela maior negatividade dos seus comportamentos. Na sua perspetiva, os gangues são grupos organizados, com um líder, que têm ou procuram ter controlo sobre um território, e que se envolvem individual ou coletivamente em comportamentos violentos e ilícitos (cit. in Rodrigues e Rodrigues, 2009). Estudos mais recentes apresentam classificações grupais distintas, nomeadamente Gordon (2000, cit. in White, 2002; cf. Rodrigues e Rodrigues, 2009: 90), que postula que existem Movimentos Juvenis (e.g., *punk*), Grupos Juvenis (e.g., surfistas), Grupos de Pertença ou *Wannabe*, Grupos com Comportamentos Criminais, Organizações Criminais e Gangues de Rua. Para este autor, os gangues de rua consistem numa organização estruturada que tem como objetivo primordial a obtenção de lucros e/ou a violência contra grupos rivais.

Para além do reconhecimento interno e externo (Albarran, Berg, Convington, Koffman, Ray e Vasquez, 2009) e do desenvolvimento de atividades delinquentes, algumas definições de gangue juvenil incluem ainda a variável temporal e características mais estruturais. Tomemos como exemplo a definição de Sharp, Aldridge e Medina (2006) que nos diz que um gangue é um grupo de três ou mais indivíduos, que estão em espaços públicos durante pelo menos três meses, desenvolvendo atividades delinquentes e tendo uma ou mais características estruturais, nomeadamente um nome, um líder ou um conjunto de regras. Ainda no que respeita as características do gangue e dos seus membros, segundo a “Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention” (OJJDP), falar de gangue é falar de um grupo que tem um nome que é reconhecido pelos vários elementos (partilha do mesmo significado), que tem uma identidade e em que predomina um sentimento de “solidariedade” entre os seus membros. Assim, a existência de um líder identificado, de um território reclamado, de símbolos (e.g., *graffiti*, linguagem) e de uma identidade (expressa por tatuagens, estilo de roupa, tipo de música, penteado, etc.) revela-se um fator crucial para a definição de gangue juvenil (cit. in De Lord *et al.*, 2010). Nesta linha de pensamento, De Lord *et al.* (2010) postulam que um gangue consiste num grupo de três ou mais indivíduos que possuem uma identidade distinta (seja de um símbolo seja de uma característica em comum), que cometem/cometeram crimes ou que têm comportamentos antissociais ou marginais, como parte da sua identidade de pertença a este grupo.

Em Portugal, são poucos os estudos diretamente relacionados com gangues e são ainda mais escassos os estudos específicos sobre gangues juvenis. A maior parte da literatura nacional foca a delinquência juvenil em sentido lato, referindo-se apenas esporadicamente ao fenómeno dos gangues. As metodologias utilizadas têm sido diversas. Enquanto alguns autores entrevistam adolescentes e profissionais que trabalham nesta área e analisam os seus discursos sobre o gangue (e.g., Rodrigues e Rodrigues, 2009), outros utilizam a etnografia para compreender as dinâmicas de um gangue particular (e.g., Raposo, 2010). Outros ainda focam-se na representação dos meios de comunicação social sobre o fenómeno (e.g., Carvalheiro, 2006) ou apresentam exclusivamente reflexões teóricas sobre os gangues juvenis (e.g., Lavado, 2010).

Apesar da indefinição do conceito, os poucos estudos realizados parecem apontar para a existência de gangues juvenis em Portugal (Rodrigues e Rodrigues, 2009; Lavado, 2010; Carvalho, 2010). Rodrigues e Rodrigues (2009) desenvolveram um estudo na zona de Sintra, no qual entrevistaram jovens a cumprir medidas tutelares educativas não institucionais

e profissionais e que trabalham diretamente com a população juvenil em instituições públicas ou privadas. Os resultados deste estudo indicam que há um consenso global entre os jovens entrevistados relativamente à real existência de gangues de rua em Portugal, “entendidos como uma organização semiestruturada que visa obtenção de lucros e/ou violência contra outros grupos” (Rodrigues e Rodrigues, 2009: 91). Também Lavado (2010) admite a existência de gangues juvenis em Portugal, especialmente na zona de Sintra e Amadora. A autora defende que os adolescentes que residem nesta área “praticam actos delituosos, são reconhecidos interna e externamente enquanto isso, têm nomes, códigos, regras, etc. Junto da comunidade, nomeadamente da comunidade escolar, provocam alarme social e receio das suas atividades antissociais” (Lavado, 2010: 99).

Rodrigues e Rodrigues (2009) referem que os jovens que entrevistaram identificam, direta ou indiretamente, “diferentes grupos juvenis com identidade própria e implementação geográfica específica” (2009: 92), reconhecendo pelo menos catorze nomes de grupos distintos somente na zona geográfica estudada. Referem ainda ter apurado que “os grupos têm na sua origem acontecimentos efémeros” (2009: 92), uma característica que à partida poderia indicar menor consistência dos gangues, mas que torna a intervenção judiciária e policial de desmantelamento destes grupos bastante mais difícil. No entanto, de acordo com os profissionais que trabalham nesta área, a estrutura dos gangues juvenis portugueses está a tornar-se cada vez mais consolidada, no que se refere às suas regras, objetivos e *modi operandi* (Rodrigues e Rodrigues 2009).

Uma questão proeminente no conjunto dos estudos nacionais sobre gangues juvenis é a localização do grupo e o seu desenvolvimento no bairro onde os seus membros residem (e.g., Raposo, 2010; Rodrigues e Rodrigues, 2009). Na verdade, os estudos nacionais identificam a “proximidade geográfica entre os seus membros” como um dos fatores importantes que contribuem para a criação e manutenção destes grupos, juntamente com “a desvinculação de estruturas de controlo e educação formais e informais” (Rodrigues e Rodrigues, 2009: 92). As zonas urbanas, especialmente as periferias das grandes cidades, “aparecem como contextos privilegiados para o crescimento da delinquência juvenil, fortemente associado a bairros degradados de construção social ou realojamento social, sem estruturas de apoio adequadas e a famílias desestruturadas em que há precaridade económica, violência doméstica, criminalidade e fortes dificuldades no exercício de supervisão parental” (Carvalho, 2001: 102).

A delimitação do espaço territorial que pertence ao gangue parece ser crucial para a sua afirmação e reconhecimento na sociedade. Neste sentido,

observam-se nos muros e paredes de determinadas partes da cidade “designações e rótulos atribuídos a determinadas zonas cujas siglas são, primordialmente, inscritas em graffiti que se espalham por diversos pontos na afirmação clara de poder e domínio territorial, frequentemente localizadas a par de outras inscrições de provocação e desafio às autoridades, sobretudo policiais” (Carvalho, 2010: 400). Esta atitude de desafio às autoridades parece basear-se não só nas suas próprias experiências, como principalmente numa “construção assente em valores e crenças próprias de uma subcultura específica” (Rodrigues e Rodrigues, 2010: 93). De igual modo, as práticas dos gangues juvenis parecem funcionar como uma forma de adquirir respeito, um estatuto e valor face a outros grupos (Rodrigues e Rodrigues, 2010; Carvalho, 2010).

As dinâmicas internas do gangue, tais como os rituais de iniciação ou os processos de manutenção do grupo, parecem igualmente assumir bastante importância. No trabalho de Rodrigues e Rodrigues (2009), os jovens referem que na base do gangue estão valores como a confiança e a dedicação incondicional ao grupo, explicando que dentro do grupo há um misto de sentimentos de proteção e de medo. Os mais velhos parecem assumir um especial protagonismo na orientação dos mais novos no gangue, tendo a responsabilidade de lhes transmitir os conhecimentos que adquiriram ao longo do tempo e de os punir quando entendam necessário (Rodrigues e Rodrigues, 2009; Carvalho, 2010).

Carvalho (2010: 392) refere ainda que “a definição de papéis e aceitação pelos vários elementos do grupo reveste especial importância no desenvolvimento da delinquência nas suas mais diversas formas”. No estudo de Rodrigues e Rodrigues (2009: 93), os jovens acrescentam que para se pertencer ao gangue é preciso ser da mesma zona geográfica, demonstrar-se merecedor de confiança, estar disposto a “fazer tudo pelo grupo, nunca chibar, matar se for necessário”. Mencionam também que depois de entrar é “proibido sair” do gangue (Rodrigues e Rodrigues, 2009: 93) e que os conflitos entre grupos rivais são frequentes.

Relativamente às atividades delinquentes mais frequentemente perpetradas pelos gangues juvenis portugueses, a literatura é consensual, mencionando os roubos e os furtos, particularmente quando as vítimas são desconhecidas, seguidos do tráfico de droga, das apostas e das lutas de cães (Lavado, 2010; Rodrigues e Rodrigues, 2009). Estas atividades delinquentes e violentas revestem-se progressivamente de maior premeditação, especialmente se as vítimas forem conhecidas dos ofensores (e.g., membros de grupos rivais), tendo nestes casos como objetivo vingar, castigar, retaliar, agredir ou assustar as vítimas (Carvalho, 2010; Lavado, 2010; Rodrigues e Rodrigues, 2009).

Questões de gênero e gangues juvenis

Os olhares sobre o papel das mulheres nos gangues juvenis têm sido escassos (Matos e Machado, 2012; Matos, 2008), apesar de, desde há várias décadas, diversas fontes de informação denunciarem a presença feminina nos gangues (Moore e Hagedorn, 2001; Archer e Grascia, 2005; Batchelor, 2009). Nomeadamente, essa presença é descrita em relatórios de técnicos de serviço social a trabalhar no terreno (Hanson, 1964; Welfare Council of New York City, 1950, cit. in Moore e Hagedorn, 2001) e no trabalho de jornalistas que, cada vez mais, se interessam pelo papel feminino no contexto da delinquência (Asbury, 1927; Rice, 1963, cit. in Moore e Hagedorn, 2001; Gibbs, 2001; Santiago, 1992, cit. in Archer e Grascia, 2005; Bale, 2009; Bracchi, 2008; Carroll, 1998; Knowsley, 1994, 1996; Laville, 2005; Leadbetter, 2006; Oakeshott, 2002; O'Hara, 2007; Stephen, 1999; Thompson, 2001, 2004, cit. in Batchelor, 2009).

Em estudos empíricos realizados sobre o fenómeno do desvio em gangues foram surgindo, gradualmente, referências pontuais à mulher, ainda que, com frequência, sem lhe conferir qualquer protagonismo. De facto, a maioria das abordagens sobre o fenómeno centrou-se, quase exclusivamente, nos membros masculinos, questionando-se, nos primeiros trabalhos sobre gangues femininos, se estes são um fenómeno “verdadeiro” ou se constituem apenas imitações dos gangues masculinos (Moore e Hagedorn, 2001). Sendo os gangues tipicamente associados ao género masculino, assistiu-se a uma tendência para representar a participação das mulheres nesse fenómeno, por um lado como extravagante ou caricata e, por outro lado, como perigosa (Miller, 2001). Efetivamente, os olhares sobre o papel feminino nos gangues juvenis, tal como genericamente o estudo da delinquência feminina, têm sido enformados por estereótipos de género (Matos e Machado, 2012; Matos, 2008).

No âmbito da sociologia da desviância, os estudos realizados sobre gangues não consideraram as mulheres para a análise e discussão dos dados de investigação. Constatam-se poucas referências à participação das raparigas neste fenómeno e a descrição dessa participação surge como desadequada e não feminina (e.g., Trasher, 1963). Verifica-se também, nas abordagens à delinquência em gangues, a referência ao género feminino apenas a partir do ponto de vista dos membros masculinos do grupo desviante, ou seja, sem que as mulheres constituam sujeitos em si mesmas (Batchelor, 2009). Um exemplo é o estudo etnográfico sobre gangues realizado por Whyte (1955), autor que alguns consideram oferecer uma visão romantizada do desvio e uma narração do delinquente como um herói, que não inclui as mulheres nas observações e análises efetuadas. A exceção opera-se pela referência ao modo

como os membros masculinos dos gangues representam as figuras femininas (cit. in Heidensohn, 1985). Da dicotomia entre a “rapariga-objeto” e a “rapariga-sujeito” (Luchinni, 1997, cit. in Duarte, 2011), predomina nestas abordagens a conceptualização da primeira, que não tem poder nem autonomia e que age por heterodeterminação, não havendo espaço para considerar a “rapariga-sujeito”, autodeterminada e que, no seu comportamento delinquente, se aproxima do que tende a ser visto como masculino (Duarte, 2011). A conceptualização da “rapariga-sujeito”, negada nestas abordagens, veio mais tarde a ser evidenciada em estudos sobre delinquência juvenil feminina, internacionais (e.g., Batchelor, 2009) e nacionais (e.g., Matos, 2008).

Já nos anos setenta do século XX são realizados no contexto britânico diversos estudos sobre subculturas delinquentes, em que parece haver uma maior consciencialização das questões de género (Matos e Machado, 2012). No entanto, os protagonistas continuam a ser os desviantes de sexo masculino, emergindo as questões de género sobretudo na importância reconhecida às diversas formas de expressão da masculinidade (Heidensohn, 1985).

A partir da década de oitenta do século XX, há um incremento na investigação sobre o género e a atividade criminal, em larga medida devido às contribuições das perspetivas feministas na criminologia. Estas perspetivas abrem caminho para a realização de estudos em diversas áreas de intersecção entre género e crime, alargando o foco do papel da mulher na sua relação com o desvio (Matos e Machado, 2012). A partir de então, realizam-se estudos centrados na perspetiva das mulheres sobre o seu envolvimento, quer no crime de um modo geral (e.g., Carlen, 1988), quer em formas específicas de desviância de que a prática de violência em gangues é um exemplo (e.g., Campbell, 1984; Chesney-Lind, 1993, cit. in Miller, 2001). Ainda na década de oitenta, destaca-se o estudo de Campbell (1984), que evidencia os modos de construção da feminilidade nas raparigas envolvidas em gangues juvenis (cit. in Laidler e Hunt, 2001).

A partir dos anos noventa, com um assumido interesse pela “new female criminal”, tanto académicos como meios de comunicação social descrevem mudanças na criminalidade feminina, com base no maior número de detenções de mulheres por crimes violentos e no maior envolvimento daquelas no consumo e tráfico de droga. Entre as propostas feministas surgem novas formas de conceptualização da mulher ofensora resistente e empreendedora, que passa a ter mais poder e capacidade para autonomamente escolher a via do crime entre outras alternativas possíveis (Matos e Machado, 2012). Segundo diversas autoras, esta nova conceptualização da mulher que comete crimes está relacionada com as consequências da desindustrialização, nomeadamente a “desgenderização” das relações sociais (Chesney-Lind, 1997) e

outras mudanças sociais que permitem que as mulheres tenham oportunidades semelhantes às dos seus pares masculinos para se envolverem em determinados tipos de crime (Miller, 2001). A partir da década de noventa assiste-se, então, à consolidação das abordagens que analisam a participação das raparigas no fenómeno dos gangues juvenis, através da realização de estudos que procuram “trazer a sua voz para o centro dos debates teóricos e metodológicos” (Bachelor, 2009: 406). Nos Estados Unidos salientam-se os trabalhos de Chesney-Lind e colaboradores (1996, cit. in Archer e Grascia, 2005) e de Jody Miller (1998, 2001). Na Europa destacam-se os trabalhos de Finn-Aage Esbensen sobre gangues juvenis com análises pontuais sobre a especificidade da participação feminina no fenómeno (e.g., Esbensen e Deschenes, 1998; Esbenden e Huizinga, 1993), bem como os de Susan Batchelor e Tara Young (cit. in Batchelor, 2009), que analisam as perspetivas e as experiências femininas nos gangues juvenis

Percebe-se, assim, a evolução dos olhares sobre o papel da mulher nos gangues, que passam a considerar todas as possibilidades da sua participação neste fenómeno (Matos, 2008). No entanto, os estereótipos de género continuam a emergir, não tanto na análise do fenómeno, mas enquanto resultado dessa análise. De facto, mesmo em estudos recentes, os elementos femininos dos gangues tendem a ser vistos nos extremos da dicotomia objeto-sujeito, em duas perspetivas que integram o papel de *bad girl* associado às raparigas que pertencem a gangues (Campbell, 1984a, cit. in Moore e Hagedorn, 2001). Estas raparigas são representadas, por um lado, como demasiado “masculinas”, por outro lado, como “objetos sexuais” (O’Hara, 2007, cit. in Batchelor, 2009; Moore e Hagedorn, 2001). A perspetiva da rapariga-objeto que experiencia vitimação no gangue, incluindo a sua exploração sexual, tem sido destacada na literatura. Nos EUA, Moore (1991, cit. in Moore e Hagedorn, 2001) reporta que, num estudo elaborado junto dos membros masculinos de gangues, metade refere que as mulheres são propriedade dos homens no gangue, e em vários locais nos EUA, também as mulheres referem ser vítimas de abuso e exploração sexual por parte dos membros masculinos de gangues (Brotherton, 1996; Hagedorn, 1998; Portillos, 1999; Venkatesh, 1998; Moore, 1991, cit. in Moore e Hagedorn, 2001). Miller (2001) descreve, igualmente, experiências de vitimação das mulheres no seio dos gangues. Na sua análise ao modo como a participação em gangues potencia a vitimação das raparigas, Miller (1998) conclui que a dimensão de género as protege pela não participação nas “atividades masculinas” do grupo (agressão física, comportamento criminal). Contudo, tal facto conduz a que os elementos femininos sejam menos vistos como membros do gangue, expondo-os a maior risco de vitimação (Miller, 1998). Em Portugal, diversos

estudos têm também indicado a presença de estereótipos de género no seio de grupos desviantes, nomeadamente a subjugação das mulheres pelos elementos masculinos desses grupos. Matos (2008), na sua análise de trajetórias de jovens reclusas, encontrou uma atitude de proteção das raparigas por parte dos seus pares masculinos. Outros estudos nacionais, especificamente sobre gangues juvenis, indicam que os conflitos e as disputas comuns nas dinâmicas destes grupos estão com frequência associados a sentimentos de posse e proteção das raparigas com quem os membros dos grupos convivem (e.g., Rodrigues e Rodrigues, 2009; Carvalho, 2010). Rodrigues e Rodrigues (2009) não encontraram referências significativas por parte de jovens envolvidos em gangues acerca da participação feminina nestes grupos. Nos discursos destes jovens emergem “estereótipos de género” associados às dinâmicas dos gangues em que participam. Para além do discurso em torno da posse das raparigas pelos elementos masculinos do gangue, consideram periférica a participação das raparigas no grupo (Rodrigues e Rodrigues, 2009: 93). A par do destaque na literatura, a vitimação e a exploração sexual das raparigas no âmbito dos gangues juvenis têm sido alvo de preocupação por parte de instâncias formais de controlo. Destacam-se entidades como, por exemplo, o Youth Justice Board in England and Wales ou o Department for Children, Schools and Families, ambos no Reino Unido (Batchelor, 2009). Destacam-se também as forças policiais, que, ao centrarem a sua preocupação nas raparigas que supostamente não têm poder ou autonomia e são subjugadas pelos membros masculinos dos gangues juvenis, acabam por introduzir desvios nos dados disponíveis sobre o fenómeno.

Em termos de proporção de elementos femininos em gangues ou em formações semelhantes, os estudos atuais tendem a apontar para uma participação crescente das mulheres. No entanto, a proporção feminina no seio destes grupos permanece uma incógnita, em parte pela referida tendência das instâncias de controlo formal, em particular as forças policiais, para olhar para as raparigas como acessórias no fenómeno dos gangues, não as considerando na identificação dos membros deste tipo de grupos (Curry e Decker, 1998, cit. in Archer e Grascia, 2005). Mudanças a este nível têm vindo a ocorrer, embora de modo inconsistente e não generalizado, como nos mostram alguns dados estatísticos disponíveis. Em 1975, questionários das forças policiais (Miller, 1975, cit. in Moore e Hagedorn, 2001) afirmavam que aproximadamente 10% de todos os membros de gangues nos EUA eram mulheres. Anos mais tarde, este número parecia decair para os 3,7% (em grande medida devido ao facto de 32% dos estados questionados não identificarem mulheres como membros de gangues) (Spergel, 1995; Curry e Decker, 1998: 98, cit. in Moore e Hagedorn, 2001), subindo para 6% em 1996 (Chesney-Lind, Sheldon e Joe,

1996, cit. in Archer e Grascia, 2005) e para 11% em 1998 (Moore e Terrett, 1998, cit. in Moore e Hagedorn, 2001). Segundo o National Youth Gang Center, no ano 2000, 8% dos membros dos gangues eram do sexo feminino (Moore e Hagedorn, 2001). Ainda em 2001, de acordo com o Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, as jovens ofensoras com menos de 18 anos representavam um crescente segmento no sistema de justiça juvenil americano, registrando 645 000 detenções em todo o país (Juvenile Arrest Statistics, 2001, cit. in Archer e Grascia, 2005). Contudo, outras fontes de informação revelam números mais abrangentes, nomeadamente: em questionários nacionais administrados a jovens raparigas nos EUA, 9% a 22% identificaram-se como membros de um gangue (Esbensen e Deschenes, 1998; Esbensen e Huizinga, 1993; Bjerregard e Smith, 1993; Cohen *et al.*, 1994; Fagan, 1990, cit. in Moore e Hagedorn, 2001).

Apesar da pouca visibilidade das mulheres no fenómeno dos gangues, vários estudos internacionais têm tentado apurar as motivações e fatores que as levam a afiliarem-se a estes grupos. Entre estes estudos, prevalecem as relações românticas e de amizade, a pertença a famílias disfuncionais com histórias de abuso físico, emocional e/ou sexual das jovens, a pressão económica e o abuso de substâncias como os principais impulsionadores da adesão aos gangues pelo sexo feminino (Moore e Hagedorn, 2001; Archer e Grascia, 2005; Batchelor, 2009). Efetivamente, numa investigação realizada junto do sistema de justiça juvenil da Califórnia, em 1998, elaborado pelo National Council on Crime and Delinquency (NCCD), 92% das raparigas ofensoras entrevistadas reportaram ter uma história de abuso (físico, emocional, sexual) anteriormente à entrada no gangue (Acoca, 1999; Acoca e Dedel, 1998; Bureau of Justice Statistics, 1999; OJP, 1998; Weiler, 1999, cit. in Archer e Grascia, 2005).

A investigação existente sobre o fenómeno parece indicar que a entrada num gangue é um passo muito significativo na vida das jovens, com importantes consequências para a sua vida futura. Mas a este respeito diferentes autores apresentam perspectivas distintas. Enquanto uns defendem que o impacto do gangue na vida das jovens não é significativo nem duradouro (Quicker, 1983; Harris, 1988, cit. in Moore e Hagedorn, 2001), outros acreditam que a pertença a um gangue lhes traz consequências negativas a longo prazo (Moore e Hagedorn, 1996; Moore, 1991, cit. in Moore e Hagedorn, 2001). Sobre o papel e as atividades desenvolvidas pelas raparigas nos gangues juvenis, apesar de a literatura evidenciar uma participação periférica e pouco autodeterminada, são já vários os estudos que sugerem que o papel dos membros femininos dos gangues pode ser muito ativo, incluindo o envolvimento em atividades delinquentes (Esbensen e Huizinga, 1993; Bjerregard e Smith,

1993; Fagan, 1990, cit. in Moore e Hagedorn, 2001). As atividades ilícitas mais frequentemente referidas são os crimes contra a propriedade (Curry, Ball e Fox, 1994; Chesney-Lind, Shelden e Joe, 1996; Block *et al.*, 1996, cit. in Moore e Hagedorn, 2001) e o tráfico e consumo de drogas, considerado, por muitos, o tipo de ofensa mais comum entre as jovens (e.g., California Department of Justice, 1997; Moore e Hagedorn, 1996; Lauterback, Hansen e Waldorf, 1992; Taylor, 1993, cit. in Moore e Hagedorn, 2001). Não deixa de ser interessante notar, porém, que também a participação das raparigas nas atividades ilícitas do gangue é por vezes olhada através de lentes enformadas por estereótipos de género. Esta participação pode ser analisada à luz da falta de poder e autonomia das raparigas no gangue ou, por outro lado, à luz da sua excessiva “masculinização” (Matos, 2008).

Género e gangues juvenis em Portugal: perspetivas de profissionais

O estudo que se apresenta tem como principal objetivo caracterizar os gangues juvenis em Portugal, a partir das perspetivas de profissionais que lidam com delinquência juvenil no país. Pretende-se compreender como estes profissionais caracterizam o fenómeno em termos de dimensão, localização, dinâmicas e características dos seus membros. Em particular, são analisadas questões de género, tais como a proporção, o papel, as características, as motivações, os processos de envolvimento e manutenção no grupo e as atividades desenvolvidas pelas raparigas nos gangues.

Foi utilizado um guião de entrevista semiestruturado, que inclui três secções distintas. A primeira centra-se na definição e nos processos de formação dos gangues juvenis e nas motivações que poderão estar envolvidas na afiliação dos jovens a estes grupos. A segunda secção da entrevista foca a existência, extensão e localização dos gangues juvenis em Portugal, bem como a caracterização dos membros dos gangues (idade, etnia, género, contexto socioeconómico e familiar, instrução e relacionamento com a escola, trabalho e estilo de vida) e das atividades delinquentes perpetradas pelos gangues juvenis em Portugal. Finalmente, na terceira parte da entrevista são exploradas as experiências e representações sobre as políticas e práticas de prevenção e intervenção no fenómeno da delinquência juvenil em Portugal, sendo também pedida a formulação de propostas de intervenção.

Foram entrevistados 43 peritos a trabalhar diretamente com crianças e jovens em risco, provenientes dos distritos do Porto e de Lisboa. Os participantes representam várias instituições públicas e privadas, nomeadamente, o Sistema de Justiça (seis polícias [PJ], GNR e PSP); quatro Magistrados do Tribunal de Família e Menores; seis membros da DGRS); o Sistema

de Proteção (quatro Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; dois Centros de Acolhimento Temporário); instituições da comunidade (seis Escolas; nove Projetos de Intervenção Comunitária); Universidades (quatro Investigadores); e outras instituições (uma Psicóloga Clínica). Relativamente aos dados sociodemográficos dos participantes, estes têm idades compreendidas entre os 28 e os 67 anos e são na sua maioria mulheres (N=31; 72%). A maior parte dos participantes possui formação académica superior ligada às Ciências Sociais (54%), à Psicologia (24%) ou ao Direito (15%).

As entrevistas foram conduzidas presencialmente, no local de trabalho dos participantes, e tiveram uma duração aproximada de cinquenta minutos. De seguida, foram transcritas na íntegra e analisadas através de um processo indutivo de criação de categorias. A análise detalhada dos dados resultou em três categorias principais: Perspetiva pessoal sobre o fenómeno dos gangues juvenis; Contextualização do fenómeno em Portugal; Perspetiva sobre políticas e práticas de intervenção e prevenção da delinquência juvenil (e gangues) em Portugal.

Neste capítulo, apresentamos as perspetivas dos profissionais sobre gangues juvenis em Portugal, em particular: o contexto para a emergência destes grupos, as áreas geográficas em que se localizam e as suas atividades, bem como a caracterização dos respetivos membros. Apresentamos também, e discutimos, as suas perspetivas específicas sobre género e gangues juvenis no contexto português².

Contextualização dos gangues juvenis em Portugal

Como primeira nota da análise realizada, salientamos a ambivalência emergente nos discursos dos profissionais que lidam com delinquência juvenil em Portugal. De facto, ao contextualizarem o fenómeno dos gangues juvenis e ao caracterizarem em particular as questões de género que lhe estão associadas, vários profissionais foram sublinhando que não tinham certezas. Por vezes, referiram que “suspeitavam” que assim fosse pela sua prática profissional (“Acho que há... hmmm, acho que, a experiência que eu tenho [...]; Entrevista 11, Mulher, Sistema de Proteção, 42 anos), ou então falaram sobre o que conheciam por estar documentado na literatura internacional e que presumiam aplicar-se também ao contexto português (“Acho que um gangue está muito associado a isso... Pelo menos daquilo que é a perspetiva internacional [...]”; Entrevista 04, Mulher, Sistema de Justiça, 35 anos).

² Sempre que é pertinente para a compreensão dos resultados, é referido o número de profissionais que apresenta uma determinada perspetiva (e.g., 10/43).

Com frequência, os profissionais referiam-se genericamente à delinquência juvenil e não especificamente ao fenómeno dos gangues. Possivelmente, a sua relutância em abordar de modo particular estes grupos deve-se ao desconhecimento do fenómeno em Portugal, onde não existem definições formais de gangues juvenis e não há informação oficial disponível sobre o fenómeno. De qualquer modo, apesar das incertezas e ambivalências encontradas, parece haver um consenso considerável entre os profissionais sobre a existência de gangues de jovens em Portugal, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Dimensão social, territorial e relacional na emergência dos gangues juvenis em Portugal

Apesar de 62,8% (27/43) dos profissionais entrevistados acreditarem que os gangues juvenis são um fenómeno global, existente em todo o mundo, 32,6% (14/43) afirmam que a cultura e os valores portugueses influenciam a expressão do fenómeno.

“Eu acho que se deve ao facto de nós termos pouca capacidade associativa. Ou seja, a mobilização, a participação cívica, OK? Decorre obviamente de um quadro cultural. Não estou a dizer necessariamente que a pertença a um gangue e a participação cívica normativa vêm exatamente do mesmo sítio. Mas vêm de um sítio em que nós vemos o interesse numa organização coletiva, numa participação em alguma coisa e acho que Portugal nesse sentido é uma sociedade um bocado anómica e um bocado fragmentada, em que nunca houve, contrariamente àquilo que acontece nos países anglo-saxónicos, uma ideia de comunidade.” (Entrevista 15, Homem, Universidades, 39 anos)

No que diz respeito ao processo específico de formação de gangues juvenis no país, os argumentos apresentados pelos profissionais podem ser agrupados em três dimensões: Social, Territorial e Relacional.

Dimensão social

Razões sociais, tais como crescer num clima de crise política e económica (N=10/43), viver num contexto social e económico desfavorável (24/43) e pertencer a famílias disfuncionais (12/43) (e.g., violência doméstica, envolvimento em atividades criminais por parte dos pais ou outros prestadores de cuidados, desemprego) são os fatores mais enunciados para explicar a formação de gangues juvenis.

“Acho que... Eu sinceramente estou com um bocadinho de medo desta situação social aqui, porque muitas destas famílias perderam o RSI, a situação económica está muito mais complicada e os jovens sentem esta dificuldade das famílias. Portanto, muitas vezes, numa tentativa de ajudar a família, facilmente vão sair em atividades ilícitas, porque sabem que há ali o colega que até passa uns pacotes, vou-me juntar a ele para arranjar um dinheiro para ajudar a família...” (Entrevista 06, Mulher, Instituições da Comunidade, 41 anos)

“Existem gangues que resultam de fatores de exclusão social, ou seja, vivem em bairros desfavorecidos (...); bairros desfavorecidos e com marcas de delinquência, de tráfico de droga, de prostituição, enfim... Eles nascem já nessa ambiência, convivem já nessa ambiência e portanto há ali um caldo muito, muito propício para que eles comecem a atuar de forma ilícita e conjuntamente, uma vez que se conhecem; isto é uma hipótese.” (Entrevista 39, Homem, Sistema de Justiça, 50 anos)

“Eu acho que primeiro é as famílias de onde vêm estes jovens. Eu acho que o contexto familiar destes jovens... acho que é, foi extremamente importante para ajudar a definir quase o seu percurso (...); acho que há uma reprodução social. Não se consegue quebrar este ciclo de pobreza e estigmatização social. De facto acho que a maioria advém dessas famílias. Ou foram famílias que viveram sempre sobre, com subsídios, subsidiodependência.” (Entrevista 11, Mulher, Sistema de Proteção, 42 anos)

Dimensão territorial

A proximidade geográfica entre os membros dos gangues juvenis é também um fator fortemente mencionado. Segundo estes profissionais, a dimensão territorial é um fator crucial no processo de formação dos gangues juvenis, não só pelos jovens viverem no mesmo bairro, como também por não terem qualquer ocupação, por se juntarem em espaços públicos (e.g., rua, parques, esquinas) (N=12/43) ou simplesmente porque se encontram na escola do bairro, um espaço a que os jovens sentem que não pertencem e não têm nada para lá aprender (N=7/43).

“Fortuitamente as pessoas lá se cruzam, ou por residirem numa área geográfica parecida ou por frequentarem o mesmo tipo de estabelecimento, nomeadamente o de ensino; é a partir daí, presumo eu...” (Entrevista 04, Mulher, Sistema de Justiça, 35 anos)

“Miúdos que se juntam... por serem da mesma turma ou da mesma escola ou qualquer coisa assim, ou andarem no futebol, qualquer coisa; podem-se juntar e podem atuar em grupo.” (Entrevista 39, Homem, Sistema de Justiça, 50 anos)

Dimensão relacional

Alguns gangues juvenis podem criar-se através de um processo comum de socialização entre um grupo de amigos e são as atividades delinquentes em si mesmas que geram o gangue (N=8/43).

“Tem a ver com o nosso processo de socialização, não é diferente das outras, da nossa integração no grupo; o gangue é um grupo [...]” (Entrevista 25, Mulher, Sistema de Justiça, 46 anos)

Adicionalmente, os participantes mencionam a ausência de laços com instituições de controlo formal e informal como a causa da emergência dos gangues juvenis (N=12/43).

“Eu acho que o principal, de facto, será essa falta de relações e quando falo de relações falo de relações com pessoas e de relações com as instituições, com as pessoas dessas instituições, com os territórios, com a comunidade...” (Entrevista 08, Mulher, Instituições da Comunidade, 41 anos)

Ainda relativamente à dimensão relacional, outras explicações para a criação dos gangues juvenis mencionadas pelos profissionais são a existência de conflitos entre grupos ou gangues rivais (N=17/43) e a adrenalina que estes jovens sentem por andarem todos juntos e praticarem atividades delinquentes em conjunto (N=10/43).

“Os gangues muitas vezes surgem por conflitos e às vezes isso nota-se, principalmente aqui. Zonas diferentes, que eles criam... acontece uma coisa a um, ele chama o grupo e vem o bairro e começam logo... Um gangue... Conflitos entre grupos, não é?” (Entrevista 07, Mulher, Instituições da Comunidade, 50 anos)

“Aquilo que eu via em algumas das crianças que eu acompanhei e à conclusão a que cheguei da entrada delas na delinquência era precisamente o desafio, o divertimento, a excitação, o prazer de estar no próprio grupo e de fazer algo que ocupa o tempo livre; porque, se pensarmos, que ocupação é que estes jovens, muitos deles, têm? Nenhuma! (...)” (Entrevista 17, Mulher, Universidades, 45 anos)

Áreas geográficas dos gangues juvenis: urbanas, periféricas e vulneráveis

De acordo com os entrevistados, os gangues juvenis em Portugal tendem a concentrar-se nas zonas urbanas, particularmente nas grandes áreas metropolitanas portuguesas, Lisboa e Porto. Outras expressões comuns utilizadas para descrever a localização dos gangues juvenis no nosso país são “periferias”, “zonas desfavorecidas” e “bairros sociais”. Se a dimensão territorial é considerada crucial para perceber onde se localizam e atuam os gangues

juvenis, é igualmente um fator-chave para compreender a sua formação. Efetivamente, de acordo com muitos dos profissionais que trabalham no terreno, o facto de os jovens residirem na mesma área geográfica e estarem desocupados é a principal razão para a emergência deste tipo de grupos.

Multiplicidade e severidade das atividades delinquentes dos gangues juvenis em Portugal

Segundo os profissionais que lidam com delinquência perpetrada por crianças e jovens, os gangues juvenis em Portugal estão envolvidos numa multiplicidade de atividades delinquentes. Segundo estes profissionais, as atividades mais prevalentes são os “roubos”, os “furtos”, os “assaltos” e as “extorsões” (39/43), seguidos da “agressão”, da “violência” e do “abuso sexual/violação” (28/43), do “tráfico de droga” (28/43), do “vandalismo” e da “perturbação da ordem pública” (22/43). Outras atividades a que os gangues se dedicam são o tráfico de “bebidas alcoólicas”, “tabaco”, “armas” e “seres humanos” (9/43), “corridas de carros ilegais” e “condução sem habilitações legais” (5/43), “lutas de cães” (3/43), “prostituição” (3/43) e “contrafação de música e roupas” (2/43).

Caracterização dos membros dos gangues juvenis: incertezas e convicções

De acordo com os profissionais, os membros dos gangues juvenis em Portugal são crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 6 e os 25 anos de idade, maioritariamente rapazes. Os profissionais consideram, contudo, que serão poucos os gangues exclusivamente juvenis, pois tendem a incluir igualmente membros adultos ou jovens adultos (12/43), que exercem o papel de líder (4/43). A respeito da idade dos membros dos gangues juvenis, os discursos dos profissionais são reveladores de incertezas e de desconhecimento acerca do fenómeno em Portugal. As questões étnicas e raciais emergem na maior parte das entrevistas (29/43), mas não é mencionado nenhum grupo étnico específico. A referência à existência de gangues de diferentes etnias (13/43) é explicada pela proximidade geográfica dos seus membros (sobretudo em bairros da periferia das grandes áreas metropolitanas) e não pela etnia em si mesma. As características que mais consensualmente são atribuídas aos membros dos gangues juvenis são sobretudo externas, dizendo respeito à sua condição social e familiar. Efetivamente, os membros dos gangues juvenis em Portugal são caracterizados pelos profissionais como pertencentes a famílias “disfuncionais” (29/43) e a “classes sociais desfavorecidas” (25/43), como “excluídos” e “alienados” da sociedade e das instituições comunitárias (29/43) e como tendo “estilos de vida particulares” (10/43), por exemplo associados à música “rap” e “hip-hop”.

Especificidades de género nos gangues juvenis em Portugal

Como primeira nota sobre as perspetivas de profissionais acerca das especificidades de género nos gangues juvenis em Portugal, podemos dizer que é bastante expressiva a referência a este fenómeno como sendo “masculino”. De facto, 44% (19/43) dos profissionais entrevistados retratam os gangues juvenis como um fenómeno de “rapazes”. As raparigas são representadas como tendo outro tipo de comportamentos desviantes, nomeadamente as “fugas de casa” ou a “gravidez precoce”. Nessa perspetiva, a pertença a gangues será um fenómeno essencialmente masculino (“Rapazes. Rapazes. As raparigas têm outro tipo de comportamentos desviantes [...] relativamente a estes de pertencer a um gangue, rapazes. Os rapazes.” [Entrevista 05, Mulher, Sistema de Proteção, 42 anos]). A ideia aqui veiculada de que existe uma delinquência de rapazes e uma de raparigas surge no discurso de outros profissionais.

“... Eu acho que as raparigas têm outro tipo de forma de... mesmo a delinquência feminina é um bocadinho diferente da delinquência masculina, não é? Acho que elas são um bocadinho mais subtis, não sei... Eu acho que a delinquência nas raparigas desta idade é mais uma questão de roubar nas lojas, pelo menos aqui, aquilo que nós vemos é roubar uns perfumes, roubar umas... na escola, roubarem as outras miúdas...” (Entrevista 06, Mulher, Instituições da Comunidade, 41 anos)

Percebe-se, nestas referências, a mesma tendência das abordagens clássicas sobre o crime, de associar as mulheres a “desvios tipicamente femininos”, relacionados com os estereótipos de género, ou de, globalmente, pensar que há crimes “tipicamente” associados aos géneros masculino e feminino (Matos, 2008).

De qualquer modo, é igualmente expressiva (18/43; 42%) a indicação de que, independentemente de se tratar de um fenómeno mais associado aos rapazes, se assiste também à participação de elementos femininos nos gangues juvenis.

“Apesar de que eu também acho que o sexo masculino tem uma maior prevalência, mas existem mulheres” (Entrevista 12, Mulher, Instituições da Comunidade, 28 anos)

“... não é por uma questão de género, se há gangues há com certeza raparigas e rapazes.” (Entrevista 08, Mulher, Instituições da Comunidade, 41 anos)

“... acho que é provável que haja grupos mistos de facto.” (Entrevista 20, Mulher, Universidades, 47 anos)

Alguns profissionais (8/43) admitem mesmo a existência de gangues exclusivamente femininas (“... existem também grupos de raparigas. (...) em pequenas proporções, mas existem grupos só femininos.” [Entrevista 27, Homem, Sistema de Justiça, 34 anos]).

Tentando quantificar a *proporção de raparigas nos gangues juvenis*, 19/43 profissionais (44,2%) referem que a sua presença é “mínima”, considerando que constituem apenas “uma minoria” ou mesmo uma “exceção” num “espaço que continua a ser ocupado maioritariamente por homens”. Em contraste, apenas um profissional refere haver “muitas raparigas nos gangues juvenis” e outro aponta para “40 a 50%” de participação feminina. A representação da participação das raparigas nos gangues como um *fenómeno em progressão* surge nos discursos de 8 dos 43 profissionais entrevistados. São três as principais ideias veiculadas: a de que há cada vez mais raparigas a participar nos gangues (4/43); a de que as raparigas estão a tornar-se mais violentas (4/43); e a de que estão a ter um papel mais ativo e importante no gangue (4/43).

Motivação das raparigas para a afiliação a gangues juvenis

Relativamente à *motivação* das raparigas para a integração em gangues juvenis, o argumento mais referido é a procura de poder, estatuto e reconhecimento (15/43; 34,9%). Veiculam-se aqui duas ideias fundamentais e interligadas. Por um lado, o sentirem que através dos gangues têm poder, por se tratar de um contexto através do qual podem exercer “autoridade”, onde conquistam “poder” e “autonomia”, sobretudo porque “sozinhas não teriam o poder (físico e psicológico) que têm estando integradas no grupo” (5/43). Por outro lado, está também em causa a procura de “projeção, fama e respeito”, a possibilidade de se sentirem “heroínas” e de serem “reconhecidas e aceites”. As raparigas “são portanto aceites pelo grupo e isso valoriza-as de uma forma extraordinária; elas sentem-se altamente valorizadas”, com “estatuto”. Esta procura pode estar associada à falta de “autoestima” (10/43). A segunda motivação mais referida é a relação com um membro de um gangue (9/43): “a rapariga (...), quando se junta ao gangue, normalmente é namorada do elemento que lá está, (...) que se junta” (Entrevista 18, Homem, Sistema de Justiça, 38 anos). Menos referidas, mas igualmente importantes, são a “procura de proteção” (2/43), a busca de “álcool” e “drogas” (3/43) e o “prazer” ou “adrenalina” (3/43).

Distinguem-se motivações que não diferenciam o género dos membros dos gangues, como a procura de poder e estatuto, a proteção e o prazer ou adrenalina, de motivações que parecem ser exclusivas dos elementos femininos dos gangues, como ter uma relação de namoro com um membro de gangue.

As primeiras foram não apenas referidas pelos profissionais relativamente a todos os jovens que se afiliam a gangues, como também documentadas na literatura sobre o fenómeno (e.g., Howell, 2010).

Entrada e papel dos elementos femininos nos gangues juvenis

Quando se referem especificamente ao *processo de entrada* de elementos femininos em gangues juvenis, os profissionais voltam a referir as relações com membros de gangues (9/43) e referem também que a entrada se dá com uma certa naturalidade, por estas raparigas viverem nos mesmos contextos onde os gangues emergem e estão localizados (3/43). É interessante notarmos que os profissionais diferenciam o processo no gangue em função do género, referindo que, depois da entrada, as raparigas “gostam” e “integram-se”, aproximando-se depois do comportamento dos rapazes no gangue (“E pronto, e vão na onda e... e gostam, e continuam” [Entrevista 01, Homem, Sistema de Justiça, 34 anos]; “[...] e então começam-se a introduzir lá no meio, (...) e quando dão por isso estão iguaizinhas a eles...” [Entrevista 03, Homem, Sistema de Justiça, 41 anos]).

Relativamente ao *papel* das raparigas nos gangues, encontramos discursos mais coerentes com o que podemos designar de visão mais “tradicional” das questões de género associadas à delinquência feminina e discursos que se afastam desta visão³.

Em consonância com os papéis de género convencionais, alguns profissionais (16/43) referem que as raparigas possuem um papel diferente dos rapazes nos gangues, não assumindo a liderança mas sim papéis mais secundários.

“Serão vistas mais com um papel mais secundário, não Líder. Não estou a imaginar dentro de um grupo que seja constituído por rapazes e raparigas, não estou a imaginar uma rapariga como líder. (...) acho que aí os rapazes irão sobressair mais e irão manter um bocado essa (...) postura. Se calhar não deixar muito (...) esse poder, entre aspas, de ser líder, sair das mãos deles.” (Entrevista 02, Mulher, Sistema de Proteção, 35 anos)

“Eu sinceramente acho que o papel delas é um bocadinho limitado, porque elas acabam por ser as mulheres, as namoradas...” (Entrevista 12, Mulher, Instituições da Comunidade, 28 anos)

³ Consultar MATOS, Raquel (2008) acerca dos “discursos tradicionais” sobre a mulher que comete crimes.

É também veiculada a ideia de que, de alguma forma, muitas destas raparigas são “instrumentalizadas” ou “utilizadas estrategicamente pelos rapazes” para diversos fins, como por exemplo “despistar a polícia” (14/43).

“Dá-me impressão que foram introduzidas propositadamente para não chamarem a atenção, porque, se se vir um veículo à noite, às tantas horas, com quatro indivíduos lá dentro (...) torna-se um bocado suspeito. Se esse veículo andar devagarito, ou tiver parado, torna-se um bocado suspeito... Se se vir dois casais dentro do veículo, já não se torna tão suspeito (...). Ultimamente são utilizadas muitas mulheres” (Entrevista 03, Homem, Sistema de Justiça, 41 anos)

“Se calhar haver uma rapariga ajuda a disfarçar, entre aspas, digamos, não sei. Há um bocado esta ideia de que se desconfia menos das raparigas. Portanto pode haver estratégias para os quais até dê jeito haver raparigas no grupo, não é?” (Entrevista 20, Mulher, Universidades, 47 anos)

Estas perspetivas dos profissionais, por um lado sobre o papel passivo e periférico das raparigas nos gangues e, por outro lado, sobre a sua instrumentalização nestes grupos, são coerentes com a conceptualização da “rapariga-objeto”, anteriormente referida (Luchinni, 1997, cit. in Duarte, 2011). As perspetivas de outros profissionais, porém, denunciam uma visão menos consonante com os papéis de género convencionais e com os discursos mais tradicionais sobre a participação das raparigas em atividades delinquentes (16/43), aproximando-se do discurso da “rapariga-sujeito” (*ibidem*). Em particular, referem que o papel das raparigas nos gangues pode efetivamente ser igual ou mais importante do que o dos rapazes (“Dentro dos gangues também estão a conseguir o direito de igualdade (...). O papel delas dentro de um gangue é exatamente o mesmo que o papel deles...” [Entrevista 03, Homem, Sistema de Justiça, 41 anos]).

Há uma questão que vai também surgindo e que tem a ver com a diferenciação entre participação de raparigas em gangues mistos ou a criação de gangues exclusivamente femininos. Os profissionais que sugerem que o papel feminino é secundário fazem questão de explicar que tal acontece nos gangues mistos, pois em gangues femininos há “grandes líderes”.

Esta maior ou menor consonância com os papéis de género convencionais na leitura da participação das raparigas nos gangues juvenis remete-nos para a discussão clássica sobre a maior ou menor agência das mulheres quando delinquem. Se abordagens à transgressão feminina revelam agência, racionalidade e autodeterminação (e.g., Matos, 2008) ou até excitação e “adrenalina” (e.g., Batchelor, 2009) por parte das mulheres que cometem crimes,

prevalecem ainda as narrativas que situam a delinquência feminina num quadro de vitimação, irracionalidade e heterodeterminação da mulher que transgride as normas. Existem, no entanto, propostas que procuram conciliar as duas perspetivas, sugerindo que o envolvimento das mulheres na delinquência pode constituir em si mesmo uma estratégia para lidar com a violência de que são vítimas. Por exemplo, Miller (2001) faz essa proposta reportando-se especificamente à participação de raparigas em gangues. Outras abordagens salientam a possibilidade de conciliação de comportamentos e atitudes das raparigas imbuídos de significações masculinas, sem que estas abduquem de uma identidade feminina (Duarte, 2011).

Estereótipos de género na caracterização das raparigas que participam em gangues juvenis

Ao caracterizarem as raparigas que se afiliam a gangues juvenis, vários profissionais (14/43) mencionam atributos que, em sua opinião, são “tipicamente femininos”. Por um lado, surge a ideia de que há características que diferenciam as raparigas dos rapazes (e.g., são mais “calculistas”, “estrategas”, “subtis”; são “sedutoras”). Por outro lado, os profissionais referem que as raparigas procuram retirar benefício da sua “condição feminina” (“São muito donas do seu nariz, sabem usar os seus atributos de rapariga para dominar... (...) e fazem-no com, como é que se diz?, com punho de aço, não é? [Entrevista 04, Mulher, Sistema de Justiça, 35 anos]). Esta caracterização das raparigas que se envolvem em gangues juvenis remete-nos para os primeiros contributos sobre a delinquência feminina na história da criminologia, como por exemplo a perspetiva de Pollak (1950), que associa a mulher a “métodos criminais mais subtis” (de que destacava o envenenamento). Tal como refere, “[...] as mulheres homicidas recorrem ao veneno num grau muito superior ao homem” (Pollak, 1950: 3), não apenas pela sua menor capacidade física mas também por outras características que na sua opinião lhes são intrínsecas, por exemplo serem “manipuladoras” e “maquiavélicas”.

Alguns profissionais, no entanto, mencionam que as características das raparigas são as mesmas dos rapazes (9/43), como pertencerem a “famílias problemáticas e disfuncionais” (3/43), apresentarem “vulnerabilidades sociais e económicas” (2/43), serem pessoas “revoltadas” e “inconformadas” com a sociedade (2/43) ou evidenciarem “conflitos com a instituição Escola” (1/43). E há ainda profissionais que argumentam que as raparigas que participam em gangues se afastam do “padrão feminino”, sendo mais masculinas do que seria esperado (7/43) (“Depende das raparigas que estamos a falar porque há raparigas mais masculinas, não é? [...] Há raparigas

que se apresentam como autênticos rapazes e aí se calhar a diferença não é tão grande” [Entrevista 9, Mulher, Instituições da Comunidade, 32 anos]). Finalmente, surge a ideia de que as raparigas que participam em gangues são “piores do que os rapazes”, são “mais corajosas”, “têm menos medo”, são “mais desafiadoras. Este argumento é particularmente notório quando os profissionais referem como estas raparigas são “violentas” (7/43):

“[...] dos casos que eu tenho apanhado acabam por agir de uma forma muito mais primária, batem mais, e batem-se mais umas às outras e têm uma noção muito clara do roubo e do furto como um instrumental; ou seja, conseguem roubar duma maneira muito mais chocante do que muitos rapazes.” (Entrevista 26, Mulher, Sistema de Justiça, 40 anos)

“Portanto, é assim: acho que ainda não temos tanta violência porque temos poucas raparigas, quando começarmos a ter mais a coisa acho que vai ter outro tipo de proporção [...]. Eu acho que as raparigas são muito mais capazes e potenciam muito mais a agressão física [...]” (Entrevista 04, Mulher, Sistema de Justiça, 35 anos)

Uma vez mais enformadas por estereótipos de género, as perspetivas dos profissionais podem ser lidas com base na tendência para a dicotomização da transgressão feminina nos discursos sociais de um modo geral (Matos, 2006). Especificamente no discurso legal, esta dicotomização é exemplificada por Beleza através da distinção entre a violação de uma mulher “de quem todos se servem” e de uma mulher “recatada e honesta” (Beleza 1990: 423). Também Carol Smart (1994) se refere à dualidade característica da representação da mulher que, quando transgride, passa rapidamente de boa a maquiavélica, ou de virtuosa a bruxa.

Considerações finais

As perspetivas dos profissionais revelam, antes de mais, incertezas e ambivalências, provavelmente ligadas ao desconhecimento sobre o fenómeno. Na verdade, não há definições formais de gangues juvenis em Portugal e, quando os dados sobre delinquência são recolhidos e sistematizados, as instituições oficiais não têm em consideração a pertença dos jovens a gangues. Consequentemente, não há estatísticas oficiais sobre o fenómeno disponíveis em Portugal. Por outro lado, apesar de alguma ambivalência nas perspetivas analisadas, parece haver um consenso considerável entre os profissionais que lidam com delinquência juvenil em Portugal sobre a existência de gangues juvenis no país, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

A análise das perspectivas específicas sobre gênero e gangues juvenis revela um olhar sobre a delinquência feminina em larga medida enformado por estereótipos de gênero. Desde logo pela ideia de que a “mulher feminina” não é violenta e, por isso, a delinquência feminina é perpetrada por mulheres que se afastam do ideal de feminilidade. Ao fazerem-no, são vistas como “piores do que os homens”, mais violentes, mais cruéis. Estamos aqui perante o argumento clássico de que a representação da mulher tende a ser dicotomizada, pelo que quando comete crimes passa rapidamente de “anjo a demônio” (Matos, 2006). De modo aparentemente paradoxal, os estereótipos de gênero são também notórios na ideia de que há crimes “tipicamente femininos”, como os “roubos em lojas”, tal como surgia em teorias criminológicas da primeira metade do século XX (e.g., Pollak, 1950), assim como no argumento de que há atividades delinquentes “tipicamente masculinas”, como por exemplo a delinquência em gangues. Estes estereótipos são igualmente visíveis no discurso sobre a tendência das raparigas de participarem nos gangues pelas suas relações de namoro e sobre a sua “instrumentalização” pelos rapazes no seio destes grupos, tal como acontecerá nas relações de gênero que se estabelecem em qualquer contexto.

Assim, constatamos que continuam presentes a estereotipia de gênero e a ambivalência que têm caracterizado os discursos sobre a delinquência feminina, e que terão também expressão no olhar específico sobre a participação das raparigas nos gangues: seja pelas características “tipicamente femininas”, que podem trazer mais-valias para os gangues, e pela “falta de feminilidade” das raparigas que se envolvem em gangues; seja pelas “características femininas” que as impedem de ter um papel de relevo no gangue ou, ao contrário, que as fazem ser líderes, organizadoras e estrategas ou então “piores do que eles” por terem “menos medo”, “incitarem mais à violência”, “serem mais frias”.

Destacamos ainda as referências a uma suposta crescente participação das raparigas em atos delinquentes e que poderá ser reflexo de um discurso mediático que, em relação quer à delinquência juvenil quer à delinquência feminina, tende a enfatizar um aumento constante (e acentuado), mesmo que os dados oficiais apontem no sentido contrário (Machado, 2004).

Finalmente, um apontamento para uma questão que nos parece importante, a da intervenção junto de raparigas, sobretudo porque as perspectivas analisadas são de profissionais que lidam com jovens sinalizados por cometerem atos delinquentes. Estes profissionais têm, em diferentes níveis, responsabilidade na intervenção junto destes jovens para não reincidirem. No discurso de quatro profissionais (9%) surge a ideia de que as raparigas com comportamentos delinquentes manifestam mais resistência a qualquer tipo de

intervenção do que os rapazes (4/43). Esta dificuldade acrescida em trabalhar com as raparigas é referida por dois profissionais do Sistema de Proteção (“São muito mais difíceis de tratar, de promover algum tipo de mudança” [Entrevista 11, Mulher, Sistema de Proteção, 42 anos]; “As instituições que têm raparigas têm mais dificuldades em lidar com elas do que instituições que têm rapazes... é mais difícil intervir junto de raparigas” [Entrevista 35, Mulher, Sistema de Proteção, 44 anos]) e por dois profissionais do Sistema de Justiça (“As raparigas são muito difíceis de trabalhar no âmbito da reinserção” [Entrevista 26, Mulher, Sistema de Justiça, 40 anos]; “Tivemos uma ou outra situação, já mais recentemente, de um grupo de raparigas que aliás até foi anunciado, noticiado na comunicação social, que se dedicava a praticar furtos em residências. (...) Muito difíceis. Raparigas muito difíceis, (...) que foram várias delas colocadas em centros educativos e que deram grandes problemas nos centros educativos. Muito renitentes à intervenção, com muita dificuldade em aderir a fosse o que fosse (...)” [Entrevista 39, Homem, Sistema de Justiça, 50 anos]).

Parece-nos que a visão estereotipada sobre as raparigas com comportamentos delinquentes, e especificamente envolvidas em gangues juvenis, nomeadamente o facto de serem vistas como “calculistas”, “estrategas” e “subtis”, e “piores do que os rapazes”, pode contribuir para esta representação dos elementos femininos como mais difíceis de trabalhar no sentido da reinserção. Consideramos, por isso, importante aprofundar as perspetivas de profissionais a este respeito, seja nas instituições da comunidade, no sistema de proteção e no sistema de justiça juvenil, seja no sistema penal.

Referências

- ALBARRAN, Nadine M., Sarah Berg, Larry Convington, Stephen Koffman, Alice Ray e Max Vasquez, 2009, “Impact of a comprehensive whole child intervention and prevention program among youths at risk of gang involvement and other forms of delinquency”, *Children and School*, 31(4): 239-245.
- ARCHER, Lianne, e Andrew M. Grascia, 2005, “Girls, gangs and crime: profile of the young female offender”, *The National Conference of the Hamilton Fish Institute on School and Community Violence*, 1-8.
- BATCHELOR, Susan, 2009, “Girls, gangs and violence: Assessing the evidence”, *The Journal of Community and Criminal Justice*, 56 (4): 399-414.
- BELEZA, Maria Teresa, 1990, *Mulheres, direito, crime ou a perplexidade de Cassandra*. Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa.
- BLOOM, Jennifer Jackson, Stephen E. Lankeman, Alisha Loken, Bill Sanders, e Janet U. Schneiderman, 2009, “Gang youth as a vulnerable population for nursing intervention”, *Public Health Nursing*, 26(4): 346-352.
- CAHILL, Megan, e David Hayeslip, 2010, “Finding from the evaluation of OJJDPs gang reduction program”, *Juvenile Justice Bulletin*, 2-19.

- CARVALHO, Maria João Leote, 2001, “Imagens da delinquência juvenil na imprensa”, *Revista do Instituto de Reinserção Social*, 3: 65-130.
- CARVALHO, Maria João Leote, 2010, *Do outro lado da cidade. Crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- CARVALHO, Maria João Leote, Levina Ferreira e Juliana Serrão, 2009, “Delinquência(s) e justiça: crianças e jovens em notícia”, in PONTE, Cristina (org.), *Crianças e Jovens em notícia*. Lisboa, Livros Horizonte, 82-102.
- CLOWARD, Richard, e Lloyd Ohlin, 1960, *Delinquency and Opportunity*. Nova Iorque, Free Press.
- Código Penal e Legislação Complementar – Edição especial*, 2011, capítulo V, secção II artigo 299.º. Lisboa, AAFDL, 176-177.
- DE LORD, Brian, Saf Ghapson, Laida Quijano, e Martyn Weeds, 2010, “Juvenile gang in UK and European Union”, *European Dimension: Freedom, security and justice*.
- DECKER, Scott H., e G. David Curry, 2000, “Responding to gangs comparing gang member, police, and task force perspectives”, *Journal of Criminal Justice*, 28: 129-137.
- DUARTE, Vera, 2011, *Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*, Tese de Doutoramento. Braga, Universidade do Minho.
- DUPÉRE, Véronique, Éric Lacourse, J. Douglas Willms, Frank Vitaro, e Richard E. Tremblay, 2007, “Affiliation to youth gang during adolescence: the interaction between childhood psychopathic tendencies and neighborhood disadvantage”, *Journal of Abnormal Child Psychology*, 35: 1035-1045.
- ESBENSEN, Finn-Aage, Dana Peterson, Terrance J. Taylor, e Adrienne Freng, 2009, “Similarities and differences in risk factors for violent offending and gang membership”, *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 42 (3): 310-335.
- ESBENSEN, Finn-Aage, e Elizabeth Piper Deschenes, 1998, “A multisite examination of youth gang membership: Does gender matter?”, *Criminology*, 36, 799-827.
- ESBENSEN, Finn-Aage, e David Huizinga, 1993, “Gangs, drugs, and delinquency in a survey of urban youth”, *Criminology*, 31: 565-589.
- GATTI, Uberto, Richard E. Tremblay, Frank Vitaro, e Pierre McDuff, 2005, “Youth gang, delinquency and drug use: a test of the selection, facilitation, and enhancement hypotheses”, *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46 (11): 1178-1190.
- HAGAN, Franck, 2011, *Introduction to Criminology*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- HASKINS, James, 1974, *Street Gangs: Yesterday and today*. Wayne, PA: Hastings Books.
- HOWELL, James C., 2010, “Gang prevention: an overview of research and programs”, *Juvenile Justice Bulletin*.
- LAIDLER, Karen, e Geoffrey Hunt, 2001, “Accomplishing femininity among the girls in the gang”, *British Journal of Criminology*, 41: 656-678.
- LAVADO, Ana Maria, 2010, “As relações de vinculação e a afiliação aos gangs”, *Ousar Integrar – Revista de reinserção social e prova*, 6: 97-101.
- Lei Tutelar Educativa*, Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, capítulo I, artigo 1.º.
- Lei Tutelar Educativa*, Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, capítulo I, artigo 2.º.
- MACHADO, Carla, 2004, *Crime e insegurança: Discursos do medo, imagens do “outro”*, Lisboa, Editorial Notícias.

- MANSON, Ron, e Rob White, 2006, “Youth gangs and youth violence: charting the key dimensions”, *The Austrian and New Zealand Journal of Criminology*, 39 (1): 54-70.
- MATOS, Raquel, 2006, *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*, Tese de Doutoramento. Braga, Universidade do Minho.
- MATOS, Raquel, 2008, *Vidas raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra, Almedina.
- MATOS, Raquel, e Carla Machado, 2012, “Criminalidade feminina e construção do género. Emergência e consolidação das perspectivas feministas na Criminologia”, *Análise Psicológica*, 30 (1-2): 33-47.
- MILLER, Walter B., 1958, “Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency”, *Journal of Social Issues*, 14: 5-19.
- MILLER, Jody, 1998, “Gender and victimization risk among young women in youth gangs”, *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 35: 429-453.
- MILLER, Jody, 2001, *One of the Guys. Girls, gangs and gender*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- MELDE, Chris, e Finn-Aage Esbensen, 2011, “Gang membership as a turning point in the life course”, *Criminology*, 49 (2): 513-552.
- MOORE, Joan, e John Hagedorn, 2001, “Female gangs: a focus on research”, *Juvenile Justice Bulletin*, 1-12.
- NAKHID, Camille, 2009, “The meaning of family and home for young Pacifica people involved in gang in the suburbs of South Auckland”, *Social Policy Journal of New Zealand*.
- PARRY, Brian, 2010, “Correction must lead the fight against youth gangs”, *National Gang Intelligence Center*.
- POLLAK, Otto, 1950, *The Criminality of Women*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press.
- PONTE, Cristina, 2006, *Crianças em risco. O espaço latino-americano na imprensa portuguesa*, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- RAPOSO, Octávio, 2010, “Tu és rapper, representa Arrentela, és Red Eyes Gang. Sociabilidades e estilos de vida de jovens do subúrbio de Lisboa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 64: 127-147.
- Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes*, DL n.º 401/82, de 23 de setembro.
- Relatório Interno de Segurança Interna*, 2010, “Criminalidade grupal e delinquência juvenil”, Sistema de Segurança Interna – Gabinete do Secretário-Geral: 119-120.
- RODRIGUES, Anabela, e Ricardo Rodrigues, 2009, “Gangs juvenis: realidade ou ficção? Um olhar sobre a delinquência juvenil no concelho de Sintra”, *Ousar Integrar – Revista de reinserção social e prova*, 4: 89-95.
- SALAGAEV, Alexander L., e Alexander Shashkin, 2005, “Youth gangs: experience from a pilot survey”, *Russian Education and Society*, 47 (12): 61-75.
- SMART, Carol, 1994, “La mujer del discurso jurídico”, in LARRAURI, Elena (Ed.), *Mujeres, derecho penal y criminología*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 167-189.
- STRAUSS, Anselm, e Juliet Corbin, 1994, “Grounded theory methodology: an overview”, in DENZIN Norman, e Yovanna Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage Publications, 273-285.

8. Masculinidade, violência e espaço público: notas etnográficas sobre o Bairro Brasil da Praia (Cabo Verde)*

Lorenzo I. Bordonaro**

27 de Abril de 2011 – Reportagem TCV (Televisão de Cabo Verde) no Jornal da Noite

Speaker: Muito boa noite. Uma criança foi assassinada nesta manhã de quarta-feira na cidade da Praia. Adilson tinha dois anos de idade e foi mais uma vítima da guerra de grupos de *thugs* que continua a atormentar a capital cabo-verdiana.

27 de Abril de 2011 – Meu caderno de campo

Madrugada. Acorda-me o ruído profundo e sinistro de um tiro de *boka bedju*¹. Depois, logo a seguir, outros disparos. Devem ser 7h35. Cinco, seis tiros. No escuro do meu quarto ouço gritos, vozes, ruído de vidros partidos. Cautelosamente, chego ao meu terraço. Outros disparos. Fico atrás do muro do terraço, tentando olhar. Um rapaz de tronco nu corre em direção às casas do bairro, onde não consigo ver. Depois volta para trás, fugindo pela rua, um grupo de mulheres atrás dele.

Uma casa baixa, de pedra, pintada de branco, a porta aberta para o interior escuro, como uma boca. Repórter: “Mais uma manhã trágica na cidade da Praia, mais uma vez no bairro do Brasil, na Achada Santo António. É a terceira morte no espaço de seis meses, todos vítimas dos chamados grupos de *thugs*, num bairro onde toda a gente se conhece pelo nome.” Dois polícias passam a frente de um grupo de pessoas a falar animadamente. A câmara enquadra uma mancha de sangue vermelho brilhante no chão.

* Apesar de a minha pesquisa decorrer em Cabo Verde desde 2007, este artigo baseia-se numa etnografia específica sobre o bairro Brasil da cidade da Praia que realizei em 2012. Este texto enquadra-se nas atividades financiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal), no âmbito da bolsa de pós-doutoramento SFRH/BPD/27069/2006.

Original publicado em: 2012. “Masculinidade, violência e espaço público: Notas etnográficas sobre o bairro Brasil da Praia (Cabo Verde)”. *Tomo 21* (EdUFS, São Cristóvão (SE)): 101-136.

** ISCTE/IUL – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹ *Boka bedju* é um tipo de pistola artesanal.



Figura 1. A varanda da minha casa no bairro Brasil e rua do confronto.

O rapaz de tronco nu entra em sua casa, no fundo da rua, e refugia-se no terraço em cima do prédio. Daí, com a ajuda de outras pessoas e familiares, começa a bombardear a rua em baixo com uma chuva de garrafas castanhas de cerveja. Passa de um prédio ao outro, de terraço em terraço. Uma senhora de idade, com um lenço azul na cabeça, faz cair as garrafas vazias do terraço da casa para um beco, em baixo. Tenta escondê-las, na iminência da chegada da polícia? Não entendo.

Neste artigo, baseado num trabalho etnográfico no bairro Brasil da cidade da Praia, Cabo Verde, viso explorar o fenômeno dos grupos juvenis dos chamados *thugs* numa zona muito específica da cidade. Estas gangues, ligadas fortemente às zonas do território e caracterizadas por marcas identitárias complexas e heterogêneas, têm vindo a redefinir a presença dos jovens no espaço público e mediático.

A câmara penetra dentro da casa escura e mostra outra vez a mancha de sangue no chão. “Adilson foi a mais recente vítima, que aos dois anos de idade foi atingido por uma bala perdida enquanto se encontrava dentro de casa a tomar o pequeno-almoço. Uma morte que revoltou os moradores que se dizem agastados por tanta impunidade.” À frente de um grupo de pessoas, um homem de camisola amarela e uma mulher despenteada choram, abraçados, e indicam a casa.

A polícia chega afinal. Dois carros do piquete. Mais um, logo depois. Com armas na mão, param em frente da minha casa. Outros vão logo onde vi

o rapaz se refugiar. Desço na rua, a tempo para ver que levam o indivíduo algemado para o carro da polícia. Depois os agentes começam a ir e vir, de um lado para o outro da rua. A polícia está a identificar os outros que participaram na troca de tiros. Apanham duas mulheres, depois um rapaz que ainda não conheço. Falam todos extremamente rápido e muitas coisas me escapam, entre os gritos e os insultos. Agora há muita gente na rua, a seguir e comentar os movimentos dos polícias.

Uma senhora é entrevistada (*em crioulo*): Estamos todos cansados, porque achamos que nós dentro da nossa zona, entre nós, devemos acabar com estas brincadeiras, porque mesmo quem não deveria acaba por sofrer, como este anjo de Cristo, dentro de casa, sentado, estava a comer... Acho que não deviam dar um tiro, que apanhou o menino dentro de casa.

Speaker: A revolta também para os defensores dos direitos humanos no país, a quem se pede que respondam a algumas questões.

Uma jovem mulher, furiosa, à beira das lágrimas, é entrevistada: A polícia está a violar os direitos humanos de quem? Será que aquela criança que morreu não tinha direito à vida, à integridade física, ao descanso, ao bom nome? Será que eu, que levanto da cama às seis da manhã, não tenho direito ao descanso? Senhores dos direitos humanos, porque que quando a polícia faz algo, vocês criticam? Fazem, bem feito, eu sou a favor da polícia. Às vezes polícia exagera. Mas, por amor de Deus, respondam, queria ouvir a resposta da sociedade cabo-verdiana, da população de Brasil, o que é que aconteceu aqui? (*Aponta a casa da criança morta.*)

(...)

Repórter: A população está revoltada com a situação. Quer ação para, uma vez por todas, pôr fim a tamanha violência. (...) Em casa de Adilson, o desespero e as lágrimas dos irmãos a tentar entender o sucedido. A vida de Adilson chega ao fim, vítima de mais uma briga de *thugs*, que fazem lei na cidade da Praia.

Vários autores, em particular Lima (2010, 2011a, 2012) e Cardoso (2012), já têm providenciado excelentes contribuições sobre este fenómeno no qual culturas juvenis, violência urbana e política se sobrepõem. Para estes autores reenvio quem queira aprofundar o fenómeno dos *thugs* em Cabo Verde na sua generalidade. O texto que aqui proponho não quer abranger este fenómeno em geral. Os resultados desta pesquisa não deverão portanto ser necessariamente generalizados, e as minhas conclusões estão estreitamente ligadas às especificidades deste antigo bairro da capital cabo-verdiana. Contrariamente ao que comumente é afirmado em relação ao fenómeno dos *thugs* nos fóruns públicos, na imprensa e nas proclamações das chefias

das forças políticas e policiais, vou sustentar neste texto que os *thugs*, não representam uma anomalia social. No bairro Brasil, eles estão, pelo contrário, fortemente radicados na cultura local e representam uma expressão paradoxal de elementos que caracterizam a construção local da masculinidade na sua forma hegemônica. Em outras palavras, cheguei à conclusão que os *thugs* não são uma descontinuidade histórica ou social, um desvio cultural, uma anomalia no ‘funcionamento da sociedade cabo-verdiana’, mas uma expressão paroxística de elementos próprios da cultura do país, da dinâmica identitária própria dos bairros, das ideias de masculinidade. Na mesma medida, são também, historicamente, uma reação, segundo lógicas sociais e culturais locais e através da apropriação de traços das culturas juvenis globais, às violentas transformações econômicas que têm marcado a sociedade cabo-verdiana na época pós-abertura (1990). É comum considerar a violência, e a violência urbana e o crime em particular, como consequência da anomia, da desintegração da ordem social, como atos caóticos e associais. Acredito ao contrário, como salientaram Robben e Nordstrom (1995: 2), que a violência é uma dimensão na existência das pessoas, não algo externo à sociedade e à cultura que ‘acontece’ às pessoas.

O bairro Brasil e a cidade da Praia

Na cidade da Praia, o bairro Brasil é tradicionalmente considerado um bairro ‘problemático’: pobreza, drogas, álcool, prostituição marcam os discursos públicos e midiáticos sobre esta zona da cidade. A cidade capital da república de Cabo Verde, que conta hoje uma população de cerca de 140 000 habitantes, tem sido descrita por Lima (2011b) como uma cidade partida, onde o fosso social se inscreve na morfologia urbana e na distribuição da população no território. De forma comparável a outros contextos urbanos (Simone, 2004; Davis, 2006), o desenvolvimento urbanístico da cidade da Praia reflete de fato a crescente polarização da população cabo-verdiana. Os agregados familiares de classe média e alta ocupam as zonas históricas requalificadas (que limitam-se essencialmente ao Platô, o antigo bairro da administração colonial) e as áreas residenciais construídas recentemente de acordo com a planificação urbanística. Entretanto, bairros espontâneos alastraram nos terrenos menos rentáveis. Foi precisamente nestas áreas e em outros bairros históricos da cidade (Achada Grande Frente, Achadinha, Brasil) que a maioria das questões sociais, muitas associadas à população juvenil, se tornou particularmente visível na última década. Ambigualmente identificados como ‘em risco’ ou como ‘um risco’, os jovens nestas zonas urbanas são cada vez mais o alvo das agências sociais do governo, bem

como – e de forma cada vez mais repressiva e violenta – das forças policiais e repressivas do Estado.

Apesar de ser um bairro antigo da capital, o bairro Brasil tem sido alvo de um discurso estigmatizante e apontado como receptáculo de problemas sociais: nos meses da minha pesquisa etnográfica, no primeiro semestre de 2011, tinha até sido identificado pelos média como o bairro mais perigoso da cidade da Praia. No bairro, desde 2009, o fenômeno dos *thugs* tem sido particularmente importante, caracterizando de forma marcante as dinâmicas internas do mesmo, bem como o discurso público sobre esta zona da cidade. Sem querer, como já disse, abranger o fenômeno nas suas generalidades, os *thugs* são jovens associados a gangues que surgiram recente e rapidamente na Praia e no Mindelo (e mais recentemente em muitas outras zonas urbanas) e que estão a redefinir as modalidades da ‘criminalidade juvenil’. É suficiente aqui salientar que as gangues juvenis estão geralmente associadas a zonas específicas do território urbano, produzindo identidades e pertenças assentes no antagonismo violento com outros grupos similares baseados em outras zonas. A dimensão identitária e os elementos semânticos e estilísticos tornam-se centrais na produção destes grupos e secundarizam os elementos econômicos, nem sempre presentes.

Face a este fenômeno, o governo cabo-verdiano tem implementado um aparato repressivo particularmente duro. De fato, como já salientei (Bordonaro, 2010, 2012), a preocupação com a segurança urbana chegou a proporções obsessivas na última década em Cabo Verde. Desde os primeiros anos de 2000, a criminalidade tem sido um argumento-chave no debate público e político do país. Uma série ampla de fatores levou a um aumento significativo da pequena criminalidade nas áreas urbanas: os casos de assaltos, popularizados pelo nome de *kassubodi* (do inglês *cash or body*), que levaram à morte algumas das vítimas, desencadearam o pânico na população e suscitaram grandes contestações ao governo, de forma particular quando pistolas e armas artesanais começaram a ser utilizadas pelos assaltantes. Os *thugs* tornaram-se os *folk-devils* da sociedade local, contribuindo para a estigmatização e criminalização da juventude em geral e da cultura *hip-hop* surgida recentemente nos bairros das cidades. Numa altura de transformações rápidas e polarização de classe, a criminalidade juvenil tornou-se um tema simbólico em Cabo Verde, e os jovens delinquentes converteram-se nos bodes expiatórios de preocupações morais frequentemente não explicitadas e relacionadas com as transformações sociais e culturais.

O governo cabo-verdiano, respondendo às acusações de incompetência dos partidos de oposição e da imprensa, adotou uma política fortemente repressiva da criminalidade juvenil, literalmente assediando as áreas públicas e as

zonas periféricas e/ou de risco em ambas as cidades principais. Até a Polícia Militar foi chamada para intervir na cidade da Praia por duas vezes, enquanto duas novas equipas especiais foram criadas dentro da Polícia Nacional: a Brigada Anti-Crime (BAC) e a Brigada de Investigação Criminal (BIC).

A implementação destas medidas meramente repressivas da criminalidade juvenil tem levado a um aumento considerável da população prisional que, segundo minha investigação nos arquivos prisionais, quase duplicou nos últimos dez anos e chegou em 2009, de acordo com o relatório sobre os direitos humanos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, a 1300 indivíduos, cerca de 255 por 100 000, o maior valor entre os países da África Ocidental (Walmsley, 2008).

A imprensa nacional, a rádio e a televisão tiveram um papel importante na criação do pânico e do sentimento de insegurança nas áreas urbanas. Desde 2000 foram publicados numerosos artigos, com títulos apelativos e alarmantes, que indicavam o aumento do crime e da violência urbana, o envolvimento dos jovens dos bairros “problemáticos” e a incapacidade da polícia para lidar com esta nova ameaça. Várias áreas da Praia são consideradas *off limits*, perigosas, fora do controlo policial. Bancos, restaurantes, firmas, ministérios começaram a utilizar seguranças privados, e ao mesmo tempo muros, arame farpado, câmaras de segurança e condomínios fechados surgiram em algumas áreas das cidades².

Apesar da campanha pública negativa e do estigma, o bairro Brasil mantém para os seus moradores uma identidade essencialmente positiva. Se os operadores sociais apontam para o bairro como um exemplo de desestruturação familiar, vícios e degeneração moral, os moradores salientam os elementos positivos do mesmo. O bairro, conforme a minha pesquisa, não sofre de patologias sociais, como os agentes moralizadores do Estado apontam: diria mais que o bairro está organizado de forma diferente, essencialmente em resposta à necessidade econômica, ao declínio das oportunidades de trabalho e à insegurança social. O bairro Brasil é um contexto social regulado por relações sociais complexas, socialmente estratificado, funcional segundo uma lógica própria que não é a que os decisores políticos acham apropriada. O bairro tem uma função econômica que permite a sobrevivência mesmo em situações de pobreza e desemprego prolongado através de uma lógica redistributiva que funciona através da rede de relações de consanguinidade e afinidade. O bairro Brasil revela uma grande coesão social, uma identidade específica, um estilo de vida particular, em oposição a outras zonas da cidade.

² Para uma comparação interessante, veja-se Caldeira (2000) sobre São Paulo, no Brasil.

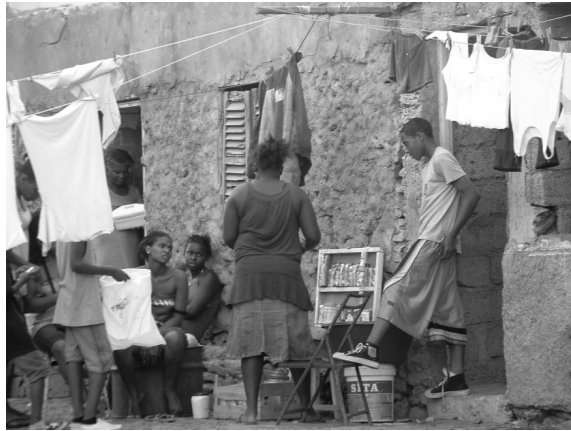


Figura 2. Vida no espaço público no bairro.

Se a maioria dos moradores do bairro Brasil salienta a sociabilidade do bairro como um elemento positivo, e descreve-o como um bairro onde “se vive bem”, também aponta a insegurança que deriva da atividade dos *thugs* nos últimos dois anos como o maior problema do bairro. Todavia, como demonstro a seguir, os elementos identitários do bairro e a coesão social do mesmo não são antagônicos à lógica de atuação dos *thugs*, que representa pelo contrário uma manifestação, todavia ambígua, da identidade territorial. A lógica de coesão interna do bairro e a violência dos *thugs* estão só aparentemente em contradição.

Os *thugs* e o bairro: relações ambíguas

Na rua a música que vem do bar da Natalina é forte. Airton³ abre a porta da sua casa, um pequeno quarto, cama, televisão, sofá. “Entra, podes entrar.” “Posso entrar com cigarro?”, pergunto. “Podes entrar, sim.” Entro, junto a Nelu. “É aqui que estou a morar, vês? A minha mãe foi para a Guiné-Conacri, minha mãe morava aqui, mas costumavam rebentar a porta⁴. Mas a minha mãe tem um problema de coração, ia morrer de coração... Bom, sentamo-nos aqui.” Indica um sofá e uma cadeira.

Airton (24 anos) e Nelu (25 anos) foram meus vizinhos de casa durante a minha residência no bairro Brasil. Airton trabalhava como carpinteiro,

³ Os nomes próprios das pessoas foram todos alterados, assim como outros elementos, para tornar a identificação (espero) impossível.

⁴ Rebentar as portas (*kebra porta*) é a forma típica de ataque que os grupos de *thugs* rivais levam a cabo quando entram no bairro inimigo, para tentar penetrar nas casas dos seus inimigos.

de forma precária; Nelu tinha emprego estável, depois de alguns anos passados como lavador de carros na rua. Airton pertencia ao grupo *thug* mais antigo da zona do Brasil, denominado Tabanca. B não fazia parte de nenhum grupo. Além do grupo Tabanca, tinha nascido na mesma área que um outro grupo, que reunia rapazes mais novos, denominado Caixa Baixa (CB). Um outro grupo mais informal, Caixa Baixa Júnior (CBJ), juntava os elementos mais novos ainda. Apesar de alguns pequenos conflitos entre os membros dos dois grupos principais, Tabanca e Caixa Baixa operavam no Brasil em acordo, num conflito particularmente áspero com os grupos *thugs* da zona de Achada Riba, a zona limítrofe a norte do bairro Brasil, sempre em Achada Santo António. O tiroteio que descrevi no início e que levou à morte de Adilson representou um episódio deste conflito.

Airton: Moro cá com o meu irmão, pagamos uma renda todos os meses de três mil escudos à proprietária da casa.

Lorenzo: Mas então a casa não é da tua mãe.

Airton: Não. O meu pai é que tem casa, na Castelon [outra zona da Praia], uma casa grande.

Nelu tira do bolso um pacotinho de coca. Airton passa-lhe um ferro de passar roupa. Nelu pega no ferro, vira-o ao contrário, abre o pacote e começa a fazer linhas de pó branco.

Lorenzo: Porque é que não foste morar com o teu pai, lá n Castelon?

Airton: Porque é na Castelon. Nós gostamos mais daqui, entendes? Este lugar aqui, entendes? Aqui é fixe, vês, aqui quem mora aqui não quer ir embora.

Qual é a relação dos *thugs* com o bairro, e sobretudo, com os restantes moradores? Considerando que se trata de um bairro onde poucos milhares de pessoas vivem, a pergunta surgiu logo no início. Depois de ouvir tantas acusações, insultos, queixas públicas contra os *thugs*, comecei a me perguntar como podiam eles continuar a viver num bairro onde todos se conhecem e têm algum vínculo mais ou menos próximo de parentesco. De fato, os *thugs* acabam por ser filhos, netos, primos, irmãos de outras pessoas que moram no bairro.

Airton pega num bocado de palhinha e cheira uma linha, depois passa o ferro e a palhinha para mim.

Airton: Aqui é *descontra*, as minhas festas, a minha música, vês?

Lorenzo: E vives cá com a tua mulher e o teu filho.

Airton: Ya, ya.

Lorenzo: E estão onde?

Airton: Bom, a minha mulher e o meu filho, estão na casa da sua mãe, aqui na zona mas numa outra casa. Aqui é *thugs*, vês, *thugs* costumam arrebentar a porta aqui; por isso ela não quer ficar aqui, entendes?

Nelu volta a fazer mais três linhas de cocaína no ferro.

Airton: Arreentam portas, aqui com a minha mulher e o meu filho, eles não devem pagar por isso. Aqui é *descontra*, vês – enquanto me passa outra vez o ferro com as linhas de pó. – Aqui nós pomos o nosso som, fazemos o nosso ‘sor-vete’, vendemos...

Lorenzo: Então a guerra dos *thugs* não acabou ainda. Me disseram que a gente daqui queria acabar com isso...

Airton: Sim, mas os do lado de lá não querem... Vês, os do lado de lá têm nos dado montes de tiros. Nós é que somos mais sofridos deles.

Lorenzo: Como assim?

Airton: Bom, o primeiro tiro foram eles que deram. Antes nós estávamos só naquelas nossas guerras com pedras e garrafas, nem pensávamos nas pistolas, entendes? No dia de Carnaval eles deram um tiro a Vani nas costas. Catorze dias no hospital.

Lorenzo: Aquele foi o primeiro tiro que foi dado?

Airton: Foi no Carnaval de 2009.

Nelu: Deram um tiro a minha prima também, Jessica, no pescoço. Ainda tem a bala aí. Ela tem filho. Estes foram os primeiros tiros que foram dados.

Lorenzo: Mas isso foram balas perdidas?

Airton: Não! Atiraram mesmo. Quiseram atirar. A minha prima estava vestida de homem. E a partir daí que a guerra tem começado mais forte. Pensámos arranjar pistolas também, para defender-nos.

Lorenzo: Mas aquela cena da guerra com garrafas e pedras, como é que surgiu então?

Airton: Antes, íamos para Achada Riba, bebíamos os nossos ponches, pegávamos as meninas de lá, eles ficaram com ciúmes, entendes, e começamos com aquela guerra de pedras e garrafas. Anos daqui, do lado de baixo [Brasil], muitos homens levaram tiros, quem no pé, quem no rabo. Assim, muitos. Nós somos mais sofridos que eles.

Lorenzo: Mas porque? Eles têm mais armas?

Airton: Não, é por causa da polícia. A polícia os protege. Nós, ora que fazemos algo, a polícia vem só aqui, só aqui. Para nos apanhar e bater-nos com bastão. Entendes. É por isso que ficamos com rancor. Nós temos muita ‘tropa’⁵ na cadeia. Nós éramos muitos, mas agora somos poucos. Muitos homens estão na cadeia, a maioria. A polícia vem só contra nós. Nós que somos mais sofridos. Os outros rapazes, lá de riba, fazem alguma coisa, e eles vêm só contra nós.

Lorenzo: Mas porque?

⁵ *Tropa*: elementos do grupo *thug*, segundo metáforas militares que são muito utilizadas nos grupos.

Airton: Eles é que sabem... o lado de baixo tem mais má fama, vês?

(...)

Lorenzo: Mas não tens medo da cadeia?

Airton: Não – responde –, não tenho medo da cadeia, sabes porque? Bom, tu também, se alguém pensa te dar um tiro, não queres levar, queres dar também, entendes? E por isso... azar tem, azar tem, podes dar um tiro, correr mal, e vais para a cadeia, entendes. Essa vida aqui é muito arriscada.

Lorenzo: Sim, mas se vais para cadeia, o teu filho, por exemplo...

Airton: Sim, eu penso nisso todos os dias, vês? Eu não sou *thug*, me dão fama de *thug*, mas eu fico sempre no meu lugar, não me meto com ninguém, vês? Aqueles de Achada Riba, vês, entram na zona, eu me defendo, entendes?

Nelu: Lorenzo, Lorenzo, uma vez era pior do que agora, antes que tu viesses para cá, os de Achada Riba vinham todos os dias, de dia, tipo as duas da tarde, vinham fazer abusos aqui no nosso bairro. Por isso que os *thugs* daqui não gostam deles. Eles vêm aqui dão tiros, apanham crianças. Depois esses rapazes daqui, esses *thugs* daqui, da Achada Santo António, ficaram a defender o nosso bairro daqui, da Achada Santo António. Para defender o nosso bairro. Até aquela casa lá no fundo, nos defendemos.

Lorenzo: Portanto a vossa zona é até a rua do bar da Julieta.

Nelu: Sim, mais de que lá não posso ir. As pessoas daqui não podem ir.

Airton: As mulheres daqui, também, não podem ir, eles batem nelas.

Nelu: Também pessoas mais idosas.

Airton: Nós não fazemos isso, entendes?

Nelu: Também uma senhora aqui que vai do outro lado vender peixe, eles dizem logo: ‘O que está fazendo aqui na nossa zona? Vai para Brasil.’

Airton: É daí que a guerra surgiu, vês? Eles querem abusar, nós nunca batemos numa mulher, vês?

Lorenzo: Mas os de Achada Riba podem vir cá no bairro?

Airton: Não, claro.

Nelu: Por respeito, também.

Airton: Quando eles vêm rebentam portas, janelas, vês? A minha mãe estava aqui, vês... Os *thugs* aqui da nossa zona não existiam. Eles começaram a vir, lá da zona de riba, a ‘dar no cu’ a todos aqui na zona, nós temos que manter o nosso respeito na zona, temos que defender a nossa zona, entendes?

Nelu: As pessoas daqui levavam porrada, eles faziam o que eles queriam, por isso que os rapazes daqui, os *thugs* daqui, disseram: “não podem pessoas de outro bairro vir aqui fazer o que eles querem no nosso bairro”, por isso que ficou assim, com rivalidade. Eu tenho família na outra zona...

Airton: É fodido... *Thugs* de Achada Riba vêm para fazer abusos na zona, nós não deixamos, entendes, nós defendemos. É por isso que esta guerra fica mais

dura, eles vieram matar aquele rapazinho, filho daquele holandês, Johannis, eles aproveitaram que a luz se foi, vinham para dar tiro em alguém de nós e apanharam o rapazinho.

11 Março de 2011 – reportagem TCV

Speaker: Um adolescente de 15 anos foi morto a tiros no bairro Brasil da Achada Santo António. Aos todos foram três baleados, mas os outros dois estão no hospital Agostinho Neto e já não correm perigo de vida.

Repórter (imagem de Johannis em traje branco da primeira comunhão): Johannis tinha 15 anos e é mais uma vítima da violência que reina na cidade da Praia. Morava no bairro de Brasil e foi morto a tiros ontem à noite quando se encontrava sentado nesta praceta ginásio ao ouvir música porque não havia luz elétrica no bairro. O pai do menino é holandês, e vive há 22 anos em Cabo Verde.

(...)

Os tiroteios e as agressões hoje fazem parte do dia a dia dos moradores do Brasil e de outros bairros da cidade da Praia.

No discurso dos *thugs*, a sua ação não é legitimada unicamente pelo antagonismo com o outro grupo. O conflito entre *thugs* é na prática um conflito entre zonas, que alastra e envolve outras pessoas fora dos componentes dos grupos. A lógica *thug* é uma lógica de proteção e respeito, como as palavras de Airton e Nelu exemplificam, e os *thugs* se assumem como os ‘defensores’ do bairro e dos seus moradores.

De uma forma complexa, os *thugs* agem, portanto, no respeito da lógica identitária do bairro, confirmam a sua coesão e legitimam a sua ação frente a si mesmos e à comunidade, com a necessidade de proteção da zona dos ataques dos rivais do bairro limítrofe. Mais do que isso, os *thugs* fazem para todos efeitos parte da comunidade do bairro, não só por terem nascido na zona, mas por fazerem parte dos vínculos e das redes familiares que constituem o quadro da zona e a sua real estrutura social. A maioria dos *thugs*, especialmente os mais novos do grupo Caixa Baixa, vive com as suas mães, sobrevivendo com pequenos trabalhos e, principalmente, através da rede de apoio familiar e de amizades.

De fato, esta rede social de vínculos interpessoais gera alguma ambiguidade em relação ao fenómeno dos *thugs*. Se analisarmos a relação entre os *thugs* e o bairro, deparamos com uma situação mais complexa do que podemos imaginar. A ideia da violência *thug* como algo externo, que vem de fora, que não tem relações com os bairros onde se manifesta, é algo que é preciso ultrapassar para entender este fenómeno.

Assim Dudu, um rapaz que não pertencia a nenhum grupo *thug*:

Dudu: Imagina, tu não és *thug*. Tu ficas no meio de uma guerra, uma bala te apanha. Vais te vingar. Já tu és *thug*. Se tu vais te vingar, então já és, és considerado como *thug*... Às vezes acabas *thug* sem querer. Às vezes, tu vais para Achada Riba, tu não és *thug*, mas sabem que tu és do Brasil, eles 'dão-te no cu'. Quando vais para lá, só para falar, eles 'dão-te no cu'. E assim que fazem, ninguém vai para lá.

Lorenzo: Mas a coisa também acontece ao contrário? Os de Riba não podem vir aqui?

Dudu: O pessoal de lá não vem para cá. Uma vez Achada estava bem, estava unida. Era uma. Agora ficaram vinte, quarenta... Achada já estraga.

Poucos dias depois da morte de Adilson e depois que Ivan, um rapaz do grupo Caixa Baixa, já tinha sido preso por ter sido reconhecido como o autor do disparo, estive a realizar entrevistas no Centro de Intervenção Comunitária do Bairro Brasil⁶. Durante o almoço nesse espaço, tive a oportunidade de conversar com uma rapariga de 10 anos, Rita:

Rita: São os de Riba que são atrevidos.

Lorenzo: Sim, mas Ivan também estava com a arma na mão!

Rita: Sim... (*pouco convencida*) Mas Ivan não devia ser ele só a ir para julgamento.

Lorenzo: Mas outros também irão... Valery, por exemplo, conheces Valery?

Rita: Sim, é meu primo. Ivan também é meu primo...

Lorenzo: E Valery é um bom alguém?

Rita: Sim! Ele é boa pessoa.

Lorenzo: Sim, eu gosto muito de Valery também.

Rita: É um bom alguém.

Lorenzo: Mas não disseste antes que os *thugs* são maus?

Rita: Sim.

Lorenzo: Então?

Rita: Mas Valery é um bom alguém.

Lorenzo: Mas Valery não é *thug*?

Rita: É *thug*, sim. Se vais visitá-los na cadeia, leva os meus cumprimentos para eles, fala-lhe para ficar direito.

O envolvimento de alguns rapazes no grupo dos *thugs* cria de fato um conflito no bairro entre duas lógicas diferentes. Por um lado, os *thugs* são

⁶ Fundado em 2007 a partir de uma parceria entre a Aldeia SOS Cabo Verde e a Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade.

estigmatizados. Sobretudo depois da morte de vários jovens, os moradores se queixam da insegurança no bairro. Todavia, numa situação onde as pessoas estão todas interligadas por vínculos de parentesco e amizade, os *thugs* acabam por ser netos, primos, filhos das pessoas do bairro. Ainda por cima, os *thugs* da zona operam – lutam – principalmente contra os *thugs* de uma outra zona (Achada Riba), uma zona ‘externa’ ao bairro, reforçando a identidade do mesmo e protegendo-o dos ataques dos elementos dos outros grupos *thugs*. Não é ilógico portanto dizer que os *thugs* ‘protegem’ o bairro. Os moradores do bairro se encontram portanto numa posição ambígua, que se manifesta na contradição entre a condenação pública e as queixas generalizadas, e a falta de colaboração com a polícia. Existe um conflito entre a lógica de pertença e identidade do bairro, que assenta em vínculos familiares e de amizade, e a lógica moral do Estado e da polícia. A nível abstrato os moradores optam pela moralidade do Estado (a violência é para combater e a polícia deve intervir); a nível prático e quotidiano optam pela lógica da família e do bairro. Não é raro portanto, como no caso da Rita, ouvir moradores a declarar que os *thugs* são a desgraça do Brasil e que a polícia deveria pô-los a todos nos trabalhos forçados, mas a defender ao mesmo tempo o primo ou o neto, apesar da sua manifesta adesão a um dos grupos *thugs*.

Os *thugs*, a masculinidade hegemônica e a violência

Se a condenação da violência *thug* é unânime entre as pessoas com quem falei, a relação com a violência em geral é bastante mais controversa. Mesmo as pessoas que mostravam uma posição abertamente crítica para com os *thugs*, como Carlos (30 anos), tinham de fato uma postura ambígua em relação à violência e ao conflito em si:

Carlos: Guerra, assim guerra. Imagina, eu e tu, nos brigamos com socos. Tu me ganhas, não tem problema. Mas ir buscar pistolas... não!... Balas!? Para matar alguém a tiro?

Lorenzo: Quando eras novo, vocês também tinham guerras?

Carlos: Sim, isto é normal. Agora, qualquer alguém, homens, não sei vocês do lado de lá, mas nós Africanos, aqui, um rapaz tem que brigar. Ah, sim, tens que brigar. Tens que mostrar que és galo! Até podes nunca ganhar, mas tu tens que brigar. Ficar assim, sem nunca brigares, ficas naquela ‘não, não’, bom, te batem todos os dias. Tens que brigar, tens que brigar. Aqui é a lei africana! Em tua casa, às vezes, podes até não fazer nada. Mas, aqui na rua, é outra coisa. A rua é uma outra coisa. A rua tem a sua lei, a sua própria lei. Tens que ser homem. Imagina, nós criámos juntos. Imagina, dentro daquele grupo temos que saber

quem é valente, quem que é covarde... deve-se saber. No teu grupo, no grupo da juventude, deves saber entre os teus colegas que aquele ali é valente, que ele briga, aquele outro não, não é homem de guerra, não é homem de problemas. Tens que brigar, credo! Eu uma vez ia para a escola, bateram em mim, fui contar para casa. A minha mãe me pôs na rua: 'Vá descontar.' Tens que brigar! Senão, não almoças!

Como já salientei, precisamos reinserir os *thugs* nas dinâmicas, locais e globais, da sociedade cabo-verdiana, rejeitando a visão comum que aponta a violência como um comportamento monstruoso, anormal, demoníaco, não humano, associial. A violência é uma dimensão da existência das pessoas, não algo externo à sociedade e à cultura que 'acontece'. Além disso, como sugere Glenn Bowman, a violência é uma força que se manifesta não só na destruição de limites, mas também na sua criação. A violência, além de ser uma *performance* durante a qual uma entidade viola a integridade de uma outra entidade, pode também servir para produzir identidades íntegras (2001: 27). A violência é "produtora de mundos" (*world-making*) (Bowman, 2001: 32). Os *thugs* são expressão de um modelo de masculinidade que privilegia o conflito, que se manifesta no bairro quotidianamente em formas mais ou menos explícitas e que tem a ver com noções centrais a nível identitário quais 'cobardia', 'afrota', 'respeito', 'valentia'⁷. Os *thugs* são uma *variação* sobre este tema cultural. Isso implica que o aspecto cultural, simbólico da violência no bairro, é tão relevante na nossa análise do fenómeno *thug* "quanto" as questões da pobreza ou desigualdade social, que vou abordar na próxima seção. A relação entre uns elementos e os outros, entre processos económicos e semânticos, tem de ser complexificada. Seguindo uma sugestão de Alba Zaluar (2002), podemos até dizer que o valor cultural, o lugar simbólico da violência no bairro e na construção da masculinidade é o elemento mais importante para entender o fenómeno *thug* da pobreza e da desigualdade social. Pobreza e desemprego não 'causam' a violência de uma forma simples e direta. Os *thugs* não são comuns delinquentes: por isso é importante discutir a relação entre violência juvenil e a construção da masculinidade nos contextos urbanos em Cabo Verde. O *thug* é a hiper-expressão de uma identidade masculina que assenta na noção de respeito, e que impõe a conquista e a manutenção do mesmo no espaço público através do confronto com outros homens. É este terreno de cultura que permite o surgimento e o florescer, em situações bem específicas, dos *thugs*.

⁷ É importante salientar que estou aqui a falar da 'masculinidade hegemônica': isto implica que obviamente existem outras formas de 'masculinidade' no contexto urbano em Cabo Verde. Vejam Carrigan, Connell e Lee (1985) e Connell (1995).

O comportamento agressivo é portanto central na construção da imagem pública dos rapazes, e torna-se fulcral na *performance* eficaz da masculinidade. Como algumas das entrevistas citadas apontam, o *ethos* dos *thugs* não está em contradição com esta moral do respeito e da honra. Pelo contrário, o fenômeno dos *thugs* é legitimado pelos seus membros pela sua função de proteção e defesa da zona dos outros grupos *thugs* adversários, pela defesa da honra e para ganhar respeito. De fato, os *thugs* do Brasil não têm uma motivação ‘material’ para entrar em conflito. Não desempenham um papel econômico, não gerem o tráfico de droga, não ‘ganham’ nada, em termos materiais. Apesar do *show off* de uma ideologia *power and money*, das camisetas de Tony Montana⁸, os *thugs* do Brasil acreditam desempenhar uma ação de proteção ao mesmo tempo do bairro e da sua honra, ganhando respeito. Nesse contexto, a teoria da subcultura da violência (Wolfgang e Ferracuti, 1967) parece ter algum cabimento:

The subculture of violence construct posits that it is the normative behavioural systems of groups that support, encourage, and condone violence. These norms help guide gang members in how and when they react to real or imagined slights and threats to themselves or fellow gang members, such as hostile stares (called “mad dogging” by street youths in Los Angeles), a chance encounter with known gang enemies (e.g., when cruising or walking in nongang territories), or pay-backs (i.e., retaliation by consciously seeking gang enemies to attack). Violence is expected or required under these and other conditions and situations; otherwise the gang member risks being disrespected (“dissed”) by other gang members. Failure to live up to these norms brings a loss of honor... (Vigil, 2003: 228-229)

Todavia, temos que salientar logo que, no caso do bairro Brasil, não se trata de uma ‘subcultura’ de forma nenhuma: não representa uma descontinuidade em relação à ideologia da masculinidade hegemônica no bairro, nem uma característica exclusiva das classes populares. Como na entrevista com Carlos, citada antes, as noções de respeito, da valentia, da necessidade do confronto, são incorporadas desde a infância de uma forma relativamente geral. É claro que ser criado na cultura do respeito e da valentia não implica

⁸ O ídolo dos jovens *thugs* do bairro Brasil não era Che Guevara, nem Amílcar Cabral ou Malcom X: era Tony Montana, a inesquecível personagem do filme *Scarface*, de Brian de Palma, interpretado por Al Pacino. Mas a figura do *gangster* sobrepõe-se a dos combatentes em geral. Os combatentes, os soldados são figuras centrais na construção da identidade do *thug*. Os rapazes utilizam uma série de termos da linguagem militar para se identificar (a minha tropa, os meus soldados, os inimigos) e falam da sua atividade contra os grupos rivais como atividades de proteção do bairro.

necessariamente aderir a um grupo *thug*: todavia mantenho que o *thug* representa uma manifestação quantitativamente e não qualitativamente diferente dessa lógica geral.

Além disso, as teorias da subcultura da violência atribuem à socialização na rua, à cultura da rua (em oposição à cultura institucional/doméstica) a responsabilidade pelo seu nascimento e florescimento. Isto não é certamente o caso no bairro Brasil. Aqui, como outros autores têm reparado em outros contextos (DaMatta, 1997; Hecht, 1998; Kovats-Bernat, 2006), a rua é o espaço de socialização privilegiado, e não um lugar marginal: a rua não se opõe em termos simbólicos ao espaço doméstico. A estigmatização da rua como lugar propício ao surgimento da subcultura violenta e marginal, como parece apontar a teoria da subcultura da violência, não corresponde à situação no bairro Brasil. A oposição entre casa e rua não funciona aqui no bairro, apesar de ter sido utilizada recorrentemente no discurso da intervenção social (Bordonaro e Lima, 2011), no qual assistimos à ficção celebrativa do espaço doméstico, quer em termos materiais (a casa) quer em termos sociais (a família nuclear), como lugar apropriado para a reprodução social. A rua não representa no bairro o que Vigil define como uma “alteração do processo de socialização” (2003: 235): pelo contrário, a rua é o espaço primário de socialização.

Além disso, a centralidade do ‘confronto’ para a reafirmação da identidade e da masculinidade está presente de forma similar entre as ‘forças da ordem’. Após observação de várias intervenções policiais nos bairros, posso avançar que o policial incorpora a mesma lógica de supremacia masculina, e põe a sua farda e as suas armas ao serviço da mesma lógica da honra e do respeito. Paradoxalmente os *thugs* e os policiais operam segundo o mesmo *ethos*. Apesar do seu papel institucional, os agentes no terreno vêem os *thugs* como um desafio pessoal à sua autoridade, à sua supremacia masculina, ao seu domínio no espaço público. A violência e o abuso são aqui inevitáveis, o conflito é um conflito entre homens, mais do que entre a lei e os transgressores. As medidas repressivas que foram implementadas em Cabo Verde para travar a onda de violência urbana traduziram-se de fato também em episódios de violência e violações de direitos humanos pelas forças policiais, quer durante as operações no terreno quer com indivíduos sob custódia nas esquadras. Estas violações dos direitos humanos, das quais tenho inúmeros testemunhos, foram também salientadas pelo Departamento do Estado dos Estados Unidos da América, no seu relatório sobre os direitos humanos de 2009. Novamente, a percepção pública desta violência é caracterizada por uma forte ambiguidade. A violência policial é perfeitamente legitimada pela população em geral, pela ideia bastante comum de que a repressão violenta



Figura 3. Apreensão policial no bairro.

é a única forma de intervenção para com os *thugs* e os infratores em geral. “Mas quais direitos humanos! [gritava na rua uma rapariga a seguir a mais um confronto entre *thugs*.] Os direitos humanos são para as pessoas, e os *thugs* não são pessoas [*thug i ka genti*]”.

Se os *thugs* representam uma continuidade, e não uma ruptura, são também, sem dúvida, um fenômeno novo em Cabo Verde, algo que é identificado como ‘diferente’, perturbador, chocante, que tem alterado a forma como as pessoas vivem e entendem os espaços da cidade. É importante precisar que, apesar da já salientada falta de colaboração para com as forças da ordem, as acusações e as queixas contra os *thugs* são muitíssimas entre os moradores do bairro. De fato os confrontos entre *thugs* têm destabilizado as regras do convívio no espaço público da rua, tornando a violência e o confronto entre homens potencialmente mortíferos para si e – sobretudo – para os outros. Os *thugs* ‘ameaçam’ o espaço e o convívio das ruas, mas não são o seu produto degenerado como as instituições de intervenção social parecem às vezes apontar.

Masculinidade em crise: os jovens sem poder social e a apropriação de estilos de juventude globais

Se com base na nossa análise encontramos as bases do comportamento dos *thugs* nos bastidores da masculinidade hegemônica em Cabo Verde, poderíamos perguntar por que é que este fenômeno surge na década de 2000.

Porquê os *thugs*, e porquê hoje? Para entender isso, temos de analisar brevemente a história recente do bairro. De fato, sem querer generalizar forçosamente, o bairro Brasil é emblemático das transformações da economia e do mercado do emprego em Cabo Verde nos últimos cinquenta anos.

Contrariamente a outros bairros que têm surgido recentemente na periferia e nas encostas da cidade da Praia para hospedar a crescente população da capital, o bairro Brasil é um bairro histórico, um dos primeiros a serem edificadas fora do Platô, centro econômico e administrativo da cidade colonial. O bairro Brasil, bem como o igualmente antigo Achada Grande de Frente, foram das primeiras expansões urbanísticas da capital. A economia do bairro foi, antes da independência, articulada com o sector da pesca industrial. Até 1975 a maioria da população do bairro Brasil era mão-de-obra para os barcos da pesca de atum (os homens) e para a fábrica de conservas (as mulheres) ULTRA de propriedade portuguesa. Paralelamente, existia um florescente sector de pesca artesanal. Depois da independência, em 1975, a fábrica ULTRA foi nacionalizada, acabando por fechar no início dos anos oitenta. O decréscimo das oportunidades de trabalho para a mão-de-obra não especializada não teve efeitos dramáticos enquanto o Estado cabo-verdiano manteve um regime de partido único e uma economia fechada e nacionalizada, com produtos alimentares a preços controlados. Nessa mesma época, a ENAPOR, a empresa que geria o porto comercial da Praia, na altura do Estado, proporcionava também empregos assalariados aos homens do bairro Brasil, principalmente como estivadores.

Esta situação de relativa estabilidade veio a se alterar profundamente com a passagem para uma economia liberal. Com o encerramento da ULTRA, a privatização da ENAPOR e o paralelo declínio da pesca artesanal, as oportunidades, no bairro Brasil, para a geração que chegou à idade do trabalho nos anos 90 decresceram de forma dramática.

De forma geral, desde esta época, com a liberalização da economia nacional e as intervenções do FMI na gestão do país, Cabo Verde tem enfrentado transformações econômicas e sociais profundas. Cabo Verde é um caso notável em África, pelo ótimo desempenho econômico associado à implementação de um sistema político democrático estável. As remessas dos emigrantes, juntamente com o interesse da indústria internacional do turismo e os investimentos do sector imobiliário, determinaram até agora um crescimento sensível no PIB do país, e o desenvolvimento da economia cabo-verdiana é hoje comparável ao do dos países emergentes: em 2007, as Nações Unidas promoveram Cabo Verde da categoria dos ‘países menos desenvolvidos’ para a dos ‘países de desenvolvimento médio’. A demografia do país mostra um crescimento da população nas últimas duas décadas,

de trezentos e quarenta mil, em 1990, para quinhentos mil, em 2009. A percentagem da população urbana também aumentou significativamente. Em 1999, 55% da população total viviam em áreas urbanas; em 2009, esse valor chegou aos 61,5%, e as projeções demográficas preveem que, em 2020, 68% da população residirão em áreas urbanas. O Mindelo, a segunda maior cidade, passou de 51 000 habitantes, em 1990, para mais de 74 000, em 2008, enquanto Praia, a capital, passou de cerca de 71 000, em 1990, para 130 000, em 2008 (INE, 2008).

A sociedade cabo-verdiana apresenta-se hoje cada vez mais multifacetada e heterogênea, profundamente marcada pela desigualdade e pela exclusão social, pela emergência de novos estilos de vida e de novos atores sociais, por divisões sociais dramáticas que põem em causa o ideal da sociedade mais igualitária do pós-independência e a real possibilidade da concretização dos direitos de cidadania e desenvolvimento para todos. Todos os indicadores nacionais apontam para uma crescente desigualdade social e polarização de classes: apesar de a ‘classe média’ ter crescido de forma considerável nos anos mais recentes, existe um estrato da população que ainda se encontra em condições de pobreza extrema. Dez por cento da população absorvem 50% do consumo nacional, enquanto os 20% mais pobres absorvem 3% do mesmo. Estudos recentes confirmam que a percentagem de população definida como ‘pobre’ ou ‘muito pobre’ terá aumentado desde 1990. De 1989 a 2002 a percentagem de população ‘pobre’ aumentou de 30% para 37%; a de população ‘muito pobre’ de 14% para 20% (Sangreman, 2005: 20).

O bairro Brasil não é exceção desta diversidade interna da sociedade cabo-verdiana. A população do bairro não é de fato homogênea em termos socioeconômicos, e existem situações profundamente diversificadas, que se refletem, também, nas diferentes tipologias habitacionais que se encontram na área. O bairro Brasil é um objeto social complexo, que só por falta de análise pode ser aproximado a outras formas de marginalidade urbana, como o gueto americano ou a favela brasileira. Como salientou Loïc Wacquant:

[U]rban marginality is not woven everywhere in the same cloth (...). The generic mechanism that produce it, like the specific forms it assumes, become fully intelligible once one take caution to embed them in the historical matrix of class, state and space characteristic of each society at a given epoch. It follows that we must work to develop more complex and more differentiated pictures of the ‘wretched of the city’ if we wish accurately to capture their social predicament and elucidate their collective fate in different national contexts. (Wacquant, 2007: 2)

Em termos gerais todavia, a situação da população juvenil nas áreas urbanas – inclusive no bairro Brasil – é, de fato, particularmente crítica. As taxas de desemprego são muito elevadas, chegando a um valor de 57% entre os indivíduos de sexo masculino com 15 a 24 anos (INE, 2008). Este dado está também relacionado com o declínio da emigração transnacional (Carling, 2004). Tradicionalmente, a emigração tem sido em Cabo Verde o recurso principal para a mobilidade social. Nas últimas duas décadas, todavia, as políticas migratórias cada vez mais restritivas dos países de destino têm impedido a porção mais pobre da nova geração de seguir os passos dos seus pais e avós, tornando para muitos deles praticamente impossível melhorar de forma significativa as suas condições econômicas:

[H]á poucas dúvidas em relação ao fato de que, com a restrição das oportunidades da emigração, os pobres foram afetados mais criticamente. Isto tem implicações importantes para o desenvolvimento, num país onde uma grande parte dos agregados familiares depende das remessas. Nesta situação, o acesso à esfera transnacional torna-se um elemento importante da estratificação social, interligando-se com o estatuto socioeconômico. Vir de uma família pobre torna menos provável que se tenha a possibilidade de emigrar e, quando isto acontece igualmente com os familiares próximos, a probabilidade de se receber remessas é também mais reduzida. (Carling, 2004: 120)

Em Cabo Verde, em particular nas áreas urbanas, algumas camadas juvenis apresentam situações de exclusão social comparáveis às evidenciadas em outros contextos africanos. A questão é a da inserção problemática de um grande número de jovens na ordem socioeconômica e política do pós-independência. Enquanto as oportunidades de continuarem os seus estudos diminuem para os jovens diplomados, o número de jovens desempregados sobe de forma dramática. Hoje, também os jovens mais escolarizados estão confrontados com a falta de oportunidades de emprego, a mobilidade social bloqueada e o desespero quanto ao seu futuro⁹. Nas áreas urbanas em todo o continente, os jovens parecem ser constrangidos a permanecer jovens (dependentes, carentes, celibatários...), com dificuldades no acesso a salários, ao casamento ou a uma residência autônoma, numa situação que

⁹ Existe um grande *corpus* de literatura sobre a juventude em África, especialmente ligada aos contextos urbanos no pós-independência. Veja-se, entre outros, Mbembe (1985), O'Brien (1996), *Anthropological Quarterly*, 73 (3), julho de 2000, e 73 (4), outubro de 2000; *Politique africaine*, 80 (dezembro de 2000) e *Autrepart*, 18, organizado por René Collignon e Mamadou Diouf (2001); o volume organizado por Alcinda Honwana e Filip De Boeck (2005), Abbink e van Kessel (2005), Bordonaro e Carvalho (2010).

Henrik Vigh – referindo-se aos jovens na Guiné-Bissau – definiu como de “moratória social” (Vigh, 2006).

De fato, em Cabo Verde já existem *duas* gerações que ficaram afetadas pelas transformações socioeconômicas neoliberais: a primeira nasceu logo depois da independência e chegou à idade do trabalho em meados dos anos noventa; a segunda, da qual fazem parte a maioria dos *thugs*, nasceu nos anos noventa e chegou à adolescência na década de 2010. Quando falamos portanto de crise da juventude, estamos de fato a falar de uma crise que alastra desde os anos 90, e que tem afetado inicialmente uma porção da população que hoje se aproxima dos quarenta anos de idade.

Os *thugs* são portanto os filhos dos jovens dos anos 90, os jovens da assim definida ‘geração perdida’, de muita literatura sobre juventude africana. São os filhos da ‘crise da juventude’. Eles partilham com a geração precedente uma situação profundamente precária em termos de acesso ao emprego e, em geral, uma impossibilidade de desempenhar o papel tradicionalmente atribuído aos homens adultos.

A emergência do fenômeno *thug* e a interpretação que avancei segundo a qual o seu comportamento e *ethos* seriam expressões paroxísticas da ideologia de gênero masculina estão a meu ver relacionadas com uma ‘crise da masculinidade’, uma crise das formas de acesso à autoridade masculina. Trata-se de um processo de *de-powerment* de um sector inteiro da população, que tem deixado uma geração presa entre um ideal de masculinidade *bread-winner*, economicamente dominante e autossuficiente, e uma situação real de desemprego, dependência e marginalidade. A masculinidade, desprovida de meios, se veste de símbolos e atos simbólicos levados até o paroxismo. Os valores masculinos são continuamente disputados no espaço público e necessariamente reafirmados através de manifestações de agressividade e de confronto. A tese do *de-powerment* não tem a ver, senão secundariamente, com a questão da pobreza material. A pobreza concreta era certamente maior há sessenta anos em Cabo Verde. Trata-se mais do crescimento da desigualdade social associada à dificuldade enfrentada pelos jovens de ter acesso a posições de ‘autoridade’ e poder por vias socialmente legítimas – essencialmente através do trabalho ou da emigração. A dificuldade de acesso ao emprego não produz necessariamente pobreza nos jovens do Brasil, mas sim dependência e imobilidade social. A procura de ‘respeito’ no contexto socioeconômico contemporâneo torna-se um quebra-cabeça para os jovens das ‘classes populares’ em Cabo Verde.

Com isso não quero reduzir o fenômeno cultural e social a algo puramente reativo, no resultado mecânico das dinâmicas econômicas. Os *thugs* são um fenômeno cultural e simbólico, que resulta da procura estratégica de

self-empowerment (Bordonaro, 2010) através do uso apropriado de elementos semânticos e comportamentos violentos, para produzir identidades positivas e eficazes num contexto marcado pela precariedade laboral e pela instabilidade econômica. A apropriação de símbolos e de elementos da cultura juvenil global do *hip-hop* se encaixa nesta mesma lógica (Redy, 2011a). Os jovens aproveitam o poder identitário dessa cultura juvenil global e inscrevem a sua identidade numa narração estilística alheia, mas que eles tornam localmente significativa. Trata-se de uma *apropriação*, não de uma *influência*, que permite um acesso alternativo ao reconhecimento social e à construção de uma identidade forte e eficaz.

Conclusão

Os *thugs* são a hiper-expressão de uma lógica de pertença e proteção, de uma ideia de respeito e valentia que é intrínseca às dinâmicas sociais dos bairros da Praia, e que tem sido exacerbada pelas recentes políticas econômicas e urbanísticas do país. Os *thugs* não são, portanto, uma descontinuidade histórica ou social. Não podem ser analisados separadamente do contexto onde nasceram e cresceram, como se se tratasse de um fenômeno social singular, atípico, desviante. Os *thugs*, por paradoxal que pareça, não são um desvio. Apesar de a opinião pública os considerar como uma degeneração, como um elemento que corrompe a lógica do bairro e da convivência civil, devem ser considerados em continuidade e não em ruptura com a cultura do bairro. Sem dúvida, houve, e ainda há influência ‘externa’ – os jovens em Cabo Verde fazem hoje parte da *cultura juvenil ‘global’*, partilhando traços comuns com os seus colegas em Boston, Cape Town e Rio de Janeiro.

Todavia, os *thugs* não são o resultado de uma ‘contaminação externa’, uma doença cujas causas possam ser identificadas *fora* da sociedade urbana cabo-verdiana. Apontar para a influência negativa do exterior sobre a juventude cabo-verdiana (deportados dos EUA, filmes, músicas...) é uma análise social míope, ou então um bode expiatório para quem, dentro e fora do país, tem gerido a república de Cabo Verde. Os *thugs* são o produto dessa mesma sociedade e da forma como a mesma está inserida em dinâmicas econômicas e políticas globais, manifestando continuidades com as suas lógicas sociais e culturais, bem como apropriando-se de traços da cultura juvenil global. Ainda, são o resultado de um processo de marginalização das camadas juvenis e de políticas sociais pouco eficazes, cujas responsabilidades são tanto locais, quanto internacionais.

Referências

- ABBINK, Jon, e Ineke Van Kessel (eds.), 2005, *Vanguard or Vandals: Youth politics and conflict in Africa*. Leiden, Brill.
- BORDONARO, Lorenzo I., 2010, “Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde”, *Direito e Cidadania*, 30: 169-190.
- BORDONARO, Lorenzo I., e Clara Carvalho (eds.), 2010, “Youth and modernity in Africa”. *Cadernos de Estudos Africanos* 18/19. Disponível em: <http://cea.revues.org/99> (acesso em 27-02-2013).
- BORDONARO, Lorenzo I., e Redy Wilson Lima, 2011, “A gestão das crianças em situação de rua e o surgimento do ‘estado serviço social’ em Cabo Verde”, in MULLER, Verónica R. (ed.), *Crianças dos Países de Língua Portuguesa: histórias, culturas e direitos*. Maringá, EDUEM, 107-138.
- BORDONARO, Lorenzo I., 2012, “Tolerância Zero Crioula: Cabo Verde e a ‘Guerra contra o crime’”, in PUREZA, José Manuel, Sílvia Roque, Kátia Cardoso (eds.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra, CES/Almedina, 83-106.
- BOWMAN, Glenn, 2001, “The violence in Identity”, in SCHMIDT, Bettina E., e Ingo W. Schröder (eds.), *Anthropology of Violence and Conflict*. Londres, Routledge, 25-46.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio, 2000, *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34.
- CARDOSO, Kátia, 2012, “Thugs e violências: mitos, riscos e omissões”, in PUREZA, José Maria, Sílvia Roque e Kátia Cardoso (Eds.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra, CES/Almedina, 19-56.
- CARLING, Jørgen, 2004, “Emigration, return and development in Cape Verde: the impact of closing borders”, *Population, Space and Place*, 10 (2): 113-132.
- CARRIGAN, Tim, Bob Connell, e John Lee, 1985, “Toward a new sociology of masculinity”, *Theory and Society* 14 (5): 551-604.
- CONNELL, Raewyn W., 1995, *Masculinities*. Cambridge, Polity.
- DAMATTA, Roberto, 1997, *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no norte do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Rocco.
- DAVIS, Mike, 2006, *Planet of Slums*. Londres, Verso.
- HECHT, Tobias, 1998, *At Home in the Street: Street children of Northeast Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HONWANA, Alcinda, e Filip De Boeck (eds.), 2005, *Makers and Breakers: Children and youth in postcolonial Africa*. Oxford e Dakar, James Currey e CODESRIA.
- INE, 2008, *Resultados da revisão das projecções demográficas – Cabo Verde 2000-2020*. Praia, Instituto Nacional de Estatísticas.
- KOVATS-BERNAT, J. Christopher, 2006, *Sleeping Rough in Port-au-Prince: An ethnography of street children and violence in Haiti*. Gainesville, Fla, University Press of Florida.
- LIMA, Redy Wilson, 2010, “Thugs: vítimas e/ou agentes da violência?”, *Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política social e cidadania)*, 30: 191-220.
- LIMA, Redy Wilson, 2011a, “Tribos urbanas da Praia: os casos dos thugs e dos rappers”, in ÉVORA, Iolanda, e Sónia Frias (eds.), *e-book_In Progress: 1.º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*. Lisboa, CESA, 43-50.

- LIMA, Redy Wilson, 2011b, “Praia, cidade partida: apropriação e representação dos espaços”, in BUSSOTTI, Luca, e Severino Ngoenha (eds.), *Cabo Verde da independência a hoje – Estudos pós-coloniais*. Udine, Aviani & Aviani, 49-66.
- LIMA, Redy Wilson, 2012, “Delinquência juvenil coletiva na Cidade da Praia: uma abordagem diacrônica”, in PUREZA, José Maria, Sílvia Roque e Kátia Cardoso (eds.), *Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia*. Coimbra, CES/Almedina, 57-82.
- MBEMBE, Achille, 1985, *Les Jeunes et l'ordre politique en Afrique Noire*. Paris, L'Harmattan.
- O'BRIAN, Donald Cruise, 1996, “A lost generation? Youth identity and state decay in West Africa”, in WERBNER, Richard, e Terence Ranger (eds.), *Postcolonial Identities in Africa*. Londres e New Jersey, Zed, 55-74.
- ROBBEN, Antonius, e Carolyn Nordstrom, 1995, “Introduction: The anthropology and ethnography of violence and sociopolitical conflict”, in NORDSTROM, Carolyn, e Antonius Robben (eds.), *Fieldwork under Fire: Contemporary Studies of Violence and Survival*. Berkeley, University of California Press, 1-24.
- SANGREMAN, Carlos, 2005, *A Exclusão Social em Cabo Verde. Uma abordagem preliminar*. Lisboa e Praia, ACEP – Associação para a Cooperação entre os Povos (Portugal) e Plataforma das ONGs (Cabo Verde).
- SIMONE, Abdou M., 2004, *For the City yet to Come: Changing African life in four cities*. Durham, N.C., Duke University Press.
- VIGH, Henrik, 2006, *Navigating Terrains of War: Youth and soldiering in Guinea-Bissau*. Nova Iorque, Berghahn.
- VIGIL, James Diego, 2003, “Urban violence and street gangs”, *Annual Review of Anthropology*, 32 (1): 225-242.
- WACQUANT, Loïc, 2007, *Urban Outcasts: A comparative sociology of advanced marginality*. Cambridge, Polity.
- WOLFGANG, Marvin E., e Franco Ferracuti, 1967, *The Subculture of Violence: Towards an integrated theory in criminology*. Londres, Routledge.
- ZALUAR, Alba, 2002, “Oito temas para debate. Violência e segurança pública”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 38: 19-24.

Sobre os/as autores/as

Ana Vieira. Completou a licenciatura em Psicologia em 1990, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. No ano 2000, obteve o grau de Mestre em Psicologia Social e Organizacional no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, atual ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Tem o Curso de Pós-graduação em Psicoterapia Cognitivo-comportamental pela Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva (APTCC). Encontra-se a frequentar o Curso de Supervisão em Terapia Familiar e Sistémica da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar. Trabalha desde 1992 na atual Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, sendo a sua atividade desenvolvida maioritariamente na área da justiça juvenil. Nos últimos anos, tem estado envolvida na gestão de projetos comunitários que têm como objetivo a investigação e criação de instrumentos e o desenvolvimento de práticas de intervenção junto de jovens e adultos em execução de penas e medidas decretadas pelo Tribunal.

Jennifer Schwartz. É Professora Associada no Departamento de Sociologia na Washington State University. A sua investigação tem-se focado na identificação e compreensão dos padrões e mudanças no crime praticado por raparigas e mulheres e do controlo social diretamente responsável. O seu trabalho na violência feminina tem sido publicado na revista *Criminology*, *Social Problems*, e em muitas das principais revistas sobre mulheres e crime. Atualmente desenvolve uma investigação sobre *Causes of change in women's drinking and drunken driving since the 1980s*, financiada pelo National Institute of Health.

Katie Clemons. É aluna de doutoramento no Departamento de Sociologia da Washington State University, com ênfase nas áreas da criminologia e família. Professora de Sociologia no Spokane Falls Community College, desenvolve a sua investigação em torno do género e do crime, e o seu trabalho de dissertação aborda as influências do género e da raça em co-infratores presos ao longo do tempo.

Lorenzo Bordonaro. Doutorado pelo ISCTE, é bolsheiro de pós-doutoramento. Realizou investigação nas ilhas Bijagós (Guiné-Bissau) entre 1993 e 2006, sobre a construção da masculinidade, a cultura musical, a modernidade local e a relação entre juventude e desenvolvimento. Atualmente trabalha em Cabo Verde e na periferia de Lisboa sobre infância, marginalidade juvenil e políticas sociais e de segurança. Com Ângela Nunes, é coordenador do Núcleo de Estudos da Infância e Juventude do CRIA.

Manuela Ivone Cunha. Doutorada em Antropologia e agregada em Sociologia, ensina na Universidade do Minho. É membro do CRIA-UM (Portugal) e do IDEMEC-CNRS (França). A sua investigação tem-se centrado nas economias informais e na estrutura comparada dos mercados de drogas, em prisões e instituições totais. Trabalhou várias articulações entre criminalidade, género e etnicidade, a última das quais incidiu na criminalização diferenciada dos cortes genitais femininos. Recentemente concluiu um projeto sobre vacinação, cidadania e política do corpo. Publicou *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e trajetórias* (2002) (Prémio Sedas Nunes para as Ciências Sociais) e *Malhas que a Reclusão Tece. Questões de identidade numa prisão feminina* (1994), além de ter coordenado ou cocoordenado a publicação de *Aquém e Além da Prisão* (2008); *Razões de Saúde. Poder e administração do corpo: Vacinas, alimentos, medicamentos* (2011) e os números temáticos “Formalidade e informalidade” (2006, *Etnográfica*), “A prisão, o asilo e a rua” (2007, *Análise Social*), “Ethnography and the Public Sphere” (2010, *Etnográfica*) e “Ambiguidades contemporâneas da segurança” (2011, *Etnográfica*).

Margaret A. Zahn. É professora de Sociologia e Criminologia na North Carolina State University. Tem extensa experiência académica e administrativa. Foi diretora do Colégio de Humanidades e Ciências Sociais no estado da Carolina do Norte e diretora da Divisão de Violência e Vitimação do Instituto de Justiça nos Estados Unidos. Os estudos sobre violência, principalmente homicídios, têm sido o seu foco de pesquisa. Já publicou inúmeros artigos, publicou *The Girl Delinquent* (2010), que ganhou o *Choice Award* em 2011, e coeditou três outros livros sobre o assunto. Liderou, recentemente, o projeto *Girls Study Group*, financiado e constituído por um grupo multidisciplinar, que pretendeu compreender as causas da delinquência perpetrada por raparigas e elaborar programas sensíveis ao género para a combater. Foi presidente da Sociedade Americana de Criminologia (ASC) e foi eleita como membro da organização.

Maria João Leote de Carvalho. É investigadora do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa (UNL), Portugal. Concluiu doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia do Desenvolvimento e da Mudança Social, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), UNL, sob a orientação do Prof. Doutor Nelson Lourenço, num projecto de investigação apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Referência: SFRH/BD/43563/2008) (2011). Realizou um mestrado em Sociologia, especialidade de Sociologia do Desvio, Crime e Violência (FCSH, UNL, 2003) e especializou-se em Educação Especial, ramo de Crianças em Risco Socioeducacional, na Escola Superior de Educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa (1999). Tem desenvolvido atividade de investigação nas áreas de Sociologia do Desvio, do Crime e da Violência; Sociologias da Infância e da Juventude. É docente de Educação Especial em Agrupamento de Escolas abrangido pelo Programa TEIP II (2003-...), formadora habilitada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, Ministério da Educação e consultora técnica no Programa “*Crianças e Jovens em Risco*” da Fundação Calouste Gulbenkian (2007-...). Foi membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras entre outubro de 2003 e junho de 2006 (técnica na modalidade restrita até abril de

2006) e durante dezasseis anos exerceu funções docentes no Centro Educativo Padre António de Oliveira, Instituto de Reinserção Social/ex-Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, Ministério da Justiça (1987-2003). É ainda autora e coautora de artigos e livros em publicações nacionais e internacionais.

Marisa Feffermann. Mestre e doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP), é atualmente pesquisadora do Instituto de Saúde, professora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pesquisadora do Laboratório sobre o Preconceito do Instituto de Psicologia da USP, professora universitária e investigadora da FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). É autora de *Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Tem experiência na área de Pesquisa em Psicologia, com ênfase em Psicologia Educacional e Social, atuando principalmente nos seguintes temas: juventude, violência, tráfico de drogas, gangues, educação, violência na escola e Primeiro Comando da Capital.

Miriam Abramovay. Socióloga, pesquisadora, coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e investigadora do NPEJI (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidades e Cidadania – UCSAL), é formada na Universidade Paris VIII Vincennes, com Mestrado na PUC – São Paulo, e doutorada em Ciência da Educação – Universidade Lyon 2 em França. Foi professora da Universidade Católica de Brasília; coordenou o Observatório de Violências nas Escolas – Universidade de Bordeaux, Universidade Católica de Brasília e UNESCO; trabalhou em vários organismos internacionais, coordenando investigações. Possui mais de vinte publicações sobre os temas gênero, educação, violência nas escolas, juventude e violência, políticas públicas de juventude entre outros.

Nicholas Richardson. É aluno de doutoramento em Sociologia na North Carolina State University.

Raquel Matos. Licenciou-se em Psicologia, em 1997, na Universidade do Minho, onde mais tarde obteve o grau de Mestre e, em janeiro de 2007, concluiu o Doutoramento em Psicologia da Justiça, apresentando e defendendo publicamente a tese *Vidas Raras de Mulheres Comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Atualmente é Professora Auxiliar na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa. Tem desenvolvido investigação sobre criminalidade e reclusão feminina e, mais recentemente, sobre género e controlo das migrações. Tem coordenado, em Portugal, projetos europeus na área da delinquência juvenil. É ainda autora de artigos científicos e capítulos de livros nos domínios que tem investigado.

Sofia Neves. Licenciada em Psicologia (1999) e doutorada em Psicologia Social (2005) pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, é atualmente docente no Instituto Universitário da Maia (ISMAI), onde coordena a Licenciatura em Psicologia, e investigadora no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, ISCSP/UL), Portugal. Ao longo do seu percurso académico e profissional tem vindo a dedicar-se à investigação na área dos Estudos Feministas e de Género, da Psicologia Social Crítica, da Vitimologia e das Migrações. Foi galardoada, em 2006, *exaequo*, com o prémio Mulher Investigação Carolina Michaelis de Vasconcelos, atribuído pelas Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM). É autora de vários artigos em revistas da especialidade nacionais e internacionais, de capítulos de livros, assim como de livros, dos quais se destacam *Amor, Poder e Violências na Intimidade: Os caminhos entrecruzados do pessoal e do político* (2008), *Vitimologia: Ciência e Activismo* (2010) e *Género e Ciências Sociais* (2011). Considera-se uma ativista académica e está envolvida em vários projetos de organizações não governamentais e movimentos sociais em prol dos Direitos Humanos.

Telma Sousa Almeida. Em 2008 licenciou-se em Psicologia, na Universidade Católica Portuguesa, onde, dois anos mais tarde obteve o grau de Mestre em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviantes. É pós-graduada em Medicina Legal, pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e, atualmente, Doutoranda na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, onde se dedica ao estudo do testemunho e entrevista forense de pessoas com Dificuldades Intelectuais e Perturbação do Espectro Autista. Tem colaborado em investigação científica nas áreas da Psicologia Forense, Delinquência Juvenil e Psicologia dos Direitos Humanos e da Paz, sendo coautora de dois capítulos num livro sobre guerra, tortura e terrorismo. Alguns projetos de investigação em que esteve envolvida prendem-se com perspetivas europeias sobre gangues juvenis e perspetivas dos cidadãos europeus acerca da violência de estado.

Vera Mónica Duarte. É socióloga, doutorada em Sociologia (2011) pela Universidade do Minho, com um projeto financiado pela FCT e uma tese intitulada: *Os caminhos de Alice do Outro Lado do Espelho: discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. Atualmente é Professora Auxiliar no Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e investigadora no CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e na UICCC/ISMAI - Unidade de Investigação em Criminologia Ciências do Comportamento do ISMAI, da qual é atualmente diretora. O seu trabalho de docência, produção científica e investigação tem sido, predominantemente, nas áreas da sociologia do desvio, da criminalidade e da delinquência juvenil feminina. Publicou *Percursos e Discursos na Delinquência Juvenil Feminina* (2012).

Índice

Notas prévias	7
1. Violências e delinquências juvenis femininas: aproximações à questão <i>Vera Duarte Manuela Ivone Cunha</i>	9
2. The delinquent girl: pattern, causes and treatment for the delinquent girl in America <i>Margaret A. Zahn Nicholas J. Richardson</i>	25
3. Novas feminilidades e gangues em Brasília <i>Miriam Abramovay Marisa Feffermann</i>	41
4. De vítimas a agressoras: a (aparente) dupla posição das raparigas na violência no namoro heterossexual <i>Sofia Neves</i>	63
5. Identifying and understanding similarities and differences in adolescent girls' and boys' violent delinquencies <i>Jennifer Schwartz Katie Clemons</i>	77
6. Pelos (outros) mundos sociais da infância: territorialidade, género e delinquência <i>Maria João Leote de Carvalho</i>	95
7. Questões de género em gangues juvenis em Portugal. Perspetivas de atores que intervêm no fenómeno <i>Raquel Matos Telma Almeida Ana Vieira</i>	115
8. Masculinidade, violência e espaço público: notas etnográficas sobre o Bairro Brasil da Praia (Cabo Verde) <i>Lorenzo I. Bordonaro</i>	141
Sobre os/as autores/as	165

VIOLÊNCIAS E DELINQUÊNCIAS JUVENIS FEMININAS
Género e (in)visibilidades sociais

Organizadoras: Vera Duarte e Manuela Ivone Cunha

Diretor de coleção: Manuel Carlos Silva

Capa: Edições Húmus (a partir de conceção de Margarida Baldaia)

Revisão e paginação: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda., 2014

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Abril de 2014

Depósito legal: 373941/14

ISBN: 978-989-755-034-8

Coleção: Debater o Social – 27

/ Partindo de um conjunto diversificado de investigações e dados empíricos recentes, de diferentes contextos geográficos – Portugal, Brasil, Estados Unidos da América e Cabo Verde –, este livro pretende fazer um balanço crítico, comparativo e multidisciplinar das tendências na violência e delinquência em universos juvenis femininos, trazendo para a discussão os conceitos, as definições e as representações sobre delinquências e género. Estarão as raparigas a delinquir mais? De que tipo de comportamentos estamos a falar? Em que contextos as raparigas se comportam de forma mais violenta e agressiva? Quais as suas motivações? Em que diferem elas dos rapazes? Em que é que as construções sociais do género influenciam a participação de rapazes e raparigas na delinquência?

Os capítulos deste livro pretendem responder a estas e outras questões, promovendo novos diálogos que se cruzam não apenas a partir das experiências femininas, mas incorporando as relações e as diferenças de género, numa análise de como a estratificação de género pode afetar os caminhos da transgressão.

Vera Mónica Duarte é doutorada em Sociologia pela Universidade do Minho. Docente desde 2001, atualmente é Professora Auxiliar no Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e investigadora no Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS/UM) e na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC/ISMAI), da qual é diretora desde 2012. Publicou recentemente (2012) um livro sobre *Discursos e Percursos na Delinquência Juvenil Feminina*.

Manuela Ivone Cunha (Universidade do Minho, CRIA-UM) é doutorada em Antropologia, agregada em Sociologia. A sua investigação tem-se centrado em prisões e instituições totais, em economias informais, nas articulações entre criminalidade, género e etnicidade, nos cruzamentos entre a gestão penal e social da vulnerabilidade e em formas emergentes de dissensão vacinal, tendo a unificá-la uma atenção às transformações da cidadania e das modalidades da ação do Estado. É autora de várias publicações nacionais e internacionais. Integrou várias comissões científicas e editoriais internacionais e foi vice-presidente da Associação Europeia de Antropologia Social (EASA).



Universidade do Minho
 Centro de Investigação em Ciências Sociais



Financiado por Projeto Estratégico
 Pest-OE/SADG/UID710/2011



9 789897 550348